

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DA ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Laís Modelli Rodrigues

**BLOGS COLETIVOS FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE O FEMINISMO  
BRASILEIRO NA ERA DAS REDES SOCIAIS NA INTERNET**

Bauru

2016

Laís Modelli Rodrigues

BLOGS COLETIVOS FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE O FEMINISMO  
BRASILEIRO NA ERA DAS REDES SOCIAIS NA INTERNET

Banca final de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Comunicação sob a orientação do Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura.

Bauru

2016

Rodrigues, Laís Modelli.

Blogs coletivos feministas : um estudo sobre o  
feminismo brasileiro na era das redes sociais na  
internet / Laís Modelli Rodrigues, 2016  
158 f.

Orientador: Mauro de Souza Ventura

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e  
Comunicação, Bauru, 2016

Laís Modelli Rodrigues

**BLOGS COLETIVOS FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE O FEMINISMO  
BRASILEIRO NA ERA DAS REDES SOCIAIS NA INTERNET**

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP

Prof. Dr. Osvando J. Morais

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios

Instituição: Universidade Federal de Goiás, UFG

Bauru, 29/08/2016

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LAÍS MODELLI RODRIGUES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO.**

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-grduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MAURO DE SOUZA VENTURA - Orientador(a) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Professor Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação / FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU, Profa. Dra. FLAVIA MATEUS RIOS do(a) Programa de pós-graduação em sociologia da Faculdade de Ciências Sociais / Universidade Federal de Goiás, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LAÍS MODELLI RODRIGUES, intitulada **Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Prof. Dr. MAURO DE SOUZA VENTURA

  
Professor Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS

  
Profa. Dra. FLAVIA MATEUS RIOS

*A todas as meninas e mulheres brasileiras, de todas as classes e cores, mas em especial a duas: Maura Aparecida Modelli e Duzolina Modelli.*

## **AGRADECIMENTOS**

Nos últimos dois anos, constatei que não é fácil gerar uma filha. A tarefa à qual eu mesma escolhi quando ingressei no Programa de Pós Graduação exigiu de mim dedicação quase que exclusiva. De fato, não é fácil “gerar”. Primeiro, o processo mexeu literalmente com o meu corpo, que ora emagrecia, ora engordava, principalmente nos períodos em que comia algo rápido para não interromper a escrita de um dos capítulos. Gerar esse projeto também diminuiu a minha qualidade de vida. Convivi com várias crises de ansiedade que me acometiam em conversas do tipo: “Mas vai estudar mulheres na internet?”. Eram ondas de falta de ar e coceiras que me visitavam quando eu pensava em como conciliar o trabalho de jornalista e de acadêmica. Eram as dores e os julgamentos de uma gestação. E quando eu pensava em pegar menos trabalho como jornalista para se dedicar mais a essa filha, que às vezes me parecia mirrada demais para a sua idade, minha conta bancária, tão mirrada quanto a filha sendo gerada sozinha, não me permitia esse “luxo”. Afinal, não é fácil seguir um mestrado sem uma bolsa de pesquisa, pedida ao governo por duas vezes. Aliás, este era o pai da minha filha, o Estado de São Paulo, que recebeu e negou os pedidos de financiamento para gerar uma filha com saúde e de maneira segura. O pai rejeitou a filha. Existiam filhos mais vistosos. Eu era mãe solteira e não esperava que isso aconteceria comigo. Desesperada, com contas para pagar e trabalhos para entregar, pensei em abortar a filha. Aí, as coceiras aumentavam quando me imaginava ligando para a minha família para falar que abortaria. Eles não aceitariam. Para sempre olhariam para mim como aquela mulher fraca que abortou. Então eu pedi ajuda e eles me acolheram. Que mulher de sorte que sou, diante das estatísticas das brasileiras.

Por eles, mas principalmente por mim, eu não abortei essa filha, que hoje toma vida aos olhos de cada pessoa que quiser dedicar um tempo a ler estas páginas. Pela minha irmã,

que passou a me ajudar todo mês com uma quantia para pagar o meu aluguel, eu não abortei. Mas que fique registrado: até para abortar, eu não tive condições.

Hoje, a filha nasce, talvez com as limitações que uma mãe solteira e trabalhadora teve de enfrentar durante a gestação. Se valeu à pena? O futuro é quem dirá. Valerá, pelo menos para esta mãe, toda a vez que ver sua filha ser ouvida, incluída e considerada, em uma sociedade machista e racista como é a brasileira no momento em que esta dissertação é defendida: 2016, o ano do golpe contra as mulheres. Que essa filha cresça, ganhe espaço, representação e voz. E o mais importante: não precise passar pelos apuros e solidão que a mãe passou na sua gestação. Que esta filha consiga ajudar outras mães e outras filhas.

Em especial, essas páginas foram escritas à Maura, Durvalino, Lígia, Jacira e Duzolina. Amo vocês.



Demorei mais ou menos 25 anos para descobrir que era negra.

Carol Mendes, **Blogueiras Negras**. 3 de março de 2015

Ele nunca se relacionou com uma mulher negra antes...Ele tem nojo de mim porque sou negra.

Gra Gonçalves, **Blogueiras Negras**. 12 de março de 2016

Quando penso em tudo que precisei enfrentar, sozinha, eu lembro de tantas outras mulheres trans, que também sozinhas precisaram lutar pela própria existência, sem ajuda de ninguém.

Daniela Andrade, **Blogueiras Feministas**. 30 de março de 2015

Eu não queria ter um filho, mas não tinha a menor ideia de como parar uma gravidez. Eu sabia que se não fizesse alguma coisa me arrependeria para o resto da vida, mas eu não fiz. Eu tive meu filho. E me arrependi.

Anônima, **Blogueiras Feministas**. 31 de março de 2015

RODRIGUES, Laís Modelli. **Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet.** 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura. Bauru, 2016.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo estudar a maneira como o processo comunicativo se estabelece em blogs coletivos feministas brasileiros. Para isso, foram analisadas duas páginas: o *Blogueiras Feministas*, que reuni postagens de mulheres feministas de todo o país; o *Blogueiras Negras*, que reúne postagens de mulheres negras feministas de todo o país. Propõe-se um exercício analítico sobre a rede que é gerada a partir dessas manifestações de mulheres feministas na internet, observando: quais foram os temas pautados no período de março de 2015 e março de 2016 – meses em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, assim como, no Brasil, compreendem o período correspondente a reeleição de Dilma Rousseff e o início do processo de impeachment da primeira presidenta brasileira – , qual foi a repercussão deles nos blogs, a periodicidade das postagens, quem são as autoras envolvidas nas postagens analisadas e se há pontos de contato entre ambos os blogs. Como protocolo metodológico, seguem-se as concepções de estudos de gênero propostas por Lagarde (2005) e Fraser (2002), vislumbra-se os métodos de pesquisa para internet de Frago, Recuero e Amaral (2011) e analisa-se a comunicação das feministas mediada e estruturada pelas redes sociais na internet seguindo as pontuações de Castells (2013) e Lévy (1999). Busca-se resultados diretamente relacionados com a participação político-social de cada ator e de suas conexões na rede on-line, assim como resultados diretamente relacionados com o potencial das redes sociais na internet para o revigoramento da luta feminista contemporânea no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Blog, redes sociais, internet, feminismo, mulher.

## **ABSTRACT**

This research aims to study and understand how the communication process is established in feminist collective blogs in Brazil. For this, two pages were analyzed: Blogueiras Feministas, which brings together posts of feminist women from all over the country perspective; and Blogueiras Negras, a page with posts of black women, also from different parts of Brazil. It is proposed an analytical exercise on the network that is formed from these manifestations of feminist women on Internet, watching: what were guided by issues in the time of this research, what was the impact of them on blogs, frequency of posts, who are the authors involved in the posts and if there are points of contact between the two blogs studied. As a methodological protocol, this research uses conceptions of gender proposed by Lagarde studies (2005) and Fraser (2002), the internet search methods came from Frago, Recuero and Amaral (2011) and communication of feminists is analyzed by mediation and organization of social networks on internet based on Castells (2013) and Levy (1999). The study searched results directly related to the political and social participation of each actor and their connections in the online world and with the potential of social networks on Internet to refresh feminist contemporary struggle in Brazil.

**KEY WORDS:** Blog, social network, internet, feminism, women

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I – Século XXI e mulher .....	24
1.1. Representação da mulher na mídia.....	34
1.2 A mulher na era da internet e a nova justiça social.....	40
1.3. Mulher, internet e violência .....	49
Capítulo II – Tecnologia, cultura e sociedade.....	59
2.1. Internet: inovar ou reproduzir o passado?.....	63
2.2. Cibercultura .....	65
2.3. Interações em rede e conversações em rede.....	72
2.4. A construção dos laços na rede virtual.....	79
Capítulo III – O feminismo na era das redes sociais virtuais.....	81
3.1. Exemplos de virtualização das manifestações feministas no mundo.....	85
3.2. A conversação na rede e as dinâmicas comunicacionais dos blogs.....	87
3.3. O feminismo em dois espaços: no urbano e no virtual .....	95
3.4. Do megafone a internet: os blogs feministas e as marchas de rua.....	98
3.5. A comunicação em blogs.....	100
Capítulo IV – Procedimentos metodológicos.....	103
4.1. Estudos de Redes Sociais na Internet.....	107
4.2. Etnografia virtual.....	110
Capítulo V – Do campo de análise: os blogs coletivos feministas.....	112
5.1. Blogueiras Negras.....	113
5.2. Blogueiras Feministas.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXOS.....	147

## INTRODUÇÃO

As novas dinâmicas comunicacionais mediadas pela internet, assim como a maior presença de temas feministas no campo do estudo e da pesquisa, têm acarretado em novas formas de representação da mulher na mídia. No campo comunicacional, as possibilidades de maior intervenção das mulheres nos espaços virtuais conseguem pautar a mídia tradicional no que diz respeito a questões de gênero e feministas (CASTELLS, 2013, p.58). Isso não significa que as mulheres não se manifestavam em tempos passados, anteriores à comunicação mediada pela internet, mas que, com o auxílio dela, ficou mais eficaz para este grupo social expor suas ideias, demandas e problemas para demais grupos da sociedade.

Os estudos de gênero latinos desenvolvidos desde a metade do século XX apontam para a existência de uma condição de gênero e identidade, imposta socialmente às mulheres, que dificultam que essas ocupem espaços públicos (conselhos, trabalho, escola, partidos etc) e privados (ambiente doméstico e familiar) e que tenham representatividade neles de maneira igualitária (LAGARDE, 2005). A justificativa para as barreiras impostas ao gênero feminino na circulação pelos espaços seria a existência de um “instinto”, segundo descreve a antropóloga Lagarde, criado pelas normas sociais. A crença em tal “instinto” diferenciaria homens de mulheres: mulheres, por instinto, deveriam se dedicar “à procriação, à maternidade e a reclusão da vida doméstica”, enquanto que homens, também por “instinto”, devem se dedicar “a produção, ao trabalho, ao pensamento e à política” (LAGARDE, 2005, p.7).

A própria concepção de “Direitos Humanos” trata de um Direito que diz respeito somente aos homens no sentido de gênero da palavra. Os Direitos Humanos das Mulheres

foram reconhecidos como “Humanos”, por exemplo, somente em 1993, na Conferência de Viena.

Desde 1789 los Derechos del Hombre son signo de la democracia moderna y de la emergencia de la ciudadanía como cualidad potencialmente universal. Sin embargo, siglo y medio después ya habían mostrado su insuficiencia y fueron reformulados con el nombre de Derechos Humanos por Eleonor Roosevelt, quien los llamó humanos y no del hombre, para evidenciar que el concepto anterior sólo se refería a los hombres, a los varones, y para incorporar a las mujeres de una manera explícita: humanos, en plural y en neutro es abarcador de los dos géneros, las mujeres y los hombres. A pesar de este esfuerzo, aún es vigente la concepción sobre los derechos del hombre. (LAGARDE, 2005, p.3)

Nos anos de 1960 do Brasil, o movimento feminista nacional começa a aparecer na mídia para debater pautas sobre a condição do corpo feminino, a violência sexual condicionada pelo gênero da vítima, além de lutar por maiores espaços de poder na sociedade brasileira. No entanto, a História política dessa época, à exemplo de outras, tenta abafar os movimentos feministas no país. Com o Golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar, milhares de mulheres militantes foram exiladas, torturadas, colocadas nas cadeias e na clandestinidade. Em 1975, a luta feminista volta a ganhar força nacional com o *Movimento das Mulheres pela Anistia*. Além desta, outras organizações de mulheres se opuseram ao militarismo e “formaram muitos grupos que consolidaram os interesses e demandas femininas, propiciando maior articulação delas na arena pública” (MATOS, 2010, p.68).

Este período em que o movimento de mulheres se ergue politicamente contra os militares, mas não somente, é descrito como a segunda onda feminista no Brasil, que se caracterizou “como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer” (MATOS, 2010, p.68).

Em 1987, o movimento nacional de mulheres se reuniu para exigir seus direitos em uma Carta das Mulheres aos Constituintes. O documento foi aprovado no texto Constitucional de 1988 em 85 por cento da sua totalidade. Eram bandeiras do movimento feminista dessa época: o combate à discriminação de gênero, o combate à violência contra a mulher e a luta pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Assim, “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (CARNEIRO, 2003, p.117)

A aprovação da Carta das Mulheres aos Constituintes foi um avanço ao quadro social nacional, principalmente se lembrarmos que até o ano de 1988 o homem era considerado o chefe da família perante a Constituição. O fato demonstra que foi somente no final do século XX que a mulher brasileira conseguiu dialogar com a sociedade nacional pautas ligadas ao controle do próprio corpo de maneira mais aprofundada, abordando temas como o uso da pílula anticoncepcional e a divisão social entre a sexualidade e a maternidade (PEDRO, 2012). Por outro lado, as conquistas garantidas na Constituição de 1988 fez o movimento de mulheres ser reconhecido internacionalmente:

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder. (CARNEIRO, 2003, p.117)

Apesar dessas conquistas desde o período político e social de 1988 e desde a segunda onda feminista no país, a pauta da luta das mulheres cresceu e exige novas necessidades e debates no Brasil. A discussão sobre o aborto, por exemplo, ainda se faz um tabu, principalmente em épocas de eleições presidenciais, quando políticos se esquivam de

dar opiniões sobre o tema ou declaram discursos de cunho religioso ou de ódio sobre a questão, ou em períodos de instabilidades sociais no país.

A fim de exemplificar a questão, tal comportamento em relação à pauta do aborto no Brasil foi possível observar em dois recentes episódios: nos debates entre os candidatos nas eleições presidenciais de 2015, e, em 2016, no período do surto de zika vírus, em que foi confirmada a relação da contaminação do vírus com a microcefalia em recém-nascidos. Nos dois episódios, a pauta do aborto foi abafada ou tratada de maneira superficial.

Considerando a região geográfica em que as mulheres estão, Matos (2010) defende que as mulheres brasileiras e as latinas, depois de passarem pelo período de redemocratização de seus países no final do século XX, vivem atualmente uma “Quarta Onda” feminista, com características próprias do Sul do continente americano, caracterizada pelos fatores:

1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da elaboração, implantação e tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas para as mulheres que tenham claramente o recorte racial, sexual e etário, bem como a busca do poder político, inclusive o parlamentar; 2) da criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas no âmbito federal, estadual e municipal; 3) dos desdobramentos oriundos da institucionalização, com a criação de organizações não-governamentais (ONGs), fóruns e redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes comunicativas do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres; e, finalmente, e ainda mais importante, por meio de 4) um novo frame para a atuação do feminismo, desta vez numa perspectiva trans ou pós-nacional que deriva daí um esforço sistemático de atuação em duas frentes concomitantes: uma luta por radicalização anticapitalista, por meio do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais, e de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul. (MATOS, 2010, p.69)

O pensamento de Matos (2010), de que é possível um feminismo ao Sul do continente com características próprias da sua região geográfica e contexto político e social – de uma “moldura Sul-Sul” ao encontro dos diversos feminismos – um feminismo que vai



além dos padrões norte-americanos ou dos centros tradicionais globais, já é defendido por autoras dos considerados “países centrais”:

Por muitos anos, feministas ao redor do mundo se voltaram para os Estados Unidos em busca das mais avançadas teorias e práticas. Contudo, atualmente o feminismo estadunidense se encontra em um impasse, entravado pelo clima político hostil pós-11 de Setembro. Incertas de como buscar justiça em relação a gênero sob as condições atuais, estamos agora devolvendo o favor ao olharmos para as feministas de outros lugares buscando inspiração e orientação. (FRASER, 2007, p.291)

Este novo movimento indica para um momento social em que o pensamento e as teorias feministas atuais têm se deslocado dos Estados Unidos para “espaços transnacionais, como a ‘Europa’, onde há maior margem para manobras. A consequência é uma mudança drástica na geografia das energias feministas”. (FRASER, 2007, p.291). Trata-se de uma nova fase para o feminismo que, depois de passar por uma transformação histórica de grande escala associada à globalização, tem como principal característica um pensamento “transnacional”, sendo que este feminismo transnacional “está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada” (FRASER, 2007, p.305).

Faz-se importante ressaltar que não cabe a esta pesquisa contar a história do movimento feminista ocidental por dois motivos: o primeiro, por não ser o passado do feminismo a nossa preocupação, mas sim o presente do movimento e a sua atual mediação pela internet; o segundo, por reconhecermos não ter tempo nem foco necessários para que não caiamos no padrão de muitas narrativas acadêmicas sobre o tema, que sobrecarregam e estereotipam autoras e décadas, principalmente as compreendidas nas de 70, 80 e 90, como aponta Hemmings:

Critico, particularmente, uma narrativa insistente que vê o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso ou perda. Essa abordagem dominante simplifica a complexa história dos feminismos ocidentais, fixa autoras e perspectivas dentro de uma década específica e, repetida e erroneamente, posiciona feministas pós-estruturalistas como as 'primeiras' a desafiar a categoria "mulher" como sujeito e objeto do conhecimento feminista. (HEMMINGS, 2009, p.215)

Independente do momento da história do feminismo, ou das ondas que buscamos conhecer do movimento, apontamos uma característica unificadora do movimento feminista:

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p.15)

Cabe a esta pesquisa se debruçar sobre o momento presente do feminismo, em um contexto em que sua comunicação se estabelece através da mediação pelas mídias digitais: igual acontece com outros movimentos sociais no Brasil e no mundo, o movimento de mulheres tem sido influenciado pelo surgimento, no final do século XX, e estabelecimento, no início dos anos 2000, das redes sociais na internet. Assim, contextualizar se torna a palavra certa para o este trabalho discorrer sobre o atual momento do movimento de mulheres no Brasil, assim como analisar a maneira como se estabelece o processo comunicativo de brasileiras na internet.

O grande prejuízo, segundo Carneiro (2003), deste período em que o movimento feminista nacional esteve associado às ideias das feministas do primeiro mundo foi a invisibilidade das diferenças e desigualdades das mulheres brasileiras, sendo o movimento negro o mais ignorado neste período, uma vez que "as vozes silenciadas e os corpos

estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, 118).

é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. (CARNEIRO, 2003, 119)

Quando olhamos para além do Brasil, percebemos que o movimento de mulheres também tem se articulado em lugares em que acreditamos não haver feminismo, como as regiões do Oriente Médio. Assim, contrariando esta ideia ocidental de que o feminismo é exclusivo do Ocidente, as mulheres orientais tiveram participação representativa nas manifestações populares dos países que promoveram a “Primavera Árabe”, graças a apropriação da internet para a articulação da luta feminista. Por meio de blogs e transmissões ao vivo, as primeiras manifestantes mobilizaram demais mulheres a participarem na internet e encorajavam-nas também a se manifestarem nas ruas. As mulheres da “Primavera Árabe” exemplificaram como um movimento social iniciado na internet foi capaz de levar as mulheres dos espaços privados para os públicos, dos espaços virtuais para as ruas das cidades, a fim de se manifestarem politicamente contra seus governos e contra suas condições sociais desiguais (CASTELLS, 2013).

Outro ponto a ressaltar deste episódio das mulheres orientais foi que, além de atuarem em sua própria região geográfica, por meio da ação dessas blogueiras o mundo além do Oriente ficou sabendo dos espancamentos, estupros e mortes de mulheres manifestantes que ocorreram durante a “Primavera Árabe”; não ficou despercebida pelo resto do mundo a violência com que mulheres foram tratadas pelos Governos, pela Polícia

e até por manifestantes homens, que deveriam, em tese, estar do lado dessas manifestantes mulheres. Mais que denunciar o quadro político desses países, manifestantes mulheres deram o recorte de gênero para as questões políticas e sociais da Primavera Árabe (CASTELLS, 2013).

Em 2013, as conferências internacionais do TED Talks, projeto da fundação norte-americana *Sapling* destinado a disseminação de boas ideias, abordou o tema “How to start a movement” e convidou diversos ativistas sociais do mundo todo. Um deles foi Esta Soler, ativista feminista e fundadora da organização *Futures Without Violence*, que atua há 30 anos nos Estados Unidos contra a violência doméstica contra a mulher. Quando fundou a organização, Soler identificou por meio de pesquisa realizada pela instituição que o jornal *The New York Times* havia publicado somente 158 casos de violência doméstica antes do ano de 1980; depois da atuação da *Futures Without Violence*, Soler identificou, mediante nova pesquisa, que o mesmo jornal havia publicado mais de sete mil casos de violência doméstica nos anos 2000. Na conferência, Soler explica como usou as tecnologias, no começo a Polaroid e hoje as redes sociais, para dar visibilidade aos casos de mulheres violentadas nos Estados Unidos:

We've come a long way since the days of the Polaroid. Technology has been our friend. The mobile phone is a global game changer for the empowerment of women, and Facebook and Twitter and Google and YouTube and at the social media help us organize and tell our story in a powerful way. (SOLER, 2013)

Não desconsideremos, contudo, que no mesmo contexto em que começam a surgir experiências bem-sucedidas focadas nas questões de gênero nas redes sociais virtuais, em que as mulheres que vivem o problema podem divulgar seus próprios relatos, sem cortes e edição de um editor, a maioria de outros discursos feministas ainda é silenciada pela grande mídia e por setores de poder da sociedade, fazendo com que ainda permaneça em destaque

os discursos patriarcais. Vem dessa percepção de silenciamento do discurso na mídia sobre a mulher, discurso este que deveria ser plural e igualitário, a mobilização de mulheres para o bom uso das redes sociais na internet:

Se, por um lado, a imprensa apaga dizeres sobre o feminismo e evidencia discursos patriarcalistas, as redes sociais virtuais constituem-se, então, como um espaço de confronto a esses discursos hegemônicos. A popularização da internet contribuiu para fazer circular massivamente discursos de valorização do feminismo (LIMA, 2013, p.10)

Ao considerar que “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de relação de significado e, portanto, a produção das relações de poder” (CASTELLS, 2013, p.11), que as tecnologias são produzidas por um processo histórico e em um sistema social (SLACK; WISE, 2002), que “a condição de gênero imposta à mulher não é natural, mas histórica e cultural” (LAGARDE, 2005, p.231), e que a mudança geográfica do foco de produção do pensamento feminista para além dos Estados Unidos implica em novas “energias feministas” (FRASER, 2007), a presente pesquisa de mestrado tem por objetivo estudar como se estabelece o processo comunicacional de brasileiras feministas na internet.

Como aportes metodológicos, foram analisadas as postagens de dois grandes blogs coletivos feministas, pioneiros na temática no Brasil: o *Blogueiras Feministas*, que reúne postagens de mulheres feministas de todo o país, sem o recorte de raça; o *Blogueiras Negras*, que reúne postagens de mulheres negras feministas. As postagens de ambos os blogs foram coletadas nos meses de março e abril de dois anos consecutivos: 2015 e de 2016. As datas foram escolhidas de acordo com o principal evento de mulheres do calendário internacional, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e de acordo com os eventos políticos do Brasil nos anos escolhidos: o ano de 2015 foi marcado pela reeleição

da primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff, e o ano de 2016 tem sido marcado pelo seu processo de impeachment.

As datas de coleta dos blogs estudados consideraram a ideia de Matos (2010), de um feminismo próprio do Sul do continente com características próprias da sua região geográfica e contexto político e social. Assim, considerando que a “Segunda Onda” do feminismo no Brasil esteve entrelaçada à conjuntura política do país, que passava pela Ditadura Militar, e, assim como observou Carneiro (2003), que o movimento feminista brasileiro está desde o seu princípio, articulado com as lutas pela democratização do país, o feminismo mediado pela internet brasileiro mantém essa característica de estar associado ao momento político do país? É o que responderemos no **capítulo 5**.

A pesquisa propõe um exercício analítico sobre a rede que é gerada a partir das manifestações feministas na internet, observando os temas e eventos pautados, a repercussão deles na rede, a periodicidade das postagens, a quantidade de autoras envolvidas e quais os pontos de contato, assim com as principais diferenças entre os dois blogs estudados.

Busca-se resultados diretamente relacionados com a participação político-social de cada ator e de suas conexões na rede on-line, assim como o potencial das redes sociais na internet para o revigoramento da luta feminista contemporânea nas marchas de rua no Brasil.

Sobre a estruturação desta monografia, o trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos. O capítulo de abertura, intitulado “Século XXI e mulher: contexto brasileiro, representações e internet”, é descritivo e teórico e faz um balanço da condição histórica da mulher na sociedade nacional e internacional. Com foco nos estudos da antropóloga mexicana Marcela Lagarde, da socióloga norte americana Nancy Fraser e da jornalista

brasileira Dulcilia Buitoni, entre outras autoras que tratam de gênero, são abordadas as pesquisas mais recentes sobre representação da mulher na mídia e sobre a inserção da mulher na era comunicação mediada pela internet. Todas as autoras de gênero abordadas no Capítulo I apresentam algo em comum: acreditam haver um feminismo com características próprias da parte latina do continente americano. No segundo capítulo, chamado de “Tecnologia, cultura e sociedade”, abordamos as mudanças sociais, culturais e tecnológicas que a ascensão das redes sociais virtuais provocou desde o seu estabelecimento. No mesmo capítulo, nos debruçamos acerca do conceito de “cibercultura” e esclarecemos que este trabalho não se trata de uma pesquisa profética, baseada em noções do que o pesquisador pensa que será ou deveria ser a internet. Os autores bases deste capítulo são Pierre Lévy, André Lemos, Adriana Amaral, Raquel Recuero e Suely Fragoso. Sobre o terceiro capítulo, “Feminismo na era das redes sociais virtuais” em Levy mais uma vez, assim como em Henry Jenkins e Manuel Castells, é discutido manifestações do feminismo atual brasileiro em dois espaços: no urbano e no virtual. Neste momento, apresentamos e aprofundamos nossos objetos de pesquisa, os blogs coletivos *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*. O capítulo quatro apresenta as apropriações metodológicas da pesquisa, em sua ordem de execução: os Estudos de Redes Sociais na Internet e Etnografia virtual. O quinto e último capítulo, “Do campo de análise: os blogs coletivos feministas”, apresenta a análise dos posts coletados nos blogs estudados, os resultados e confere quantos pressupostos de pesquisa foram confirmados.

**- Motivações sobre o tema: a pesquisa no Brasil e na América Latina de temas ligados a mulher, a comunicação e as redes sociais virtuais**

O ano de 2014, quando este projeto foi formulado, se apresentava como um terreno fértil para a discussão do feminismo no Brasil e em demais países. Acabava de ocorrer a

manifestação de mulheres durante a Primavera Árabe; a América Latina tinha três mulheres em cargos presidenciais pela primeira vez na sua história, sendo uma delas a brasileira Dilma Rousseff; várias campanhas feministas, focadas em denúncias de violência de gênero, começavam a surgir na internet. A mais significativa delas aconteceu no Brasil, contra o maior instituto de pesquisas do país, o IPEA, com a campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada. O ano de 2015, contudo, se apresentou como um backlash (FALUDI, 1991) aos pequenos avanços que o ano anterior parecia ter trazido à luta das mulheres e começam a ganhar espaço, dentro da própria Câmara de Deputados, figuras contra os direitos das mulheres, como os deputados Eduardo Cunha, Jair Messias Bolsonaro e Marco Feliciano. Mas esse movimento contrário aos avanços não calou o atual movimento de mulheres e cada vez mais os blogs passavam a se tornar importantes ferramentas de denúncia de violências de gênero e de difusão de informações feministas.

Enquanto o compartilhamento de conhecimento e informações feministas no Brasil ganhavam o campo da internet, na pesquisa acadêmica, contudo, não era algo intuitivo ou tarefa fácil saber onde encontrar definições de termos, delimitações de datas e fatos históricos relacionados à luta feminista no Brasil.

Outra motivação está relacionada à nacionalidade das pesquisas mais conhecidas na área: corriqueiramente, salvo raras exceções, esta nacionalidade não dizia respeito ao Brasil ou qualquer outro país Latino. Em reflexão sobre as revistas científicas e a produção de conhecimento no Brasil, Lopes e Piscitelli (2004) descrevem as tensões que afetam as publicações dos países considerados “não centrais”:

é inegável a posição desvantajosa na estratificação internacional dessas revistas. Isto é evidente quando se observa que, se nessas publicações há um confronto com a pesquisa internacional, o material nacional nelas publicado não recebe respostas equivalentes por parte dos pesquisadores estrangeiros, estabelecendo uma ausência de feedback. Esse não reconhecimento pelos cientistas estrangeiros está vinculado a uma série de fatores políticoculturais e, inclusive,



lingüísticos. Por exemplo, enquanto em algumas áreas de conhecimento adota-se o inglês, mesmo para publicações de caráter nitidamente nacional, em busca dessa interlocução, revistas orientadas pela convicção de que uma de suas funções centrais é disseminar materiais na língua nacional parecem condenadas a essa falta de interlocução. (LOPES; PISCITELLI, 2004, p.117)

A respeito deste trabalho, não podemos nos queixar sobre o volume e qualidade bibliográfico sobre a pesquisa em gênero: encontramos bibliografia sobre estudos de gênero e comunicação elaborada tanto por brasileiras como por latinas nos últimos dez anos. Esperamos que a atual pesquisa também possa auxiliar demais pesquisadoras e pesquisadores que pretendam observar os atuais processos comunicacionais da sociedade brasileira sob a ótica de gênero e suas problemáticas. Mais que isso, este trabalho também aparece como uma lembrança de que é urgente refutar a ideia de que já se alcançou todas as reivindicações das causas do gênero feminino no Brasil. E é isso que as blogueiras feministas dos blogs coletivos analisados fazem todos os dias: rebatem o discurso midiático hegemônico e patriarcal sobre a figura das mulheres no Brasil. Por isso os pioneiros *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras* foram selecionados como objeto de estudo.

É preciso salientar, ainda, que há outro campo desta pesquisa que também é recente no Brasil: o da própria Comunicação. Apesar dos estudos dessa área remontarem do século XIX, a noção de Comunicação enquanto campo aparece somente na metade do século XX. “Como campo ao mesmo tempo empresarial, profissional e universitário, a comunicação emerge na sociedade brasileira na década de 1960, mas só ganha legitimidade no período seguinte” (MARQUES DE MELO, 2015, p.21). Unir uma abordagem empírica sobre a internet no campo da Comunicação, tarefa à qual esta pesquisa se propõe, torna-se mais desafiador ainda. Como observou as autoras brasileiras Fragozo, Recuero e Amaral na introdução de *Métodos de Pesquisa para Internet*, um dos principais livros da área no Brasil, “A tradição empírica nas áreas humanas e sociais ainda está em construção no Brasil. Embora as abordagens empíricas

sejam ainda mais recentes na pesquisa brasileira sobre as tecnologias digitais de comunicação, o interesse por esse tipo de investigação tem avançado de forma evidente” (2013, p.17). Assim, unir em um mesmo trabalho de pesquisa sobre a internet o campo da comunicação e os estudos em gênero, é, por si só e historicamente, desafiador no Brasil. Ao mesmo tempo, a contribuição de um projeto que se propõe a este estudo se faz quase que necessária e imediata.

Por fim, todos os autores citados neste trabalho que estudam os conceitos de comunicação mediada pela internet (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013; RECUERO, 2009), cibercultura e ciberespaço (LEVY, 1999; LEMOS, 2008), redes sociais virtuais (CASTELLS, 2013; 2009) e convergência das mídias (JENKINS, 2009) foram utilizados porque todos apresentam algo em comum: consideram que a internet e as redes sociais virtuais não sejam apenas uma mudança no âmbito da tecnologia, mas principalmente no campo da cultura e da vida em sociedade.

## Capítulo 1. Século XXI e mulher: contexto brasileiro, representações e internet

A fim de fazer um retrato da condição da mulher no Brasil nos tempos atuais, iniciamos com o questionamento: o que significa ser mulher brasileira no século XXI? Sabe-se que a mulher conseguiu se inserir no mercado de trabalho nacional e usufruiu de leis trabalhistas, assim como os trabalhadores homens, e também conquistou leis trabalhistas relacionadas ao gênero, como o direito a licença maternidade. As mulheres ingressaram no Ensino Superior e reivindicaram cargos de supervisão e chefia. Engrossaram as filas dos movimentos sindicais, participaram da redemocratização do país e lutaram e ainda lutam pela criação das creches públicas. Podem frequentar lugares antes frequentados somente por homens e trabalhar em funções antes destinadas somente a eles. Não precisam mais optar, apesar da pressão social, pelo matrimônio e pela maternidade, se assim escolherem. Quando não são incluídas nas políticas públicas, podem se manifestar na internet e nas marchas de rua. Se não são ouvidas pelas mídias de massa, podem se fazer ouvidas e confrontar discursos das grandes empresas de comunicação por meio do uso de blogs, redes sociais virtuais e dos comentários nas notícias dos grandes portais de notícia.

No âmbito constitucional brasileiro, existe desde 2006 a *Lei Maria da Penha*, Lei nº 11.340, que definiu o que vem a ser e criminalizou, com penas mais duras, a violência doméstica contra a mulher. No ano em que esta pesquisa começou a ser realizada, 2015, entrou em vigor mais uma lei no combate à violência de gênero: a *Lei do Femicídio*, Lei nº 13.104, que altera o código penal para prever o feminicídio – assassinato de mulheres em que a causa do crime foi o gênero da vítima – como um tipo de homicídio qualificado e inclui-lo no rol dos crimes hediondos. No âmbito político, a presidente do país é uma mulher, Dilma Rousseff, a primeira a ocupar o cargo em toda a história do Brasil e a ser reeleita. E, mais recente, a sofrer um processo de impeachment que mais se assemelha a um golpe político em que, uma das causas, é o próprio gênero da governante. Em 2003, o

governo federal criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem por objetivo atuar nas Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e em Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. Em 2016, com o cenário político conturbado e novo presidente interino, mais uma vez um homem a ocupar o cargo, Michel Temer, a SPM perdeu status de ministério e foi englobada como uma das pastas do novo Ministério da Cidadania.

O fator mais significativo na criação de políticas públicas específicas para a condição da mulher brasileira, para Carneiro, foi o estabelecimento de uma mudança no país no paradigma em relação a questões entre o público e o privado:

A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (CARNEIRO, 2003, p.117)

Este cenário de avanços nos direitos das mulheres foi conquistado graças à articulação das próprias mulheres, ligadas à movimentos feministas e sindicais ou não, da “Segunda Onda”, iniciado no Brasil por volta dos anos 1960 e que se estendeu até a redemocratização do país (PEDRO, 2012).

Os fatos acima citados têm sido veiculados nas mídias tradicionais como mensagens de celebração das mulheres. Frequentemente, contudo, tais notícias justificam que esses pequenos ganhos levou a mulher a um lugar em que o feminismo não é mais necessário, desvalidando a atual luta por equiparação de direitos e igualdade de gênero e colocando o movimento feminista como algo radical, defasado, anacrônico e sem propósitos. O discurso

da mídia tradicional desconsidera, assim, que “são memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda” (CARNEIRO, 2003, p.118), ignorando que é a pressão do movimento feminista a responsável pelos avanços das mulheres no país, e não a boa vontade ou o senso de justiça dos congressistas, a maioria homens desde sempre, em querer melhorar a vida das mulheres.

Citamos como exemplo a polêmica que se formou em torno do tema da inclusão da diretriz de Igualdade de Gênero nas escolas brasileiras, proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no primeiro semestre de 2015. Os principais meios de comunicação, como Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, O Globo etc, reproduziram a notícia em que as fontes eram quase que exclusivamente as falas de políticos conservadores, geralmente membros da popularmente conhecida “bancada religiosa”, assim como as falas dos setores religiosos da sociedade que desqualificavam a diretriz de gênero do PNE, condenavam as escolas que a adotaram em seu plano de ensino e difundiam informações erradas ou ambíguas sobre a questão. Frequentemente, as matérias sobre a inclusão da diretriz de Igualdade de Gênero traziam fontes que afirmavam que se tratava de uma “ideologia de gênero” e que a diretriz destruiria a família tradicional brasileira; fontes que esclarecessem a questão, contudo, quase não eram ouvidas.

Tal maneira de noticiar as questões de gênero é semelhante ao cenário que Faludi (1991) apresentou ao analisar as notícias relacionadas às mulheres na imprensa norte-americana da década de 1980. Segundo constatou a jornalista, era comum tais matérias associarem a figura de mulheres feministas com pessoas solitárias, depressivas e violentas a fim de desvalidarem os pequenos ganhos femininos da época:

Na última década, publicações, do New York Times a Vanity Fair e Nation, fizeram recorrentes acusações contra o movimento feminista. Para elas a campanha pela igualdade da mulher é responsável por quase todas as tristezas que nos afligem desde depressão até insatisfatórias contas bancárias, desde suicídios de adolescentes até má alimentação e má aparência. Para o programa "Today" o movimento feminista deve ser considerado responsável pelo crescente número de velhinhas carregando sacos ou empurrando carrinhos de supermercado à cata de quinquilharias que ainda possam ter alguma utilidade. Um colaborador do Baltimore Sun chega a sugerir que as feministas provocaram o aumento de filmes de violência explícita. Ao tornarem a "violência" do aborto mais aceitável, ele raciocina, as ativistas dos direitos da mulher tornaram possível a explosão do homicídio nas telas. (FALUDI, 1991, p.10-11)

O atual comportamento da mídia brasileira de desvalidar as feministas também parece ser um resquício da própria mídia nacional da segunda metade do século XX, em que os termos “feministas” e “femininas” eram considerados opostos. “Até o final dos anos 1980, por exemplo, poucas pessoas aceitavam o rótulo de feminista, porque, no senso comum, o feminismo era associado à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2012, p.240).

Feito o resgate histórico e, antes de aprofundarmos a questão da representação da mulher na mídia brasileira, apresentaremos dados sobre a atual condição feminina no país.

Começando pelo acesso ao Ensino Superior nacional, do total aproximado de 6 milhões de matrículas de 2013, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões de homens (Inep, 2013). Além disso, as mulheres ainda ocupam poucas cadeiras nos cursos ditos “masculinos”: apesar dos homens estar em menor números de matrículas no ensino superior, eles representaram 64% dos bolsistas do CNPq na área de ciências exatas e da terra e 66% dos cursos de engenharia e computação (Inep, 2011). Logo, percebemos que ainda o público feminino ingressa, na maioria dos casos, em cursos das áreas da Saúde e das Humanas, em profissões destinadas ao cuidar e a ensinar o outro. Segundo Lagarde (2005), essas profissões, dependendo das relações que se estabelecem, ainda são extensões

da mulher domesticada dos séculos passados. Se considerarmos a intersecção de raça dentro do gênero, veremos que as mulheres negras sofrem mais exclusão em todo o Ensino Superior que as mulheres brancas.

Mesmo que o acesso das mulheres, desconsiderando a intersecção da raça por enquanto, à educação seja crescente e significativo, os corredores das instituições de ensino ainda têm se apresentado outro problema ao desenvolvimento pleno da educação desse público. Na era da vida exposta e editada nas redes sociais virtuais, a nova forma de ridicularizar e expor meninas e adolescentes nas escolas é em listas virtuais contando quais são as mais “feias”, as mais “gostosas”, as “vadias” e as “rodadas”. Em maio de 2015, a Ponte Jornalismo divulgou reportagem denunciando que, desde 2014 nas escolas periféricas de São Paulo, as listas chamadas de “TOP 10” eram atualizadas semanalmente e divulgadas na internet com nome e foto das estudantes. As meninas que eram expostas deixavam de frequentar as aulas e pelo menos 12 delas tentaram suicídio.

Das escolas de periferia para a maior universidade pública da América Latina, a Universidade de São Paulo, USP, meios da imprensa alternativa divulgaram no começo de 2015 relatos de estupros e assédios sexuais nos *campi* da Universidade e nas festas ligadas a ela. Segundo informou a organização USP Diversidade em nota divulgada na internet no início do ano:

Em relação aos estupros e abusos corporais e psicológicos ocorridos na FMUSP, são alarmantes os números de casos e preocupante a omissão e tentativa de ocultamento dos dirigentes dessa instituição. Alunos e alunas da FMUSP relataram ao USP Diversidade perseguições e assédio por terem vindo a público denunciar os abusos cometidos por seus colegas. Em nome da “honra” e da “tradição” da Faculdade de Medicina, e através de rituais de iniciação e hierarquia, promove-se uma comunidade de silêncio, na qual seus membros tornam-se cúmplices de atos criminosos e violentos. (USP DIVERSIDADE, 2015)

Sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil, o diretor técnico do Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Clemente Ganz Lúcio, divulgou na Rede Brasil Atual que os salários entre homens e mulheres tem diferença entre 25 a 35% a menos para elas; nos cargos de empregos domésticos, 90% são ocupados por mulheres, enquanto que no Congresso Nacional menos de 10% das bancadas são ocupadas por mulheres. Dados do IBGE de 2009 mostraram que as mulheres estão limitadas aos setores do Serviço Doméstico, onde são 94,6%, e da Administração Pública, 63,2%. Em todos os outros setores verificados pela pesquisa, a participação de mulheres se demonstrou muito aquém em relação aos homens: 41,2% estão inseridas no Comércio; 39,9% nos Serviços Prestados a Empresas; 36,4% na Indústria e apenas 5,1% no setor da Construção. Outros dados da pesquisa: o percentual de mulheres inseridas como empregadores foi de 3,6% e apenas 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada.

Assim, em resumo na análise desses dados sobre participação e gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional, elas ainda enfrentam problemas de inserção na sociedade:

[...] seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita. Estas desigualdades também estão relacionadas à condição de gênero, como a média de horas trabalhadas das mulheres ser inferior a dos homens, dada a necessidade de dupla jornada, além de estarem concentradas nos setores de atividade com salários mais baixos, como saúde e educação. Ressalta-se, ainda, que sua concentração e participação em setores específicos é fruto de um forte viés de gênero nas carreiras universitárias. As mulheres, embora mais escolarizadas, frequentam cursos menos valorizados no mercado de trabalho. (LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013, p.54)

Sobre a circulação das mulheres nos espaços públicos, uma pesquisa de 2013 encomendada pelo blog feminista *Think Olga* sobre assédio sexual em lugares públicos brasileiros informou que, do grupo de 7.762 mulheres entrevistadas, 99% delas já sofreram



algum tipo de assédio sexual ao longo da vida; 83% revelaram não gostar de “levar cantadas” e que sentem medo quando isso acontece; 90% já trocaram de roupa pensando no lugar em que iriam por medo de sofrerem assédio.

Para considerarmos todos estes dados da atual condição da mulher brasileira, é preciso também olharmos para as disparidades que podem ocorrer quando consideramos a raça dentro da categoria gênero. Para Patricia Hill Collins (1990), uma das principais autoras do feminismo negro, é preciso refletir sobre a “intersecção” das desigualdades, em que uma mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições quando consideramos suas características (gênero, raça, classe, geração). Assim, é preciso registrar que uma mulher negra ganha apenas 51% dos ganhos de uma branca (2014, Ipea). E este dado já representa um avanço, já que em 1995 a negra recebia apenas 40% do que ganha uma branca.

Ao refletir sobre a situação da mulher latina na segunda metade do século XX, a mexicana Marcela Lagarde concluiu em sua tese de doutorado, intitulada *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*, defendida em 1988 e publicada a primeira edição em 1991, existir cinco “cativeiros humanos” que aprisionam socialmente a figura da mulher a sociedade machista, patriarcal e heteronormativa latina. Esses “cativeiros humanos” são a expressão político-cultural da condição histórica de gênero da mulher, e se caracterizam pela opressão e privação da liberdade da mulher nos espaços sociais. O corpo feminino é o lugar de materialização desses cativeiros, enquanto que o modo de vida de cada mulher, a definição histórica da condição da mulher, a sexualidade e a relação dela com os outros determinam o grau e nível de cativeiro em cada mulher (LAGARDE, 2005).

São cinco os “cativeiros humanos” propostos por Lagarde: as *Madresposas* (mãe-esposas), que se entregam à figura do lar e à família e têm sua sexualidade submetida e negada; as *Monjas* (freiras/beatas), cativas pela religião, pelo convento, pela vida consagrada e têm sua sexualidade tratada como tabu; as *Putas* (prostitutas), cativas do bordel e da prostituição e têm sua sexualidade tratada como erotismo, existindo somente para o prazer do outro; as *Presas*, cativas pelo delito e pela Lei, retiradas da sociedade e retidas nas prisões; as *Locas* (loucas), cativas em sua loucura, em sua dissonância com a sociedade patriarcal (Lagarde lembra de manicômios femininos do século XIX que consideravam loucas as mulheres que se recusavam a casar ou entrarem para o convento) e presas ao manicômio. Para a antropóloga, existem cativeiros mais intensos que outros, como as *Monjas*, que reúnem tabus sexuais tanto da figura de mãe como da figura da prostituta, já que seu corpo não serve nem para o prazer de outros e nem para ser uma progenitora.

Assim, segundo Lagarde (2005): a mulher não é livre nos espaços públicos, nos privados, no doméstico e nem nos simbólicos, pois para todos eles existe um cativeiro para submetê-la; a desigualdade entre os gêneros é uma construção histórica e não natural; uma mulher se torna diferente da outra porque a criação, a língua materna, a crença, a relação da mulher com os homens e com outras mulheres, o acesso aos bens materiais, as preferências sexuais e os demais fatores externos sociais e culturais interferem na opressão que uma mulher sofrerá ao longo da sua vida. “Las mujeres comparten como género la misma condición genérica, pero difieren en cuanto a sus situaciones de vida y en los grados y nivales de la opresión” (LAGARDE, 2005, p.79). Por isso a importância, para a antropóloga, de se checar a história de vida de cada mulher ao se problematizar as questões de gênero.

Ao considerar os “cativeiros humanos” e seus níveis e graus de interferência na vida de cada mulher como metáforas sociais, vemos que muitos pontos ainda persistem na sociedade latina do século XXI: ainda existe a cobrança social do matrimônio e da maternidade na vida da mulher latina, pois “ser mujer es ser madre” (LAGARDE, 2005, p.396); persiste a inserção desigual da mulher no mercado de trabalho, com salários menores e empregos que se assemelham a extensão das atividades da mulher limitada ao ambiente doméstico; o medo de sofrerem abuso sexual ainda é imposto às mulheres ao circularem pelos espaços públicos.

Vale ressaltar ainda que, refletindo em termos nacionais, o atual movimento feminista se aproxima do movimento organizado durante a “Segunda Onda” no Brasil, em que a pauta política conturbada especificou as demandas das mulheres, diferenciando o movimento brasileiro do resto do mundo, e escancarou problemas até então velados:

Ainda que fortemente inspirado pelos movimentos feministas de “Segunda Onda” que se multiplicavam no exterior, o do Brasil guardou especificidades por conta da conjuntura política; o país vivia sob uma conjuntura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a lutas políticas e sociais com viés de esquerda. Os grupos de oposição ao governo contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados “movimentos de mulheres” e na militância feminista. (PEDRO, 2012, p.240)

O próprio surgimento no mundo da luta feminista organizada, nascendo na Inglaterra do século XIX, está diretamente relacionado com o momento político e com a condição da mulher na esfera política daquele país:

Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. (PINTO, 2010, p.15)

Coincidentemente, a luta pelo direito ao voto também marcou o surgimento do movimento feminista organizado no Brasil, durante a “Primeira Onda”, assim como a luta das mulheres operárias. Há um salto, contudo, entre a Primeira e a Segunda Onda feministas no Brasil em que o movimento parece se silenciar por cerca de três décadas, para voltar a ressurgir em 1960, mais uma vez em torno de uma pauta política, que foi a perda de direitos provocada pela ditadura militar brasileira:

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p.15-16)

Ainda nesta primeira onda do feminismo no Brasil, vale chamar a atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Em manifesto de 1917, proclamam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35). Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. (PINTO, 2010, p.16)

É na ditadura militar que o movimento feminista, assim como demais movimentos e manifestações sociais, é colocado na clandestinidade. Mais que não poderem atuar, a mulher feminista passa a ser vista como ser politicamente perigoso ao estabelecimento da ordem repressora no país:

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no

México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979. (PINTO, 2010, p.16-17)

De que mulheres estamos falando, contudo? Enquanto, para as autoras citadas até este momento, o movimento feminista nasce e ressurge no Brasil e na América Latina em torno de uma pauta política, para Sueli Carneiro, pesquisadora e militante do feminismo negro, o feminismo negro foi construído no contexto de “sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2013). A autora não desvincula, contudo, o feminismo negro da ação política. A solução, para Carneiro, é a de “enegrecer o feminismo”, demarcando e incluindo na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial.

### **1.1. Representação da mulher na mídia**

A construção da imagem da mulher na mídia tem papel fundamental na percepção da mulher sobre si mesma e da percepção da sociedade sobre a figura da mulher. (BUITONI, 1981). Esta construção midiática é decorrente de um agendamento e de uma repetição de certos temas sobre as mulheres, assim como do silenciamento de outros temas sobre seus protagonismos, problemáticas de gênero e individualidades (FALUDI, 1991).

A hipótese do Agendamento, publicada em 1972 por Maxwell McCombs e Daniel Shaw, foi formulada a partir de um estudo realizado durante uma campanha presidencial

de 1968, na Carolina do Norte, em que “o cruzamento da cobertura noticiosa com as opiniões de eleitores indecisos sobre os temas prioritários na eleição revelou como os media moldam o ambiente político da audiência” (BORGES, 2010, p. 137). Sabe-se hoje que o Agendamento dos temas a serem veiculados nos meios está presente além da comunicação política.

A força do Agendamento de temas na mídia está no fluxo de informações contínuo, ou seja, a todo o momento os indivíduos recebem um grande volume de informações gerando um efeito enciclopédia (McCOMS apud HOHLFELDT, 1997). Isso faz com que a recepção não seja um ciclo fechado, transformando a influência dos meios de comunicação em um processo de médio e longo prazo, em que “a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social” (HOHLFELDT, 1997, p. 44), podendo esta agenda orientar as conversações cotidianas.

Ao refletir sobre como a palavra “feminina” foi construída por décadas na mídia tradicional, nacional e internacional, como um reflexo de uma sociedade historicamente machista e patriarcal, Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009) apontam que a palavra serviu como um instrumento de poder e de troca, e apesar dos avanços sociais, as mulheres “ainda continuam a não ter acesso ao discurso da mesma forma que os homens [...] Isto quer dizer que as mulheres continuam a ser ‘simbolicamente aniquiladas’ (Tuchman, 2004), o que já era discutido nos anos 70 do século passado, embora os estereótipos atuais sejam mais sutis” (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009, p.112).

Um estudo focado na mídia impressa brasileira constatou que a palavra “feminino” costuma ser veiculada na imprensa nacional como um “chavão que corresponde bem ao senso comum de procurar qualidades quase abstratas: maternidade, beleza, suavidade, doçura e outras, [...] desvincula a mulher de sua época e seu contexto, que a transforma

num ser a parte, independente de circunstâncias concretas” (BUIIONI, 1981, p.4). Conforme apontamos anteriormente, Joana Maria Pedro (2012) apontou como que “feminina” era usada como oposto a “feminista” na mídia brasileira até a década 1980. “Definir-se como feminista no Brasil era um grande risco” (PEDRO, 2012, p.240).

Em 2013, o Instituto Patrícia Galvão e o Data Popular lançaram os resultados da pesquisa “Representações das mulheres nas propagandas na TV”. No estudo, 1.501 pessoas com mais de 18 anos e de 100 municípios brasileiros foram ouvidas em maio de 2013. Dos vários resultados obtidos sobre a representação da mulher na televisão, destacamos os dados organizados na tabela abaixo:

**Tabela 1.** Representações das mulheres nas propagandas na TV

Fonte: Instituto Patrícia Galvão, 2013.

	<b>Respostas de mulheres</b>	<b>Respostas de homens</b>
Não acreditam que as propagandas na TV mostrem a mulher da vida real	59%	52%
Propagandas na TV não mostram a mulher que, além de ser esposa e mãe, trabalha e estuda	62%	61%
Concordam que a mulher nunca é apresentada como uma pessoa inteligente em propagandas na TV	39%	30%
Concordam que o padrão de beleza nas propagandas na TV é muito distante da realidade da brasileira	67%	64%
Consideram que as mulheres ficam frustradas quando não têm o padrão de beleza das propagandas na TV	61%	60%
Concordam que o corpo da mulher é usado para promover a venda de produtos nas propagandas na TV	84%	84%
Defendem punição aos responsáveis por propagandas que mostram a mulher de modo ofensivo	72%	68%

Em 2010, a Fundação Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio, Sesc, divulgaram o resultado da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública”, que entrevistou 2.365 mulheres e 1.181 homens nas 25 unidades federativas do país. A pesquisa abordou diversos temas relacionados à mulher, desde relações de trabalho até participação política. Na questão: “Opinião sobre a exposição do corpo da mulher na TV”, 80% dos entrevistados consideraram ser uma exposição “Ruim” para a figura feminina. Quando questionados do por que essa exposição é “Ruim”, 51% respondeu: “Porque dá muita atenção só para o corpo e isso desvaloriza todas as mulheres”.

Percebemos, segundo as respostas dos entrevistados em ambas as pesquisas, que existe uma repetição exaustiva da mídia massiva da imagem de uma brasileira com padrões de beleza irreal, que não representa a mulher “da vida real”; que o corpo dessa mulher é usado como um objeto para promover a venda de produtos; que essa mulher é sempre mãe ou esposa de alguém, não sendo, assim, uma figura independente; que essa representação irreal da mulher brasileira gera frustração nas telespectadoras. Logo, existe um agendamento de uma mulher de padrões de beleza inalcançáveis, desprovida de qualquer atividade intelectual, com um corpo domesticado, objetificado, comercializado e sexualizado. Podemos estabelecer aqui comparações com os “cativeiros humanos” de Lagarde (2005): a representação da mulher na Televisão aprisiona-a ao ambiente doméstico, sequestra sua sexualidade para ser usada em função do prazer do outro e ignora suas vontades e desejos, assim como ignora os diferentes tipos de mulheres. Se, por um lado, há o agendamento de uma mulher aprisionada e que não se sente representada, por outro lado, a mulher da realidade costuma ser silenciada; ou “simbolicamente aniquiladas” (Tuchman, 2004, apud CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009, p.112).



Durante a Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, o monitoramento “A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014”, da Rede Mulher de Educação, em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo, constatou que das notícias de 500 noticiários no dia 23 de junho de 2014, dia de jogos, veiculadas em todo o território nacional, apenas 23% das pessoas ouvidas ou representadas nas matérias eram mulheres. Neste dia, 77% dos noticiários eram ocupados por homens e por temáticas retratadas por “um mundo em que elas [mulheres] se encontram ausentes, inclusive em termos de opinião e visão femininas” (2015, p.93). Outros dados da pesquisa: 91% das notícias não destacam claramente assuntos relacionados à igualdade entre mulheres e homens; 85% não reforçam, mas também não desafiam os estereótipos femininos e/ou masculinos; mulheres em noticiários são identificadas por seus relacionamentos familiares (esposa, mãe, filha), quatro vezes mais que os homens; mulheres foram protagonistas quando as notícias envolviam violência e escândalo.

Agendar certos temas e notícias na mídia em detrimento do silenciamento de outros em relação a representação da mulher no Brasil é uma prática histórica. Na pesquisa “Mulher de Papel”, Buitoni (1991) apresenta imagens semelhantes da representação de uma mulher desvinculada da realidade nacional da época e aprisionada a estereótipos de como deve ser uma mulher brasileira. Ao analisar 90 anos, de 1880 a 1970, de produção da imprensa feminina no Brasil – aquela imprensa feita para leitoras mulheres – a autora aponta no prefácio da obra: “Quase não vi a mulher com que se cruza na rua, sacola de feira numa mão, criança na outra. Não vi a funcionária dos correios do século passado, não vi a bancária de hoje. Nem eu me vi” (BUITONI, 1981). Para a autora, a imprensa feminina é tão tendenciosa quanto a imprensa em geral e os noticiários, pois traz um caráter ideologizado na construção da imagem feminina na mídia.

À primeira vista, receitas de culinária, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos comuns as revistas, seções e suplementos femininos do mundo inteiro são neutros. Porém, se sairmos da superfície, veremos que a superfície feminina é mais ‘ideologizada’ que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência da neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes. (BUIIONI, 1981, p.1)

Com mais de três décadas de distanciamento entre a pesquisa apresentada por Buitoni e o monitoramento dos 500 noticiários durante a Copa do Mundo de 2014, percebemos que ambos tiveram conclusões muito próximas sobre a representação da mulher nos noticiários e na imprensa feminina: sugerem a manipulação para se criar um mundo que seja específico ao das mulheres e que somente por esse mundo ela deve circular. Enquanto nos noticiários em geral a inserção da mulher na sociedade se dá por meio de notícias de um mundo de violência e escândalo, na imprensa feminina a mulher é inserida também em um mundo tendencioso, porém superficial e fora da realidade de uma esfera social voltada a questões como política, trabalho e educação. Portanto, mais uma vez, podemos estabelecer conexões com os “cativeiros humanos” de uma mulher aprisionada apontados por Lagarde (2005).

A tabela abaixo compara constatações de Buitoni (1991) e do monitoramento “A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014” (2015) para demonstrar como a mídia brasileira historicamente vem aprisionando a representação da figura da mulher em mundos irreais e midiaticamente construídos:

**Tabela 2:** A construção de um “mundo da mulher” na mídia brasileira em comparativo nos estudos de “Mulher de Papel” (1981) e “A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014” (2015)

<b>A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014</b>	<b>Mulher de Papel</b>
“As mulheres são protagonistas quando as notícias envolvem violência e escândalo” (2015, p.94)	“O jornalismo informativo não é muito usado pela imprensa feminina” (1981, p.5)
“A perspectiva unicamente criminal nas notícias bloqueia o entendimento global da complexidade de fenômenos como a violência e a prostituição, por exemplo” (2015, p.94-95)	“o próprio tratamento da matéria não favorece a ligação mulher/mundo. Nesse sentido, outro chavão é o ‘mundo da mulher’. Realmente, tenta-se criar um mundo da mulher para que ela fique só dentro dele e não saia para fora” (1981, p.5)

Ao considerar que o agendamento dos temas tem uma influência na agenda social de médio e longo prazo (HOHFELDT, 1997), e que é histórico o agendamento na mídia brasileira dessa figura de mulher irreal, atemporal e alienada ao seu contexto (BUIIONI, 1981), a proposta do tópico a seguir é refletir sobre a questão: a popularização das redes sociais virtuais, em que os cidadãos passam também a produzir, compartilhar e a interagir com o conteúdo (JENKINS, 2008), tem auxiliado as mulheres excluídas deste padrão do agendamento da mídia massiva a exporem para a sociedade suas realidades, demandas e reivindicações, costumeiramente silenciadas pela mídia tradicional?

Antes de avançar, é preciso esclarecer que não é objetivo desta pesquisa discutir como o agendamento e o silenciamento na mídia constrói a agenda pública, mas evidenciar

que esses efeitos não incluem em sua cobertura certos temas e representações de grupos historicamente marginalizados, como é o caso das mulheres.

## **1.2. A mulher na era da internet e a nova justiça social**

A pesquisa sobre os hábitos nacionais de mídia “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015”, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, revela que o brasileiro passa 4h59 por dia durante a semana e 4h24 por dia nos finais de semana conectado à internet. O número é, pela primeira vez, tempo superior ao que o brasileiro passa em frente à televisão, que é 4h31 nos dias da semana e 4h14 nos dias de final de semana.

A pesquisa mostra que o número de brasileiros que tem acesso à internet em 2015 é de 48%. O percentual de pessoas que utiliza a internet todos os dias cresceu de 26% em 2014, para 37% em 2015. Destes acessos, a maioria, 72%, são usuários com Ensino Superior, enquanto que a minoria, 5%, é de pessoas com escolaridade até a 4ª série. Em relação a faixa etária, 65% são acessos de jovens com idade entre 16 a 25 anos; o acesso entre idosos com mais de 65 anos é de apenas 5%. Dos locais acessados, 92% dos usuários brasileiros estão conectados por meio de redes sociais, sendo o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%) as mais utilizadas. A metade dos brasileiros que tem acesso à internet faz uso intenso dela, sendo que 76% desse grupo navega na rede todos os dias. A outra metade da população que não acessa a internet informou não o fazer pelos motivos: falta de interesse (43%), falta de habilidade com o computador (41%), falta de necessidade (24%) e falta de recursos econômicos para bancar os custos que envolvem o acesso à rede mundial de computadores (14%). Em relação ao gênero do acesso, homens gastam em média 5h11 por dia na semana; mulheres gastam 5h06 por dia na semana.

Podemos observar que a concentração do acesso à internet no Brasil está entre os jovens, estudados e que, apesar de metade da população ainda não ter o acesso, a outra metade que o tem acessa de maneira constante e intensa e está de modo massivo conectado por meio das redes sociais virtuais. Logo, fatores sociais como escolaridade, faixa etária e classe social podem estar relacionados ao acesso à internet dos brasileiros.

Em comparação com a pesquisa de consumo e mídia nos Estados Unidos feita por Jenkins, apresentada na obra *Cultura da Convergência*, o autor descreve: “Quase todas as pessoas retratadas neste livro são usuários pioneiros. Nos EUA, eles são, de maneira desproporcional, brancas, do sexo masculino, de classe média e com nível de escolaridade superior” (JENKINS, 2009, p.52). Apesar da “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015” não apontar desproporcionalidades no acesso à internet no Brasil entre homens e mulheres, a pesquisa “Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça” (IPEA, 2013), que analisou os dados de exclusão digital nas famílias brasileiras de acordo com o gênero do provedor, mostrou que, em 2013, 50.2% das famílias chefiadas por homens, independente da raça, não tinham computador em casa, enquanto que nas famílias chefiadas por mulheres, independente da raça, esse número subia para 52.9%. Já em famílias chefiadas por mulheres negras, esse dado salta para 61%. Assim, quando se cruzam os dados de raça e gênero, percebemos que as mulheres negras estão sempre em situação de desigualdade. Em 2003, ano em que se iniciou a coleta da pesquisa “Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça”, 96% das famílias chefiadas por mulheres negras não tinham computador e nem acesso à rede mundial de computadores.

Outro fator a se considerar é a questão do acesso à internet no Brasil. Acreditamos que, ainda que metade da população brasileira não tenha acesso à internet, não podemos desconsiderar a rede que vem sendo tecida por essa outra metade que tem o acesso. Assim como Jenkins refletiu sobre o problema do acesso e da exclusão digital nos Estados Unidos,

também acreditamos que “Enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais” (JENKINS, 2009, p.52).

Em uma comparação mais geral sobre o acesso a outras tecnologias, Pierre Levy concluiu que:

Ainda que apenas um quarto da humanidade tenha acesso ao telefone, isso não constitui um argumento contra ele. Por isso não vejo porque a exploração econômica da internet ou o fato de que atualmente nem todos têm acesso a ela constituiriam, por si mesmos, uma condenação da cibercultura ou nos impediriam de pensa-la de qualquer forma que não a crítica. (LEVY, 1999, p.12-13)

Ao considerar as premissas de que “a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social” (CASTELLS, 2013, p.11) e que a “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p.11), o dado do brasileiro estar passando mais tempo conectado à internet do que na frente da televisão demonstra uma mudança no campo do consumo e dos hábitos, assim como a alteração nas relações entre os homens e da relação do ser humano com o mundo ao seu entorno, modificando a estrutura funcionalista de se pensar o social (DI FELICE, 2007).

No momento em que esta pesquisa era realizada, já não fazia mais sentido a pergunta: “a internet acabará com a televisão e o rádio?”, uma vez que “Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas” (JENKINS, 2009, p.32-33). No contexto dessa desconfiança do que serão das mídias antigas diante da internet, Jenkins (2009), assim como Levy (1999) e

Lemos (2008), lembra que essa desconfiança com o avanço da tecnologia sempre existiu na humanidade, o que torna a ideia da convergência em um conceito antigo, mas que é retomado e assume novos significados quando uma nova mídia surge.

(...) professores de história dizem-nos que os velhos meios de comunicação nunca morrem – nem desaparecem, necessariamente. O que morre são apenas as ferramentas que usamos para acessar o conteúdo – a fita cassete, a Betacam. São o que estudiosos dos meios de comunicação chamam de *tecnologias de distribuição (delivery technologies)*. (JENKINS, 2009, p.41)

Para muitos autores atuais, a preocupação da pesquisa em internet deve se voltar para a relação entre ser humano e tecnologia. A comunicação mediada pela internet tem surtido um efeito estrutural e social entre os conectados, pois são fenômenos que “representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador” (RECUERO, 2009, p.16). A relação entre ser humano e tecnologia tem alterado também a relação com a sociedade entre grupos sociais historicamente excluídos. Isso acontece porque as mídias sociais, desde blogs a sites de relacionamento, “constituem um valioso ambiente em que muitos processos políticos acontecem na sociedade contemporânea” (GARCEZ, 2011, p.231). Até mesmo redes sociais voltadas para o entretenimento, como foi o Orkut e como se assemelha o atual Facebook, permitem que indivíduos de grupos marginalizados se encontrem na rede, promovam a conversação, se organizem e se engajem em torno de suas pautas e temas sensíveis.

Este encontro que a internet tem possibilitado aos grupos sociais que buscam justiça e reconhecimento não é fator que nasceu com as dinâmicas das redes sociais virtuais. No âmbito da sociedade em geral, conectada ou não, Fraser (2002) tem designado de “lutas por reconhecimento” esses grupos, que estão habitando uma nova justiça social no contexto da Globalização, caracterizada por uma “nova proeminência da cultura sobre a política”

(FRASER, 2002, p.8). Para a autora, trata-se de um contexto social em que há o ressurgimento maciço da política *de estatuto*, que luta pelo reconhecimento, e do declínio correspondente da política *de classe*, que se preocupava com a redistribuição. O mesmo aconteceu com o movimento feminista. “Se a primeira fase do feminismo pós-guerra procurou aproximar o gênero do imaginário socialista, a segunda fase enfatizou a necessidade de ‘reconhecer a diferença’” (FRASER, 2007, p.296).

É um momento que avança na justiça de eixos de subordinação antes não considerados: a diferença sexual, a “raça”, a etnicidade, a sexualidade, a religião e a nacionalidade. Porém, o ideal seria um movimento de reconhecimento que aprofundasse a redistribuição, e não somente a substituísse. É o que Fraser (2002) chama de *concepção bidimensional de justiça*.

Por um lado, ela [justiça] deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de estatuto (...) O resultado seria uma *concepção bidimensional de justiça*, o único tipo de concepção capaz de abranger toda a magnitude da injustiça no contexto da globalização. (FRASER, 2002, p.11)

O aprofundamento da justiça de gênero, para a autora, vem desse conceito bidimensional de justiça e se dá na integração das lutas sociais às lutas culturais, a política de redistribuição à política do reconhecimento. Mesmo que esse tipo de “justiça social bidimensional” ainda não tenha sido alcançado, para Fraser (2002), este é um contexto nem fatal e nem utópico, mas um processo que carrega tanto possibilidades como riscos.

As manifestações atuais de movimentos sociais e de grupos de lutas por reconhecimento que vem se desdobrando nas redes sociais (CASTELLS, 2013; GARCEZ, 2011), logo, podem ser entendidos como fruto dessa nova justiça social da Globalização.



Diante desse contexto traçado por Fraser (2002), entendemos que a atual luta das mulheres não nasceu ou ressurgiu na internet; mais que isso, não poderia ser uma luta determinada pela ascensão da internet por não serem as tecnologias um fator determinante na sociedade, mas sim condicionante, já que uma tecnologia é produzida dentro de uma cultura (LEVY, 1999). O que podemos afirmar é que essa luta tem sido potencializada pela internet, o online. Diante deste contexto, levantamos a questão: será a atual luta das mulheres no Brasil articulada na internet somente uma luta por reconhecimento? É uma das respostas que buscamos obter ao final deste trabalho.

Observa-se que as pautas da luta das mulheres têm ganhado um novo fôlego no Brasil e no mundo desde que a informação difundida por redes sociais na internet foi possibilitada. Se por um lado a mídia tradicional ainda tenta silenciar-la, agenda-la e aprisionar-la em um “mundo das mulheres” (BUITONI, 1991), as redes sociais virtuais oferecem uma possibilidade de se expressarem e se fazerem visíveis. “No caso das mulheres, os media convencionais continuam a silenciar, secundarizar e excluir as suas vozes. Porém, estas podem usá-los numa tentativa de se expressar enquanto grupo e de conseguir ganhar visibilidade no espaço público” (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009, p.113).

Outra característica de manifestações feministas na internet é que elas também podem mobilizar demais mulheres para se manifestarem nas ruas, transpondo o virtual para o urbano. Essa transposição de espaços é, para Castells (2013), ação fundamental para esses movimentos sociais que têm nascido e se articulado na internet. Isso porque trata-se de um novo espaço: “espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (CASTELLS, p.7, 2013).

Citamos como um episódio em que houve a construção desse terceiro espaço por manifestantes mulheres na rede aconteceu durante a “Primavera Árabe”, de 2011, em que “as mulheres tiveram papel importantíssimo na revolução [egípcia]. Os vlogs (quatro no total) que Asman Mahfouz postou no Facebook em janeiro e fevereiro de 2011 tiveram influência na deflagração do movimento e foram significativos em termos de conteúdo e estilo”. (CASTELLS, 2013, p.60). Para o autor, há de se destacar as articulações que essas mulheres promoveram entre os espaços virtuais e urbanos: enquanto que na internet elas organizavam e encorajavam demais mulheres a comparecerem nas manifestações de rua, das ruas elas transmitiam vídeos e relatos pessoais de abusos sexuais, espancamentos e mortes cometidos contra as manifestantes mulheres. Ao se manifestarem por problemas gerais contra a política e fatores sociais, essas mulheres também denunciaram um problema a mais que não estava incluído na pauta da Revolução: a violência da sociedade daqueles países orientais contra a mulher:

Em 19 de dezembro de 2011, durante outro ataque à praça [Tahrir], uma jovem foi espancada, despida e deixada inconsciente, usando apenas o sutiã. Mulheres que tentaram ajudá-la foram atacadas pela polícia. O vídeo mostrando esse bárbaro ato de violência sexista foi disseminado por todo o mundo, provocando a indignação universal, particularmente entre mulheres. Ficou conhecido como o vídeo da “garota de sutiã azul”. (CASTELLS, 2013, p.62)

Essas lutas por reconhecimento, seja de grupos de mulheres ou de qualquer outro grupo marginalizado social e midiaticamente, agora podem começar sua mobilização na internet porque, para Garcez (2011), mesmo não sendo a internet *a priori* democrática, ela oferece ferramentas e subsídios que podem ser utilizados pelos cidadãos para o engajamento e para a construção intersubjetiva de um senso de justiça para suas causas.

Além de possibilitar a expressão de vozes marginalizadas, a internet oportuniza os processos de construção de identidade. Ao exprimirem seus pontos de vista e suas histórias autobiográficas aqueles outrora desvalorizados podem alçar posicionamentos semelhantes e assim configurarem processos de

identificação, adquirirem uma maior certeza sobre as próprias escolhas e a motivação para se autoafirmarem no mundo. (GARCEZ, 2011, p.323)

Dentro do movimento feminista brasileiro atual, considerando as lutas por reconhecimento das identidades antes não consideradas nas lutas por redistribuição, como as diferenças dentro do próprio grupo de mulheres, Carneiro aponta ser o movimento de mulheres negras o principal articulador para pluralizar a luta feminista e incluir fatores interseccionais que vão além do sexismo:

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.118)

Alcançar um ideal em que todos os membros (adultos) da sociedade possam interagir entre si como *pares* é o que Fraser (2002) propõe como princípio da “paridade de participação”. Este princípio ideal de justiça social somente será alcançado, segundo a autora, quando houver duas condições: os padrões institucionalizados de valor cultural exprimirem respeito igual por todos os participantes e garantirem iguais oportunidades para alcançar a consideração social; uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e “voz” de todos. Apesar de não poder garantir a distribuição de recursos materiais, vemos nas redes sociais virtuais uma possível ferramenta de se assegurar a independência e “voz” de todos.

Considerando a intersecção de raça dentro do gênero, é preciso destacar mais um dado quando falamos em lutas por reconhecimento das identidades: as mulheres negras representam cerca de um quarto da população brasileira. Mas nem sempre foi assim, uma vez que foi somente a partir de 2009 que as mulheres negras passaram a ser mais numerosas

que as brancas, pela primeira vez, segundo o Dossiê Mulheres Negras, do Ipea, de 2014. Em 2009, a população de mulheres negras e pardas passou a ser de 50% da população feminina no Brasil. A explicação para este aumento da população negra não esteve relacionado fecundidade e natalidade, contudo, mas a autodeterminação, ou, em outras palavras, a reconhecimento das identidades:

Isso não significa que tenha havido uma mudança nas taxas de fecundidade ou de natalidade desses dois subconjuntos populacionais, mas que parece haver uma maior identidade, valorização e reconhecimento da população negra como tal. Ou seja, há uma mudança na forma como as pessoas percebem e declaram sua própria raça ou cor, e isto certamente tem sido influenciado pela inserção cada vez mais intensa na agenda pública – seja via movimentos sociais, seja via ação do Estado – dos temas de raça, etnia, discriminação e desigualdade. (Dossiê Mulheres Negras, 2014, p.20)

Além dos anos 2000 terem começado com, pela primeira vez na história do país, a institucionalização da agenda da promoção da igualdade racial na esfera governamental, este período também passou pela ascensão das redes sociais e do surgimento dos blogs feministas, sendo um deles nosso objeto de estudos, o *Blogueiras Negras*.

### **1.3. Mulher, internet e violência**

Como afirmou Garcez (2011), a internet não é *a priori* um meio democrático, apesar de poder ser apropriada pelos cidadãos a fim de buscarem o engajamento. Para outros autores, a internet pode ser democrática, mas somente se utilizada para esse fim devido ao seu caráter ambíguo. “Sempre ambivalentes, as técnicas projetam no mundo material nossas emoções, intenções e projetos. Os instrumentos que construímos nos dão poderes, mas, coletivamente responsáveis, a escolha está em nossas mãos” (LÉVY, 1999, p.16-17).

Vivemos em um contexto de violência generalizada que, se comparado com o que viveu o século XX durante as duas grandes Guerras Mundiais e com os governos militares

ditadores em vários países, pode ser considerado um contexto global de paz. Quando regionalizado o pensamento, contudo, constata-se que guerras locais e específicas são produzidas e financiadas em pleno século XXI em várias partes do mundo. “Não se trata aqui de guerras isoladas, portanto, mas de um generalizado estado de guerra global que de tal maneira torna menos distinta a diferença entre guerra e paz que já não somos capazes de imaginar uma paz verdadeira ou de ter esperança nela” (HARDT; NEGRI, 2004, p.32). Assim, a guerra, que antes era um período excepcional, com duração determinada e resolvida por meio da interação política entre os países, agora é um estado perpétuo e indefinido.

[...] a guerra vai se transformando no princípio básico de organização da sociedade, reduzindo-se a política apenas a um de seus recursos ou manifestações. Desse modo, aquilo que se nos afigura como paz civil serve apenas, na realidade, para pôr fim a uma forma de guerra e abrir caminho para outra. (HARDT e NERI, 2004, p.33)

Ao partir deste ponto de vista, questionamos: como ficam os grupos sociais mais vulneráveis – aqueles que estão, historicamente, na luta por busca de reconhecimento – nesse contexto de violência constante e global? Algumas considerações a seguir sobre violência e gênero demonstra como as mulheres são um grupo social vulnerável em todo o mundo.

Uma das regiões geográficas mais problemáticas da atualidade é a fronteira entre México e Estados Unidos. Além dos problemas de migração ilegal, no lugar também atuam os grupos de narcotraficantes mais violentos do mundo, como o cartel Los Zetas. Formado, na sua maioria, por militares de elite desertores, o grupo é famoso por métodos sanguinários de morte, como a decapitação e arrancar as mãos das vítimas. Os Los Zetas estão em constante conflito com outros cartéis que também querem o controle das rotas que levam drogas e imigrantes aos Estado Unidos. Essa luta sangrenta respinga, principalmente,

contra as mulheres da região em crimes de feminicídio, termo espanhol, adotado pelo Brasil no ano de 2015, que cunha a expressão máxima de violência contra a mulher pelo fato da vítima ser mulher (LAGARDE, 2005).

Ciudad Juárez, localizada no norte do México que faz fronteira com o estado norte-americano do Texas, é a principal localidade quando o tema é morte que tem como causa o gênero da vítima, mas falar sobre esses feminicídios em Ciudad Juarez na mídia não é prática recorrente. Em 16 de agosto de 2003, quando a jornalista Graciela Atencio, do jornal mexicano La Jornada, noticiou um informe do FBI sobre a existência de um *modus operandi* no sequestro, desaparecimento e mortes de mulheres na cidade, o jornal daquele dia não circulou no município. Em 2004, a antropóloga Rita Segato relatou que, estando em um fórum em Juárez a convite de organizações locais de defesa da mulher para palestrar sobre os casos de feminicídio na região, se sentiu ameaçada durante uma entrevista:

El compromiso inicial de nueve días para participar de un foro sobre los feminicidios de Juárez fue interrumpido por una serie de acontecimientos que culminaron, en el sexto día, con la caída de la señal de televisión de cable en la ciudad entera cuando comencé a exponer mi interpretación de los crímenes en una entrevista con el periodista Jaime Pérez Mendoza del canal 5 local. La asustadora precisión cronométrica con que coincidieron la caída de la señal y la primera palabra con que iría a dar inicio a mi respuesta sobre el por qué de los crímenes hizo que decidiéramos partir, dejando Ciudad Juárez la mañana siguiente para preservarnos y como protesta por la censura sufrida. (SEGATO, 2004, p.3)

Tanto Segato (2004), quanto Antecio (2003), atentam para o fato de como ocorrem as mortes de mulheres em Ciudad Juárez: uso de extrema violência, como tortura, mutilação e asfixia, seguido do abandono do corpo em terrenos centrais da cidade. Para Segato, não se tratam coincidências em que somente a população feminina da cidade morre nesses tipos de crimes:

Se trata, justamente, de la relación entre las muertes, los ilícitos resultantes del neoliberalismo feroz que se globalizó en las márgenes de la Gran Frontera

después del NAFTA y la acumulación desregulada que se concentró en las manos de algunas familias de Ciudad Juárez. (SEGATO, p.4, 2004)

A violência sexual contra a mulher é outra constante no século XXI. Este tipo de violência ainda é usado como arma de guerra e dominação de territórios em conflito em algumas regiões do mundo. Na Nigéria, por exemplo, são frequentes casos de sequestro de meninas e mulheres pelo Boko Haram, grupo extremista da África. A Anistia Internacional divulgou que, de 2014 a março de 2015, o grupo sequestrou 2 mil mulheres para fazer de cozinheiras e escravas sexuais. Muitas delas são obrigadas a se casarem com os líderes do grupo. Outras, além dos constantes estupros, são obrigadas a assistirem o assassinato de seus maridos e filhos e, em alguns casos, combaterem com o grupo terrorista. Em abril de 2014, a mídia internacional divulgou que o grupo havia sequestrado 276 meninas estudantes em Chibok. Na primeira semana de maio de 2015, um grupo de 700 mulheres foi resgatado pelas Forças Armadas da Nigéria. Pelo menos 214 mulheres do grupo estavam grávidas.

A violência sexual contra mulheres no Brasil também é uma constante: dados de 2014 da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 43% das mulheres em situação de violência doméstica sofrem agressões diariamente e 35% sofrem a agressão semanalmente. Em 2013, a pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) concluiu que exista anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no Brasil, mas que apenas 10% desses casos são reportados para a polícia.

Outra violência na vida da mulher do século XXI, também herdada do século passado, são as violações trabalhistas. Em abril de 2013, o desabamento de um prédio de três andares em Bangladesh, Índia, em que funcionava uma fábrica de tecidos que costurava

para grandes marcas internacionais, matou pelo menos 1.127 pessoas. A maioria era operárias. Seis meses antes, o mesmo local já havia passado por um incêndio, o que acarretou na morte de 100 trabalhadoras e trabalhadores.

A própria noção para alguns sobre o que foi o 8 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é uma violência contra a História da mulher. Ao contrário do que muitos acreditam, a data do 8 de Março não foi decorrente de um desastre em uma fábrica em Nova Iorque que matou centena de mulheres operárias, mas das manifestações e greves gerais trabalhistas realizadas na Europa por operárias sindicalizadas russas:

[...] vê-se erroneamente afirmado no Brasil e em alguns países da América Latina que Clara [Zetkin] teria proposto o 8 de Março para lembrar operárias mortas num incêndio em Nova Iorque em 1857. Os dados a seguir demonstram que os fatos se passaram de maneira diferente (BLAY, p.602, 2001)

O imaginário de que o Dia Internacional da Mulher vem de um acidente que matou centena de mulheres é uma interpretação ideológica da História, segundo Blay (2001), uma vez que é mais seguro remeter a data a um episódio de morte de trabalhadoras do que de luta de operárias sindicalizadas e conscientes da sua situação trabalhista. Além disso, para a autora, essa versão dos fatos retira o protagonismo das mulheres de sua própria História.

No Brasil, a “PEC das Empregadas Domésticas”, uma emenda constitucional que amplia os direitos dos empregados domésticos, na tentativa de igualar seus direitos aos demais trabalhadores urbanos e rurais, foi sancionada somente em junho de 2015. O próprio nome da emenda, “Empregadas Domésticas”, evidencia qual é o sexo predominante nesta atividade profissional que, até este ano, não tinha duração da jornada de trabalho definida, não obrigava o empregador a pagar horas extras e não condicionava o empregador a pagar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.



Outra violência histórica associada à mulher, mas dessa vez exclusivamente à mulher negra, e que ainda tem raízes em nossa sociedade, foi a escravidão da negra.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (CARNEIRO, 2013)

Um último tipo de violência contra a mulher constante no século XXI que gostaríamos de destacar é a violência contra a mulher na internet, um tipo de violação de gênero que vem se desenvolvendo de maneira silenciosa, mas que já provocou grandes desastres na vida de muitas mulheres no mundo todo. Em geral, são ações que tem por objetivo reprimir, silenciar e ridicularizar a figura feminina, como perseguição e assédio virtual, o roubo de informações pessoais e a publicação de fotos e vídeos íntimos sem autorização ou a distorção dos seus conteúdos a fim de reproduzir estereótipos de gênero.

De todas as formas de violência contra a mulher destacadas, a violência de gênero na internet é a única originada no século XXI. Com exceção dos abusos físicos, todas as outras formas de violência podem ocorrer exclusivamente nas redes sociais virtuais. “As relações desiguais não deixam nenhum lugar sem dominação. Os espaços digitais da comunicação e participação são novos âmbitos onde continuam ocorrendo essas questões, às vezes chegando a violência de gênero tal como ocorrem no espaço real”. (PLOU, 2013, p.122)

Com base no que foi exposto em todo o **Capítulo 1** e considerando o contexto em que a internet é uma esfera pública complementar da vida social (CERQUEIRA; RIBEIRO;

CABECINHAS, 2009), questionamos: será a internet e suas ferramentas comunicacionais no Brasil um local novo para promover a liberdade e o empoderamento feminino ou para manter aprisionada a mulher que nela navega e interage? A internet pode promover o acirramento dos vários tipos de violência contra a mulher ou o acesso dá as ferramentas para que essa mulher se torne protagonista para mudar sua condição de gênero? Para refletir sobre tais questões, reforçamos, a fim de contribuir para o debate, a ideia de que a tecnologia não pode ser vista como um fator determinante, mas condicionante.

Uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restrita, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades). Não se trata de avaliar seus impactos, mas de situar as irreversibilidades as quais um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explorariam as virtualidades que ela transporta e de decidir o que fazer dela. (LEVY, 1999, p.26)

O estudo online Harassment da Pew Research Center, divulgado em 2014, revelou que 40% dos seus entrevistados já experimentaram algum tipo de violência na internet, mas que são dentre as usuárias mulheres que aparecem os tipos mais severos de intimidação. Do grupo de mulheres entrevistadas, na faixa etária de 18 a 24 anos, 26% afirmaram já terem sido perseguidas on-line e 25% já foram alvo de assédio sexual na internet.

No Brasil, a campanha #EuNaoMerecoSerEstuprada exemplificou como a internet pode ser agressiva as mulheres. Em março de 2014, foi divulgada uma pesquisa do Ipea, Instituto de Pesquisas Aplicadas, em que 65,1% dos entrevistados concordaram com a afirmativa "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". A fim de se manifestar sobre o caso, a cantora Pitty lançou a campanha no Facebook #EuSouMinha, em que convidava outras mulheres a postarem fotos com a hashtag mencionada escrita em seus corpos. A campanha foi noticiada pela mídia massiva, mas não repercutiu na rede. Uma jornalista feminista, até então desconhecida da mídia, Nana

Queiroz, postou uma foto em seu Facebook, nos padrões propostos por Pitty, com o corpo a mostra e uma hashtag escrita nele, com a frase #EuNaoMerecoSerEstuprada. A campanha repercutiu no mesmo dia na rede social e conseguiu com que a notícia da pesquisa do Ipea fosse divulgada em jornais internacionais.

Com a repercussão, a jornalista que iniciou a campanha online e demais mulheres que postaram suas fotos de protesto passaram foram perseguidas por internautas, que postavam comentários ofensivos contra elas ou deixavam mensagens de ameaça de estupro em seus perfis. A campanha mobilizou artistas em defesa da jornalista, incluindo um tweet da presidente Dilma Rousseff: “Nenhuma mulher merece ser vítima de violência, seja física ou sob a forma de ameaça. O governo e a lei estão do lado de Nana Queiroz e das mulheres ameaçadas ou vítimas de violência”. O caso #EuNaoMerecoSerEstuprada demonstrou como o uso das ferramentas tecnológicas e das redes sociais virtuais podem reproduzir violência de gênero e cercos de controle social da sociedade patriarcal, permitindo agressões, muitas vezes anônimas, em lugares e em situações menos esperados.

Diversos estudos brasileiros já apontam para a violência de gênero que vem crescendo no âmbito da internet. Pesquisando o tema há dez anos, Plou faz um balanço:

Naquela ocasião [2005], podiam-se interpretar estes atos como situações isoladas, desconectadas do mundo e da violência real contra as mulheres. Porém em poucos anos, e com o aumento do uso da internet e dos telefones celulares, o caso de violência contra as mulheres no ciberespaço ou com o uso de novos dispositivos tecnológicos aumentam diariamente e suas conseqüências para a vida e a liberdade das mulheres não são menos graves nem perigosos que na vida real. (PLOU, 2013, p.121)

A autora defende, contudo, que não é somente a internet que vem trazendo novas práticas violentas ou reprodução da violência real contra as mulheres, mas a própria tecnologia da informação e da comunicação e seus dispositivos tem criado um ambiente propício à violência contra a mulher:

[...] uma mulher se aproximou para contar-me preocupada que a partir de quando ela e seu marido começaram a usar celulares para sua comunicação habitual, o marido tinha adotado uma conduta persecutória, com o envio de mensagens e chamadas permanentes querendo saber o que ela fazia, onde estava, com quem se encontrava. Também tinha adquirido o costume de revisar seu telefone móvel, para conhecer suas chamadas e mensagens. A mulher sentia-se emocional e psicologicamente reprimida e não podia entender porque seu marido tinha um uso tão controlador de seu celular e de suas ligações. Enfrentar a situação seriamente desnudaria relações de controle e poder em seu casamento que agora vieram à tona com o uso da tecnologia. (PLOU, 2013, p.123)

As potencialidades contraditórias e ambivalentes da tecnologia da informação e da comunicação também são apontadas por Selaimen:

Códigos e protocolos computacionais determinam e governam a maneira como tecnologias de informação e comunicação são conformadas, adotadas, implementadas e utilizadas pelas pessoas. Artefatos tecnológicos são artefatos políticos - incorporam visões de mundo e formas específicas de exercício de poder em vários níveis - sendo que é no nível dos códigos e dos protocolos que este exercício ocorre de maneira mais invisível. Não percebemos o código enquanto ele opera – por isso mesmo, a necessidade de se olhar para os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais embutidos na construção de códigos e protocolos é ainda mais relevante, levando-se em conta que as tecnologias podem servir a uma variedade de interesses; podem fortalecer as estruturas do poder hegemônico e também podem fortalecer a resistência contra estas estruturas. (SELAIMEN, 2013, p.145)

Para a autora, o próprio mundo do desenvolvimento da tecnologia é agressivo às mulheres. “O fato é que a invisibilidade das mulheres na indústria e na pesquisa na área de TICs é apenas um aspecto da gigantesca desigualdade e inequidade de gênero que existe neste campo” (SELAIMEN, 2013, p.138). A fugacidade do debate sobre o tema na mídia e a insistente comparação da relação entre feminismo e TICs sob o recorte do empoderamento das mulheres enquanto apenas usuárias das redes sociais e produtoras de conteúdos é outra problemática, tornando invisível a figura da mulher no outro lado da questão: como desenvolvedoras de hardwares, softwares, linguagens e protocolos (SELAIMEN, 2013).

A violência contra a mulher na internet estar presente, principalmente, nos correios eletrônicos, foros de chat, redes sociais e sites de compartilhamento de arquivos audiovisuais (PLOU, 2013); blogs feministas no Brasil comumente são alvo de perseguição e ridicularização às autoras e leitores dessas páginas. Algumas delas já passam a proibir a postagem de comentários em suas postagens, como é o caso do blog *Lugar de Mulher*. Ambos os blogs estudados por este trabalho, *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*, que serão apresentados no **Capítulo 3**, fornecem seus endereços de e-mail no próprio blog e permitem os comentários dos leitores, mas o fazem com moderação de conteúdo e não estão livres da reprodução da violência de gênero na rede que elas mesmas vem tecendo.

Mas se por um lado a internet e as redes sociais virtuais vem reproduzindo a violência de gênero das ruas e das instituições, por outro a apropriação das mulheres as essas tecnologias tem possibilitado um novo tipo de organização de mulheres na sociedade brasileira. Se na “Primavera Árabe” as mulheres tiveram participação massiva ao se apropriarem de vlogs e transmissões ao vivo na internet, no Brasil essa intensa movimentação de mulheres pode ser vista principalmente na atuação que elas têm desempenhado em blogs coletivos e páginas feministas de redes sociais. Tais manifestações são possibilitadas porque, por não ser determinante, a tecnologia condiciona diferentes comportamento na rede conectada (LEVY, 1999), possibilitando a construção de uma complexa trama de multiplicidade de fatores na rede.

## Capítulo 2 – Tecnologia, cultura e sociedade

Ao considerar que a comunicação tem diferentes dimensões, Lévy (1999) afirma que a internet, igual os computadores e telecomunicações, deve ser entendida como uma mídia – definida pelo autor como um suporte de informação e de comunicação – assim como são compreendidos os veículos impressos, o cinema, o rádio e a televisão. Diferente dessas outras mídias, no entanto, a internet está focada nos fluxos de informação (LÉVY, 1999; RECUERO, 2009; MARTINO, 2014) e nos “mundos virtuais”, onde a própria informação é o espaço contínuo.

Além de ser uma mídia, a internet é um dispositivo que permite que a relação entre os participantes da comunicação seja no esquema de “todos-todos”, uma vez que as “realidades virtuais compartilhadas, que podem fazer comunicar milhares ou mesmo milhões de pessoas, devem ser consideradas como dispositivos de comunicação ‘todos-todos’, típicos das cibercultura” (LÉVY, 1999, p.105).

No campo da pesquisa, a internet deve ser entendida em três dimensões, sendo: “*objeto* de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto *local* de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, *instrumento* de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto)” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013, p.17).

A pesquisa em internet, apesar de não ser nova como muitos acreditam (sua primeira fase de pesquisa data do início dos anos 90), ainda se apresenta desafiadora ao pesquisador que tenta defini-la, classificá-la, conceituá-la e compreendê-la dentro de quadros sociais que vão além do espaço da técnica, do olhar funcionalista e da objetificação e neutralização da internet enquanto um artefato cultural (HINE, 2000; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013). Isto quer dizer que a pesquisa no campo da internet deve ir além da

técnica, uma vez que, “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade” (LÉVY, 1999, p.24).

O primeiro desafio do pesquisador em internet aparece nos próprios estudos da internet, campo que tem como característica tanto o diálogo com a tradição de estudos de comunicação, cultura, mídia e tecnologia, como a condição de estar sempre em constante mudança (JONES, 1999, *apud* FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013). O campo da internet também é multifacetado e, por isso, pode compreender diferentes pesquisadores com distintas formações. (MARKHAM; BAYM, 2009, *apud* FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013). Um terceiro desafio de pesquisa do campo está na definição dos estudos de internet: pelo caráter abrangente, muitos autores ainda se questionam se a pesquisa em internet trata de um *campo* ou de uma *disciplina*. Assim como as autoras Fragoso, Recuero e Amaral (2013), optamos pela noção de estudos de internet enquanto um *campo em desenvolvimento*.

Por estar em constante transformação, a pesquisa em internet pode atrair o pesquisador para as armadilhas da novidade e do modismo, resultando em trabalhos sem contribuições duradouras ou sem a responsabilidade que a ida ao campo da internet exige. Para evitar essas armadilhas, Fragoso, Recuero e Amaral (2013), com base em Baym (2005), Costigan (1999), Jones (1999) e Sterne (1999), recomendam ao pesquisador em internet: manter o estudo contextualizado em tradições de pesquisa que transpassem a internet; abordar a internet considerando as questões relativas ao poder e à condição humana; observar além do quadro de condições locais, considerando perspectivas culturais e subjetivas do país ou região em que se pesquisa; considerar o constante estado de fluxo da internet; manter o diálogo com outras disciplinas e se utilizar de uma linguagem de fácil compreensão para diversos públicos estudados, uma vez que o campo é multifacetado;

evitar discursos tanto para a demonização como para a apologia à internet, assim como evitar pesquisas proféticas, baseadas em noções do que o pesquisador pensa que será ou deveria ser a internet, sendo essa última uma sugestão de pesquisa também defendida por Lévy (1999) e por Matino (2014).

Pensar as mídias digitais exige um trabalho constante de autoanálise para evitar a tentação do “ano zero”, no sentido de pensar que tudo mudou, assim como a perspectiva de que tudo continua igual, apenas em outro ambiente. Seres humanos continuam sendo seres humanos, em toda sua paradoxal complexidade, mas conectados de uma maneira diferente a partir das mídias digitais. Até onde se pode ir, elas não são melhores ou piores do que os indivíduos, comunidades e sociedades que as criaram e usam. (MARTINO, 2014, p.10)

A tecnologia, por sua vez, não pode ser entendida como um simples instrumento ou uma ferramenta neutra (NATANSOHN, 2013; LÉVY, 1999). Apesar disso, o pesquisador deve considerar o fator técnico e buscar compreender particularidades e complexidades do fenômeno, principalmente porque “Hoje, talvez mais que em outras épocas, a influência da tecnologia nas sociedades ocidentais tem um lugar capital dentre as questões que emergem como prioritárias na contemporaneidade” (LEMOS, 2008, p.25). O pesquisador neste campo precisa considerar que artefatos tecnológicos – tecnologia da informação e da comunicação – podem se configurar como artefatos políticos por incorporarem visões de mundo e formas específicas de exercício de poder (SELAIMEN, 2013).

Por fim, os desafios que envolvem a pesquisa em internet podem aumentar quando o estudo está relacionado com o campo das Ciências Humanas e Sociais:

Uma das grandes dificuldades da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais e, de um modo especial, da pesquisa a respeito de novas tecnologias e internet é a abordagem empírica. ‘Como fazer’, ‘como aplicar’ e ‘como pensar’ abordagens metodológicas que sejam eficientes e que permitam aos pesquisadores coletar e analisar dados compatíveis com os seus problemas de pesquisa e com suas perspectivas teóricas mantendo o devido rigor científico constituem os maiores desafios que se colocam para os pesquisadores. (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013, p.17)



Refletido os problemas que envolvem a pesquisa em internet, o pesquisador precisa decidir, como passo seguinte, o tipo de abordagem que dará para a internet. De acordo com os estudos de Christine Hine (2000), que propôs duas abordagens distintas sobre a internet, internet enquanto “cultura” e internet enquanto “artefato cultural”, Fragoso, Recuero e Amaral (2013) afirmam que cada olhar do pesquisador sobre a internet sugere diferentes abordagens e distintos problemas e vantagens. Para as autoras brasileiras, com base em Hine, ao olharmos para a internet enquanto cultura, a observamos como um espaço distinto do off-line; estudos de experimentações de identidades on-line fazem parte desse tipo de abordagem. Já a internet enquanto artefato cultural não diferencia os espaços on-line e off-line e observa a inserção da tecnologia na vida cotidiana; estudos acerca dos discursos libertários sobre a internet, como os grupos de hackers e cyberpunks, fazem parte desse tipo de abordagem.

Ao pensar sobre a relação entre tecnologia, cultura e sociedade, Lévy e Lemos levantam algumas questões a fim de fugir de uma visão funcionalista do tema. Para Lemos (2008), não é possível pensar a cultura contemporânea sem remetermos a questão da técnica, uma vez que os próprios objetos técnicos formam, desde tempos remotos da evolução da espécie humana – tempos em que a técnica não estava relacionada a ciência – uma espécie de ecossistema cultural: “O homem é um ser técnico por definição” (LE MOS, 2008, p.28). Para Lévy (1999), o mundo humano é ao mesmo tempo o mundo técnico, pois não há como separar técnica, cultura e sociedade, uma vez que não há como separar o humano do seu ambiente material. Em vez de enfatizar o impacto das tecnologias na cultura – Lévy rejeita a palavra “impacto” por entender que ela remete a ideia de que a tecnologia seria um projétil e que a sociedade ou a cultura seria um alvo vivo – o autor francês defende a tecnologia enquanto produto de uma cultura:

poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura. [...] As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre ‘a’ tecnologia (que seria da ordem da causa) e ‘a’ cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas *as* técnicas. (LÉVY, 1999, p.22-23)

### **2.1. Internet: inovar ou reproduzir o passado?**

Ao comparar olhares de diferentes pesquisadores para a internet, é possível encontrar semelhanças entre eles no que diz respeito a relação entre internet e sociedade. Para Ginzburg, a história que está sendo escrita na era do Google não é uma história livre dos problemas antigos, apesar do seu potencial de assim o ser. “Alguém já escreveu que a internet é um instrumento democrático. Tomada ao pé da letra, essa afirmação é falsa. Eu gostaria de corrigi-la acrescentando: a internet é um instrumento potencialmente democrático” (GINZBURG, 2010, p.43). Muito antes do historiador, Lévy afirmou que a internet não foi capaz de resolver os problemas históricos sociais. “Meu otimismo, contudo, não promete que a internet resolverá, em um passe de mágica, todos os problemas culturais e sociais do planeta. [...] cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano” (LÉVY, 1999, p.11).

Refletindo em um panorama geral sobre o lugar em que surgiu a internet, a modernidade e suas inovações, podemos associar a fala do sociólogo Giddens aos pensamentos de Ginzburg e Levy, em que aquele afirma que a “modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade de emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu” (GIDDENS, 2002, p.13).

Mesmo que não tenha resolvido os problemas do passado, não há como negar, contudo, que a internet e as relações mediadas por ela estejam alterando o presente. É dizer

que a cibercultura deu surgimento de um novo universal, “diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p.15). Além disso, tanto Lévy (1999) quanto Castells (2013) defendem a visão de que pessoas e instituições de poder, assim como os privilégios e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência desse novo espaço comunicacional mediado pela internet.

Nestas zonas de indeterminação onde o futuro é decidido, grupos de criadores marginais, apaixonados, empreendedores audaciosos tentam, com todas as suas forças, direcionar o devir. Nenhum dos principais autores institucionais – Estado ou empresas – planejou deliberadamente, nenhum grande órgão de mídia previu, tampouco anunciou o desenvolvimento da informática pessoal, o das interfaces gráficas interativas para todos [...] Essas tecnologias, todas impregnadas no espírito dos visionários, transmitidas pela efervescência de movimentos sociais e práticas de base, vieram de lugares inesperados para qualquer ‘tomador de decisões’. (LÉVY, 1999, p.27)

A própria relação que as sociedades mantem com a evolução da tecnologia em si é ambígua em determinados momentos da História:

Desde o surgimento das primeiras sociedades até as complexas cidades pós-industriais [...] a tecnologia ganhou significações e representações diversas, em um movimento de vaivém com a vida social. Em alguns momentos, esta é dominada, controlada, racionalizada pelas atividades científico-tecnológica; em outras, é a tecnociência que deve negociar e aceitar os ditames da sociedade. (LEMOS, 2008, p.25)

Vivemos tempos em que as contradições do campo do fenômeno técnico alcançam seu clímax, pois, além de transformar a própria natureza em uma “tecnofera”, a ação técnica humana também alterou “a natureza do homem, associando o potencial inventivo humano ao potencial destrutivo da técnica. A modernidade nos mostrou o lado perverso do desenvolvimento tecnológico” (LEMOS, 2008, p.37). Nesta linha, além de considerar os fatores sociais, também é preciso se atentar para as barreiras econômica e política, além da própria barreira digital:

As mídias digitais permitiram inúmeras formas de relacionamentos humanos, mas é possível questionar até que ponto essa interferência não foi negativa; a expansão do número de usuários não tem precedentes, mas a “barreira digital” entre conectados e desconectados continua; a “exclusão digital” é um problema de origens e consequências econômicas, políticas e sociais, embora formas de integração das mais variadas procurem diminuir esse impacto. (MARTINO, 2014, p.10)

Sob a mesma lógica da relação entre técnica e tecnologia, Jenkins (2009) reflete sobre a relação entre meios de comunicação e tecnologias de distribuição. Segundo o autor, enquanto os meios, em um primeiro nível, é uma tecnologia que permite a comunicação, em um segundo nível, são práticas sociais e culturais que se desenvolveram em torno da tecnologia. Os sistemas de distribuição, por sua vez, são apenas tecnologias. “Tecnologias de distribuição vem e vão o tempo todo, mas os meios de comunicação persistem como camadas dentro de um estrato de entretenimento e informação cada vez mais complicado” (JENKINS, 2009, p.41).

## **2.2. A cibercultura**

Na obra *Cibercultura*, Pierre Lévy (1999) informa na Introdução que tem por objetivo abordar implicações culturais presentes no desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação: “[...] novas formas artísticas, as transformações na relação com o saber, as questões relativas a educação e formação, cidade e democracia, a manutenção da diversidade das línguas e das culturas, os problemas da exclusão e da desigualdade” (LÉVY, 1999, p.17). Como definição do termo da cibercultura, o autor estabelece ser um “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.17). Já para o autor brasileiro André Lemos, a definição

de cibercultura é mais breve, sendo uma “nova cultura tecnológica planetária” (LEMOS, 2008, p.9).

No final dos anos 80, com a invenção do computador pessoal, as tecnologias surgiram como uma infraestrutura para emergir o ciberespaço, “um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p.32). O ciberespaço é, assim, um novo meio de comunicação que surge da interação mundial dos computadores, abrangendo desde a infraestrutura material da comunicação digital até o fluxo de informações que essa infraestrutura abriga, além das pessoas que navegam por esse espaço. “Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p.92).

Outro termo associado a cibercultura é o “virtual”. Além do sentido técnico da palavra, ligado a informática, Lévy (1999) também reflete sobre o seu sentido filosófico: nesse sentido, o virtual não pode ser entendido como irreal ou como o oposto a realidade, pois o virtual é algo que existe sem estar presente, mas se concretiza toda a vez em que é atualizado por uma interface. Assim, é virtual “toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 1999, p.47).

Ao pensar sobre o virtual nas redes sociais, Lévy (1999) estabelece que a informação se encontra fisicamente situada em algum lugar do ciberespaço, mas precisa ser atualizada por alguma forma de exibição para que possamos tomar o seu conhecimento direto. Assim, este trabalho não fará oposição entre “real” e “virtual”, mas, com base em Castells (2013), fará uma distinção entre o “virtual” e o “urbano” ao analisar as

manifestações feministas brasileiras nas marchas de rua e nos blogs coletivos, objetos a serem abordados no próximo capítulo.

Sobre a emergência do ciberespaço, o termo foi inventado em 1984 pelo escritor William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. “No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural” (LÉVY, 1999, p.92). Para explicar a emergência social do termo, Lévy retoma ao ano de 1945, quando surgiram nos Estados Unidos e Inglaterra os primeiros computadores do mundo. Durante as primeiras décadas, essas máquinas programáveis tinham uso reservado somente aos militares para cálculos científicos. Foi somente nos anos 60 que os computadores passaram a ter uso social. Era previsível que o desempenho do hardware aumentaria, “mas que haveria um movimento geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente os dados elementares da vida social, ninguém, com exceção de alguns visionários, poderia prever naquele momento” (LÉVY, 1999, p.17). Para o autor, a extensão do ciberespaço acelera uma virtualização geral da sociedade:

O ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona). Não chega a ser uma novidade absoluta, uma vez que o telefone já nos habituou a uma comunicação interativa. [...] Contudo, apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser tantos quanto se quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários (LÉVY, 1999, p.49).

Além de acelerar a virtualização geral da sociedade, o autor afirma que quanto mais o ciberespaço se amplia, gera novos nós na rede de conexões, mais ele se torna “universal” e menos o mundo informacional se torna “totalizante”.

Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universo da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita a todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro [...] Não quero dar a entender, com isso, que a universalidade do ciberespaço é “neutra” ou sem consequências [...] Este acontecimento transforma, efetivamente, a vida em sociedade. Contudo, trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta. (LÉVY, 1999, p.111)

Assim, “o universal sem totalidade” seria a essência da cibercultura. “Essa mídia tende a interconexão geral das informações, das máquinas e dos homens. E, portanto, se, como afirmava McLuhan, ‘a mídia é a mensagem’, a mensagem dessa mídia é o universal, ou a sistematicidade transparente e ilimitada” (1999, p.113).

Ao refletir sobre a diluição da fronteira entre tempo e espaço, da desterritorialização e da liberação dos fluxos informacionais digitais, Cunha se questiona: “seja a partir da ingenuidade dos integrados ou a partir das críticas dos apocalípticos, estaríamos ou não vivendo uma etapa de superação das fronteiras, a fase terminal da geografia política, a era da adesão absoluta e incontornável ao magma digital?” (CUNHA, 2003, p.200).

O fato é que a emergência do ciberespaço tem e terá ainda mais um efeito tão radical sobre as comunicações quanto teve a invenção da escrita, que foi revolucionária por fundar o caráter universal das coisas e dos sentidos. “No universal fundado pela escrita, aquilo que deve se manter imutável pelas interpretações, traduções, conservações, é o sentido. O significado da mensagem deve ser o mesmo em toda parte, hoje e no passado” (LÉVY, 1999, p.115). Os textos das religiões universais, desde as monoteístas ao budismo, são um exemplo máximo para o autor da universalização e totalização da escrita. As mídias de massa deram continuidade, para Lévy, do universal totalizante, do domínio englobante do significado, da pretensão ao todo, iniciado na escrita.

O ciberespaço, por outro lado, significou uma ruptura no totalizante na medida em que a “interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias on-line tornam novamente possível, para os parceiros da comunicação, compartilhar o mesmo contexto, o mesmo imenso hipertexto vivo. Qualquer que seja a mensagem abordada, encontra-se conectada a outras mensagens” (LÉVY, 1999, p.118). A emergência do ciberespaço, em certo nível, quebrou com a lógica do universal da escrita e das mídias massivas, pois “esse universal não totaliza mais pelo sentido, ele conecta pelo contato, pela interação geral (...) o ciberespaço não engendra uma cultura universal porque *de fato* está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua ideia implicam *de direito* o conjunto dos seres humanos” (LÉVY, 1999, p.119). Em conformidade com essa ideia de coletividade, Cunha define o ciberespaço como um “ecossistema coletivo”, em que o “papel de cada representação individual não é buscar sua própria autonomia informacional, mas, antes de tudo, inserir-se como uma pequena parte do hipertexto planetário” (CUNHA, 2003, p.198).

Em comparação com a lógica de interatividade permitida ao público das mídias de massa, o ciberespaço pode ser uma alternativa ao público dessas mídias, uma vez que ele “encoraja uma troca recíproca e comunitária, enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (LÉVY, 1999, p.203).

Se a essência da cibercultura é o universal não totalizante, um dos principais motores da cibercultura, para Lévy, é a *inteligência coletiva* – “uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição dos centros de decisão” (1999, p.29).



Ao afirmar que o consumo de mídia, na era da internet, tornou-se um processo coletivo, Jenkins (2009) se apropria da ideia de inteligência coletiva para descrever a convergência das mídias no âmbito do consumo, mantendo o conceito de redistribuição de centros de decisão; para o autor americano, assim como em Lévy (1999), essa redistribuição gera fontes alternativas de poder. “Nenhum de nós pode saber tudo; cada um de nós sabe alguma coisa; e podemos juntar as peças se associarmos nossos recursos e unirmos nossas habilidades. A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático” (JENKINS, 2009, p.30). Para Lévy, quanto mais os processos dessa inteligência se desenvolvem “melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos, das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecno-social” (LÉVY, 1999, p.29).

Se a inteligência coletiva é o motor da cibercultura (LEVY, 1999), a pós-modernidade é o terreno onde se desenvolve a cibercultura para Lemos (2008), pois, diferente da modernidade, na pós-modernidade o tempo deixa de ser linear e o espaço não é mais apenas o lugar das coisas:

Na modernidade, o tempo é um modo de esculpir o espaço, já que o progresso, a encarnação do tempo linear, implica a conquista do espaço físico. Na pós-modernidade o sentimento é de compressão do espaço e do tempo, onde o tempo real (imediato) e as rede telemáticas, desterritorializam (desespacializam) a cultura, tendo um forte impacto nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. O tempo é, assim, um modo de aniquilar o espaço. Este é o ambiente comunicacional da cibercultura. (LEMOS, 2008, p.67-68)

Com livro que também traz no título o conceito de *Cibercultura*, Lemos afirma na Introdução: “Não podemos pensar a cultura contemporânea sem nos remetermos a questão da técnica” (LEMOS, 2008, p.9). Ao pensar no paralelo entre técnica – prática que precedeu a ciência – e tecnologia – uma forma de atividade técnica resultante de uma ciência aplicada que tornou a natureza como um campo controlável – o autor estabelece:

A técnica moderna, ou o que chamamos hoje de tecnologia, é produto da radicalização dessa segunda natureza, da naturalização dos objetos técnicos e da fusão com a ciência. Não sabemos mais onde começam e onde terminam a ciência e a técnica. Estamos aqui no coração da modernidade. Aqui, a natureza e a vida social serão requisitadas como objetos de intervenções tecnocientíficas. (LEMOS, 2008, p.37)

Em conformidade com Lévy (1999), em que a ideia central associada a cibercultura é que ela é universal sem ser totalitária, uma vez que a técnica é condicionante sem ser totalizante, Lemos (2008) adiciona ao pensamento do autor francês a ideia de que a “cibercultura (digital, imediata, multimodal, rizomática) requer a transversalidade, a descentralização, a interatividade” (LEMOS, 2008, p.71).

Apesar de todos os aspectos progressistas de mobilização social e de inteligências humanas possibilitados pela cibercultura e pelo advento do ciberespaço, também precisamos destacar os conflitos de interesse que se desenvolvem neste campo em ascensão. Nesse sentido, o ciberespaço também é um verdadeiro “campo de batalha”, principalmente entre industriais e empresas ligadas a comunicação, que se apropriam do espaço com função exclusivamente consumista: “a rede como supermercado planetário e televisão interativa” (LÉVY, 1999, p.199). Por outro lado, os diversos atores, projetos, pontos de vista e interpretações também estão em conflito na rede. Outra ambiguidade do ciberespaço está na existência da própria inteligência coletiva, que para Lévy (1999) é um “projeto ambivalente”, já que quanto mais ela se desenvolve, mais ela acelera o processo de exclusão dos indivíduos que não participam da construção dessa inteligência na rede.

Por fim, é preciso considerar nos estudos do campo da internet que a emergência da cibercultura e do ciberespaço é um “fenômeno ao mesmo tempo irreversível e parcialmente indeterminado” (LÉVY, 1999, p.211).

### 2.3. Interações em rede e conversações em rede

Ao se valer da ideia da aldeia global de McLuhan – que demonstra como os novos *media* e a tecnologia modificaram as formas da nossa experiência com o mundo, retribalizando a experiência social – a cibercultura pode ser, também, uma tecnologia retribalizante. “Os computadores em rede parecem ir na direção oposta àquela da cultura do impresso, estando mais próximos do tribalismo anterior a escrita e a imprensa” (LEMOS, 2008, p.71). Segundo o autor, contudo, a ideia de aldeia global com as mídias digitais deve ser atualizada em várias e idiossincráticas aldeias globais, em que pode infiltrar-se nesta infraestrutura tecnológica toda a dinâmica da vida social da contemporaneidade.

Em consonância com Lemos (2008), Jenkins (2009) trabalha com a ideia de convergência das mídias, em que afirma haver dois tipos de convergências acontecendo simultaneamente: a primeira se refere a um tipo de convergência que envolve materiais e serviços produzidos comercialmente em circuitos empresariais regulados e previsíveis; a segunda se refere ao tipo, o qual nos interessa, que ocorre quando as próprias pessoas passam a controlar as mídias. “Nossa vida, nossos relacionamentos, memórias, fantasias e desejos também fluem pelos canais de mídia. Ser amante, mãe ou professor ocorre em plataformas múltiplas” (JENKINS, 2009, p.45).

A vida cotidiana fluindo por redes multimodais também é assunto de interesse para Castells (2013), que analisa, com foco na organização em movimentos sociais, como o surgimento das redes sociais na internet possibilitou construir um novo espaço de discussão, debate e organização entre os indivíduos da sociedade. Assim, movimentos sociais anteriores às redes sociais virtuais veem nelas a possibilidade de se articularem, ao mesmo tempo em que novos movimentos podem se formar na internet; pessoas, que antes

não pertenciam a nenhum movimento, identificam na internet a possibilidade de expandirem sua rede de comunicação e se unirem a demais personagens sociais, seja para criarem novos movimentos, seja para gerarem conteúdos que mais lhe interessem, seja para criarem novas interações e laços; grupos historicamente marginalizados, como os raciais e os de gênero, se encontram na rede virtual e veem nela a possibilidade de se articular, a fim de reivindicar suas pautas que por tanto tempo foram ignoradas pela mídia (CASTELLS, 2013).

Este novo panorama de organização e comunicação tem sido possibilitado porque, mais que um novo espaço de discussão, as redes sociais na internet “são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder” (CASTELLS, 2013, p.7).

O que são redes sociais, afinal? Em uma definição geral, redes têm um caráter horizontal, com laços menos rígidos e não apresentam uma hierarquia rígida. Já o termo “redes sociais”, antigo nas ciências humanas e muito anterior ao surgimento da internet, “podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes” (MARTINO, 2014, p.55). Em um olhar mais técnico, Recuero (2009) define:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede te, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p.24)

Ferramentas como o antigo Orkut e o atual Facebook são os suportes que permitem aos usuários esse tipo de interação em rede:

[...] “sites de rede social”, ou seja, ferramentas que proporcionam a publicação e a construção de redes sociais. As redes sociais são as estruturas dos agrupamentos humanos, constituídas pelas interações, que constroem os grupos sociais. Nessas ferramentas, essas redes são modificadas, transformadas pela mediação das tecnologias e, principalmente, pela apropriação delas para a comunicação. (RECUERO, 2014, p.16)

As redes sociais virtuais não surgiram de imediato, com o surgimento da internet, no século XX, mas se organizaram a partir da evolução da comunicação virtual em rede, iniciada com os e-mails. A estrutura das redes sociais como conhecemos ganhou forma com a Web 2.0:

A expansão de redes sociais e formas de produção colaborativa a partir do início dos anos 2000 [...] levou a um tipo mais denso de conexões na chamada Web 2.0, termo cunhado por Tim O'Reilly em 2005 para definir o alto grau de interatividade, colaboração e produção/uso/consumo de conteúdos pelos próprios usuários. Em oposição ao caráter “fixo” da Web 1.0, que operava ao redor sobretudo de “páginas” com elementos relativamente estáveis, como blogs, navegadores, transposição de conteúdos offline para o digital, a Web 2.0 se apresenta como uma plataforma dinâmica, em constante transformação gerada pelas interações entre usuários. (MARTINO, 2014, p.12-13)

Neste trabalho e com base nos autores estudados, as redes sociais na internet serão entendidas como um potencial diluidor de fronteiras no ambiente comunicacional. Definimos que a primeira fronteira diluída era a que separava produtor do consumidor de conteúdo, uma vez que agora qualquer pessoa na rede pode desempenhar o papel de produtor de conteúdo, ao mesmo tempo em que também é um receptor (JENKINS, 2009). Outra fronteira diluída no ambiente das redes sociais virtuais foi a que separava o texto jornalístico, assinado por jornalistas, dos relatos pessoais das pessoas em geral, uma vez que, com o surgimento das plataformas online de auto-edição, o fluxo contínuo de informação na internet permitiu que relatos pessoais e geração de conteúdos, feitos por pessoas que antes eram somente consumidoras de mídia, convivessem no mesmo espaço que as matérias jornalísticas dos portais de notícias. No que diz respeito a esta última

fronteira diluída, mais que habitar o mesmo ciberespaço, esses relatos pessoais servem tanto para pautar demais usuários da rede como para pautar a própria mídia tradicional (MARTINO, 2014).

A diluição na internet das fronteiras, físicas e simbólicas, Lévy descreve como contatos transversais entre os indivíduos que se proliferam de forma anárquica. Para o autor, muitas outras barreiras, ou restrições, foram superadas com o advento da internet:

Hoje, um bom número de restrições desapareceu devido à disponibilidade de novas ferramentas de comunicação e de coordenação, e podemos pensar modos de organização dos grupos humanos, estilos de relações entre os indivíduos e os coletivos radicalmente novos, sem modelos na história e nas sociedades animais. (LÉVY, 1999, p.132)

Ao diluir fronteiras, as redes sociais virtuais estabelecem uma nova relação do homem com o seu entorno e com a sua rede de conexões. Ao olhar para essas redes virtuais por uma perspectiva humanista, tanto Lévy (1999), quanto Castells (2013), apontam para o poder de extensão delas para a vida social de todos: enquanto para o segundo a “continua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social” (CASTELLS, 2013, p.11); para o primeiro, as redes sociais na internet formou um “ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultura” (LÉVY, 1999, p.12). Afinal, como foi apontado anteriormente, a internet não pode ser entendida como um simples instrumento ou uma ferramenta neutra. O aumento do alcance da tecnologia para a vida social e cultural, contudo, não pode ser entendido como um fator determinante para Lévy:

A emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo *condicionada*, não *determinada*. Essa diferença é fundamental [...] Dizer que a técnica é condicionada significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem sua

presença. Mas muitas possibilidades são abertas, e nem todas serão aproveitadas. (LÉVY, 1999, p.25)

Além de não ser determinante e acompanhar a evolução geral da civilização, o estabelecimento das redes sociais na internet já faz parte da vida das pessoas e das relações entre seres humanos, em um complexo processo “responsável por alterar o que se entende por política, arte, economia, cultura. E também a maneira como o ser humano entende a si mesmo, seus relacionamentos, problemas e limitações” (MARTINO, 2014, p.9). Assim como está ocorrendo com a internet, outras mídias também tiveram e têm o poder de se articularem diretamente com a vida humana:

Em um texto de 2001, o pesquisador canadense Barry Wellman notou um curioso paradoxo: quando deixam de chamar a atenção e se tornam triviais, as mídias se tornam realmente importantes. Se sua articulação com o cotidiano atinge um nível muito alto, a própria vida se transforma. Não por conta da mídia em si, mas pelas relações humanas ligadas a elas. (MARTINO, 2014, p.9).

Se por um lado a internet tem encorajado e possibilitado que sujam novos movimentos sociais e que movimentos históricos experimentem uma nova organização social e comunicacional, o próprio ciberespaço nasceu de um desejo coletivo de um movimento social, pois “a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes” (LÉVY, 1999, p.123). É preciso atentar para o fato de que o termo “movimento social” em Lévy difere da interpretação de movimento social dada por Castells (2013).

Assim, em Lévy, apesar das grandes empresas e da economia terem dado forma a esse desejo, o motor da criação dos computadores pessoais foi o próprio desejo de um movimento social:

o movimento social californiano Computers for the People quis colocar a potência de cálculo dos computadores nas mãos dos indivíduos, liberando-os ao mesmo tempo da tutela dos informatas. Como resultado prático desse movimento “utópico”, a partir do fim dos anos 70 o preço dos computadores estava ao alcance das pessoas físicas [...] Não há dúvida de que a aspiração original do movimento foi recuperada e usada pela indústria. Mas é preciso reconhecer que a indústria também realizou, à sua maneira, os objetivos do movimento. Ressaltamos que a informática pessoal não foi decidida, e muito menos prevista, por qualquer governo ou multinacional poderosa. (LÉVY, 1999, p.125)

Como foi apontado anteriormente, as redes sociais virtuais também devem ser entendidas, de acordo com Castells, como “espaços de autonomia”. Porém, desde o último livro do autor, *Redes de Indignação e Esperança*, de 2013, surgiram novas críticas sobre a real autonomia desses espaços virtuais em relação às grandes instituições. Para Christine Hine:

Contudo, onde temos visto exemplos significativos de atuação coletiva online, os resultados muitas vezes não têm sido totalmente independentes das corporações de mídia ou outros interesses comerciais. As ferramentas de redes sociais, por exemplo, geralmente são de propriedade de interesses comerciais, e acho um tanto perturbador ver quanto de nosso debate democrático agora passa por canais de mídia que pertencem a corporações, e que esses interesses corporativos, por sua vez, não são independentes de pressão governamental. Este certamente não é o ciberespaço livre e independente da declaração original de John Perry Barlow [...] A Internet está imbricada nas mídias e vice-versa. A tal ponto que há um “equilíbrio de poder” entre as corporações de mídia e os públicos que, a meu ver, surge de situações muito específicas e é bastante volátil. (HINE, 2012, p.3)

Mais uma vez reafirmando o caráter ambíguo que a internet e as redes sociais podem assumir, também precisa-se considerar o poder de mobilização e engajamento entre os participantes:

Na medida em que as redes se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, é possível verificar a formação de todo tipo de agrupamento para troca de informações, ideias e materiais, gerando não apenas uma interação entre os participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais. (MARTINO, 2014, p.58)



Outro termo a se considerar quando pesquisamos no campo da internet e das redes sociais virtuais é a questão da “interatividade”. Para Lévy, a palavra é essencialmente relacionada e invocada a todo momento quando falamos em mídias digitais, porém a interatividade pode ser observada em várias outras mídias anteriores ao surgimento da internet.

O termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo. Mesmo sentado na frente de uma televisão sem controle remoto, o destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre de forma diferente de seu vizinho. (LÉVY, 1999, p.79)

A interatividade que falamos atualmente remete ao virtual, à internet, apesar da palavra ser mais antiga e ampla. Logo, existem diferentes tipos de interatividade, assim como diferentes graus de interatividade, sendo que “a possibilidade de reapropriação e de recombinação material da mensagem por seu receptor é um parâmetro fundamental para avaliar o grau de interatividade do produto” (LÉVY, 1999, p.79). Além disso, este fator de interatividade e reapropriação nos leva a pensar, “entre outros elementos, no poder político das redes sociais – a partir de um ponto de vista otimista, a arquitetura horizontal das redes permite aos participantes passarem por cima de barreiras institucionais e mesmo governamentais na troca de informação” (MARTINO, 2014, p.58).

Um último termo a ser abordado para se entender a dinâmica das redes sociais é a conexão entre os atores de uma rede, responsáveis por estabelecer os “laços sociais”. “De um certo modo, são as conexões o principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos” (RECUERO, 2009, p.30).

Assim, as redes sociais na internet podem cobrir um amplo espectro de agrupamentos sociais, tanto no online, como também no offline, ideia que será melhor explorada no **Capítulo 3**.

## 2.4. A construção dos laços na rede virtual

Além de diluidor de fronteiras, “espaços de autonomia”, de aprendizagem coletiva e de interatividade, as redes sociais virtuais também serão entendidas como redes que favorecem a construção de “laços sociais”, característica básica de uma rede social. Os laços “são formados a partir de interesses, temas e valores compartilhados, mas sem a força das instituições e com uma dinâmica de interação específica” (MARTINO, 2014, p.55).

Para se entender a construção de laços sociais, Martino (2014) aponta que deve se entender, antes, as características de funcionamento de uma rede social, que são: dinâmica e flexibilidade, sendo a primeira a forma de interação entre os participantes, assim como o fluxo de pessoas que entra e sai dessa rede e a quantidade de conexões estabelecidas. “Cada rede social tem sua própria dinâmica, e isto está ligado de alguma maneira à própria arquitetura da tecnologia sobre a qual é construída a interação social” (MARTINO, 2014, p.56).

Já a flexibilidade refere-se aos vínculos fluídos e rápidos que são formados e desmanchados entre os participantes, uma vez que, “Nas redes, por seu turno, conexões são criadas, mantidas e/ou abandonadas a qualquer instante, sem maiores problemas”. (MARTINO, 2014, p.56-57). Assim, vem da noção de flexibilidade o entendimento de laços sociais:

Ao contrário de outros agrupamentos humanos, nos quais existem vínculos duradouros, fundamentados em valores mais ou menos compartilhados, nas redes sociais não existe necessariamente a obrigação de ter um ritmo específico de atividades, assim como não se exigem ligações exclusivas. (MARTINO, 2014, p.56)

Outro termo que nos ajuda a entender a construção de laços sociais nas redes é o da inteligência coletiva. Quando aborda o termo, Lévy afirma que é preciso entender a

inteligência coletiva “no sentido de união e conformidade de sentimentos. A inteligência coletiva também pressupõe, portanto, a capacidade de criar e de desenvolver a confiança, a aptidão para tecer laços duráveis” (LÉVY, 1999, p. 207).

Por outro lado, é preciso observar que a existência da internet pelo simples fato de existir não leva ao aumento da organização e da participação política se os usuários não têm um interesse prévio nessas questões. “Experiências diversas mostram que a facilitação do acesso à internet em cidades ou em ambientes específicos não redundou em mudanças significativas nos contatos interpessoais, no comprometimento com as comunidades e no engajamento cívico” (MAIA, 2011, p. 71-72).

### Capítulo 3. Feminismo na era das redes sociais virtuais

Vivemos um momento de convergência dos meios. Isto quer dizer que, ao contrário do que a ideia de divergência afirma, os meios mais antigos não estão sendo substituídos pelos mais novos, mas suas funções e status estão sendo redefinidos e transformados pelas novas tecnologias, uma vez que a convergência altera “a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento” (JENKINS, 2009, p.43). Em conformidade, Lévy (1999) defende que o ciberespaço – um novo um espaço universal que surge da interação mundial dos computadores – encoraja as pessoas a desenvolverem um novo tipo de comunicação, independente dos lugares geográficos e da coincidência dos tempos, horários e fusos, compreendendo quantas pessoas quiser, sem um limite de tamanho do grupo humano. Mais que isso:

O correio, o telefone, a imprensa, as editoras, as rádios, as inúmeras cadeias de televisão formam a partir de agora a extremidade imperfeita, os apêndices parciais e sempre diferentes de um espaço de interconexão aberto, animado por comunicações transversais, caótico, turbilhante, fractal, movido por processos magmáticos de inteligência coletiva. (LÉVY, 1999, p.118)

É desta relação entre homem e máquina, assim como entre homem e cibercultura e ciberespaço, que nasce um novo tipo de comunicação e organização social dentro de movimentos sociais focados em identidades (FRASER, 2007), como é o caso do feminismo e do feminismo negro.

A esse novo tipo de comunicação e organização social dentro do movimento feminista, surgido com o advento das redes sociais virtuais, chamaremos de *Feminismo na era das redes sociais virtuais*. Assim como em Lévy (1999), o termo “virtual” não será entendido como o oposto à realidade, ou o irreal, mas como uma entidade

desterritorializada, capaz de gerar manifestações concretas em diferentes momentos, espaços e locais determinados toda a vez em que é atualizada por uma interface.

Considerando que “a internet não promove automaticamente a participação política e nem sustenta a democracia; é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela, em contextos específicos” (MAIA, 2011, p. 69), se faz necessário ressaltar, mais uma vez, conforme foi apontado no **Capítulo 2**, o caráter ambíguo que a internet pode assumir. Logo, no que diz respeito à relação entre internet e o gênero, assim como a internet reproduz no ambiente online padrões de violência de gênero praticadas no ambiente público e doméstico (PLOU, 2013), ela também pode auxiliar mulheres a se empoderarem e se tornarem sujeitos de suas histórias:

A questão do acesso dos elementos femininos ao meio digital tem sido uma das prioridades de actores políticos globais como a UNESCO, que consideram que se trata de uma ferramenta crucial para o empoderamento das mulheres. No que concerne à representação mediática, são apontadas algumas alternativas, sendo que as ferramentas de auto-edição, como é o caso dos blogues, surgem como uma proposta. Estes são apresentados como um meio com um potencial inovador e de interactividade, que permite que homens e mulheres apresentem e modelem as suas identidades no ciberespaço (CERQUEIRA; RIBEIRO; CABECINHAS, 2009, p.114-115).

Por, atualmente, ser possível uma maior intervenção das mulheres nos espaços públicos e simbólicos do que em décadas passadas, anteriores à internet, várias partes do mundo vive uma nova fase para o movimento feminista, em que questões de gênero conseguem pautar a mídia (CASTELLS, 2013). Porém, maior espaço de representação e capacidade de pautar temas feministas não significa alcançar a aprovação e aceitação desses temas diante dos editores e, se publicada, para um grande público. Também é preciso refletir o modo como essas pautas de cunho feminista têm sido abordadas pela mídia – ainda de maneira limitada e com preconceitos, difundindo a ideia de que as mulheres já conquistaram tudo o que tinha que conquistar:

A sociedade patriarcal rejeita a ideia de que ainda é preciso falar de feminismo nos tempos contemporâneos. Isso porque as mulheres já conquistaram um espaço significativo no mercado de trabalho. Hoje, ocupam cargos historicamente masculinos e têm liberdade de escolha na vida pessoal e profissional. Essas mudanças promoveram a naturalização de um perfil de “mulher moderna” enquanto independente financeiramente; naturalização esta que produziu um efeito de estabilidade sobre os impactos das conquistas dos movimentos feministas na vida da mulher (LIMA, 2013, p.10)

Diferente do que ocorria no século XX, quando não era possível confrontar diretamente os discursos machistas e antifeministas da mídia – inclusive da imprensa feminina –, a não ser por meio de uma ligação à redação ou do envio de uma carta ao editor – uma carta que não havia a certeza de que seria lida e publicada – hoje é possível confrontar diretamente os discursos da mídia, seja ela tradicional ou alternativa, e dos seus editores graças à internet e aos sites de redes sociais. Hoje, é possível o leitor postar um comentário na própria página da publicação, denunciar o conteúdo que lhe desagrade ou até procurar os editores e redatores na internet e enviar-lhes mensagens diretamente.

Além do confronto aos discursos dos meios de comunicação, blogs pessoais e coletivos e redes sociais permitem que mulheres que vivem o problema de gênero divulguem seus relatos de maneira direta, sem cortes e sem edição de um editor ou revisor, fazendo com o que o seu próprio relato pessoal tenha um valor notícia (MARTINO, 2014) e até de denúncia dos problemas e injustiças que sofrem (GARCÊZ, 2011). Trata-se, pois de uma comunicação focada na linguagem e de conteúdo mais horizontalizado já que “são os diversos atores que passam a produzir conteúdos, distribuí-los, e ao mesmo tempo, ter acesso a todos eles. Não me refiro apenas a conteúdo informativo, mas podemos falar propriamente de um ecossistema de construção de informações” (DI FELICI, 2014, p. 7).

Assim, se um movimento social de mulheres resolve fazer um grande ato na data do dia 8 de março, por exemplo, a divulgação do ato, a sua convocação e a sua cobertura pode ser feita pelo próprio movimento feminista e demais simpatizantes, em suas páginas

nas redes sociais na internet, nos blogs, por e-mails, assim como por meio das redes de contatos nos dispositivos móveis.

Diante da sociedade da informação, a internet se torna uma ferramenta a mais para a luta das mulheres. Mas, por causa do caráter ambíguo da internet, assim como nos espaços reais, na rede online também é preciso conquistar seu espaço, uma vez que a internet apresenta sua parcela de exclusão por gênero, seja pela falta de mulheres em ambientes de desenvolvedores(as) de tecnologias digitais, seja pelas brechas de definição de gênero e feminismo encontradas em páginas de conteúdo informacional como Wikipédia e demais sites informacionais, seja pela violência das redes sociais na internet contra mulheres, como o vazamento de vídeos e fotos íntimas de mulheres e as tentativas de intimidação e silenciamento nas conversações online. “Afinal, a virtualização das relações sociais não reduziu as velhas práticas de violência sexista, ao contrário, criou novas ferramentas para o exercício do poder patriarcal sobre nossas vidas e nossos corpos” (NATANSOHN, 2013, p180).

Ao considerar que o processo de convergência das mídias “envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p.45), assim como o “advento das ferramentas de mídia social de fato significa que é muito mais fácil ter voz como pessoa comum, de onde podem resultar algumas formas muito interessantes de novos movimentos sociais” (HINE, 2012, p.3), descreveremos a seguir atuais manifestações feministas que ocorreram no âmbito da internet e que ganharam repercussão mundial.

### 3.1. Exemplos de virtualização das manifestações feministas no mundo

De uma maneira mobilizada e organizada, a internet também permite que grupos a favor das causas feministas se organizem na luta pela visibilidade e justiça nos casos de violência de gênero. Quando 276 meninas foram sequestradas pelo grupo Boko Haram em 2014, a hashtag #BringBackOurGirls (tragam de volta nossas meninas) viralizou nas redes sociais, fazendo com que a notícia alcançasse um grande número de pessoas de diferentes países e chegasse às capas dos principais noticiários mundiais, como a BBC e o El País. A hashtag #BringBackOurGirls percorreu as redes sociais e chegou até na primeira dama dos Estados Unidos, Michelle Obama, que postou na sua conta de Instagram uma foto sua segurando uma placa com a hashtag escrita.

O movimento “Slut Walk”, que nasceu no Canadá em 2011, por meio da ação de universitárias que discordaram da fala de um policial que, durante uma palestra de prevenção ao estupro na Universidade de Toronto, afirmou que mulheres deveriam evitar se vestirem iguais a “putas” para não serem estupradas. No dia seguinte, foi postado no Facebook um evento público que convocava mulheres a marcharem pelas ruas de Toronto em protesto às formas de repressão e violência contra o corpo feminino. O movimento se alastrou no mesmo semestre para demais países da América e outros, como Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra e Israel.

No Brasil, o movimento “Slut Walk” chegou com o nome de “Marcha das Vadias” e tem atuado nas redes no online e no offline. Enquanto a grande mídia silencia as pautas feministas, principalmente as ligadas à legalização do aborto no Brasil, por exemplo, meninas e mulheres da “Marcha das Vadias” debatem o tema em seus blogs e perfis de redes sociais próprios do movimento. Além disso, organizam, com a ajuda da internet, marchas pelas cidades de todo o país. A “Marcha das Vadias” é atualmente um exemplo de



movimento social que nasceu na internet, foi para as ruas, superou as barreiras nacionais e transnacionais e alcançou ressonâncias em localidades do mundo todo.

Se, por um lado, a imprensa apaga dizeres sobre o feminismo e evidencia discursos patriarcalistas, as redes sociais virtuais constituem-se, então, como um espaço de confronto a esses discursos hegemônicos. A popularização da internet contribuiu para fazer circular massivamente discursos de valorização do feminismo (LIMA, 2013, p.10)

Também é possível observar no Brasil redes de mulheres ligadas a difusão de ideias, protestos e causas feministas. São redes online feministas que têm se apropriado da internet e das redes sociais virtuais de maneira a promover a informação de pautas antes negligenciadas pela mídia tradicional, a expansão da rede feminista no país e possibilitar que diferentes mulheres tenham voz e exponham seus pontos de vistas e problemas sobre o que é ser mulher no Brasil, considerando, inclusive, os seus fatores interseccionais, como raça e classe social.

Exemplos não faltam: o blog feminista Think Olga, hospeda o Mapa Chega de Fiu-Fiu, que surgiu como uma ação da campanha “Chega de Fiu Fiu”, articulada para refutar a ideia de que “cantada” é um elogio, mas sim um assédio sexual. O Mapa Chega de Fiu-Fiu reúne, na internet, registros de denúncias e testemunhos de assédio sexual em lugares públicos em todo o Brasil, integrando o ambiente urbano ao digital. O Mapa é construído de maneira espontânea e colaborativa na internet: hospedado no endereço [www.chegadefiufiu.com.br](http://www.chegadefiufiu.com.br), utiliza como plataforma do Google Maps, sendo possível visualizar o mapa do Brasil e clicar na cidade, bairro e rua em que houve o caso de assédio sexual. Também é possível procurar, em uma barra de pesquisa, por uma cidade específica e saber se ela teve alguma ocorrência e onde essa ocorrência aconteceu.

Ao refletir sobre o ambiente offline, considerando o online, é preciso fazer uma ressalva: esta pesquisa não descarta a possibilidade de que uma mulher também possa

empoderar outras nos meios tradicionais, fora da internet. Por exemplo, um dos resultados do monitoramento, “A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014”, abordado no **Capítulo 1**, foi que: “matérias apresentadas por repórteres femininas têm consideravelmente mais focos em temas femininos do que matérias apresentadas por repórteres masculinos, e questionam estereótipos de gênero quase duas vezes mais do que matérias de repórteres masculinos” (2015, p.94). Questiona-se nos meios massivos, contudo, a quantidade de mulheres jornalistas que estão nos cargos de editores, além do pouco espaço que matérias em que mulheres são protagonistas têm na grande mídia. Logo, diferente da internet, onde qualquer mulher que tenha acesso à rede pode ter seu blog ou sua página pessoal, sem edição ou cortes, as mulheres da mídia tradicional passam por limitações impostas pela política editorial, pelo Manual de Redação e pelos editores homens.

### **3.2. A conversação na rede e as dinâmicas comunicacionais dos blogs**

Diversos autores apontam para o uso das telecomunicações de maneira a promover o reconhecimento do outro, uma vez que são capazes de “estender de uma ponta a outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica das diferenças” (LÉVY, 1999, p.14).

No que diz respeito a motivação de grupos excluídos ou marginalizados de se expressarem e se organizarem na internet pode se dar ao fato de que:

Além de possibilitar a expressão de vozes marginalizadas, a internet oportuniza os processos de construção de identidade. Ao exprimirem seus pontos de vista e suas histórias autobiográficas, aqueles outrora desvalorizados podem alcançar posicionamentos semelhantes e assim configurarem processos de identificação, adquirir uma maior certeza sobre as próprias escolhas e a motivação para se autoafirmarem no mundo. (GARCEZ, 2011, p. 232)

Assim, o reconhecimento do outro e a possibilidade de expressão dos grupos marginalizados pode ser impulsionado principalmente na internet e nas redes sociais virtuais. Nos blogs coletivos, por serem ferramentas comunicacionais focadas diretamente na linguagem e por permitirem que qualquer leitor comente no espaço dos “comentários” de cada postagem, valorizam as narrativas em primeira pessoa e no compartilhamento de histórias e experiências pessoais.

O que são blogs? Diversos autores definem blogs como ferramentas focadas na linguagem, na fragmentação temática, nos relatos em primeira pessoa e no aprofundamento do debate de temas de relevância pública (MARTINO, 2014; RECUERO, 2009; RODRIGUES, 2006). Assim como as novas dinâmicas comunicacionais mediadas pela internet, eles permitiram aos receptores expressarem suas opiniões e reivindicarem espaço aos temas que foram silenciados ou que raramente são agendados na mídia. “A segmentação em torno de determinados interesses é cada vez mais evidente. Os novos dispositivos de comunicação acentuam essa tendência”. (RODRIGUES, 2006, p.22). Por todas estas características, o interesse em torno de blogs como objetos de investigação das Ciências Sociais e Sociais Aplicada vem crescendo a cada dia (MARTINO, 2014).

Do ponto de vista comunicacional e da formação de rede, blogs são plataformas que permitem que a interação entre autores e leitores seja em tempo real ou não. As interações nessa rede podem se dar por várias formas: por meio de uma rede de hiperlinks, em que um blog cita o outro; por meio do compartilhamento das postagens de um blog em outras redes sociais; por meio dos comentários em cada postagem. “Em comentários de weblogs, por exemplo, muitos indivíduos colocam como endereço seu blog, embora assinem com variações de seu nome e apelido” (RECUERO, 2009, p.28). Trata-se, pois, de

“comunicação e troca de informação entre as pessoas, de uma forma instantânea, independentemente da sua localização geográfica” (RODRIGUES, 2006, p.23-24).

Sobre os conteúdos, para Martino (2014), blogs transitam entre o particular e o privado e, em certos momentos, são capazes de desempenhar o papel da mídia tradicional na disseminação de informações. Foi o caso, segundo o autor, do episódio do 11 de setembro de 2011, em que os meios de comunicação buscavam informações em relatos pessoais na internet, direto com a fonte; o mesmo fez o The Guardian, em 2003, que contratou um morador de Bagdá para escrever um blog direto da zona de conflito sobre a invasão norte-americana no país.

Outro episódio que destaca a força dos blogs na sociedade atual foi o caso de Malala Yousafzai. A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz começou sua atuação contra o grupo Talebã, que queria vetar a educação feminina no Paquistão, muito antes de 2012, quando a história ganhou repercussão mundial. Em 2009, com 11 anos, Malala foi convidada a manter um blog para a BBC Urdu, onde escrevia o dia a dia de sua vida escolar no noroeste do Paquistão. Com uma escrita focada em relatos pessoais seus e de suas amigas sobre o medo e a vontade de frequentar as aulas, a menina assinava com o pseudônimo de Gul Makai. Foi por meio do blog que a história das meninas paquistanesas impedidas de estudar ficou conhecida em todo o país; ali também Malala denunciou ter ouvido de um homem, no caminho da escola para sua casa, que seria morta.

No caso dos blogs feministas, essas ferramentas comunicacionais auxiliam no empoderamento das mulheres e as colocam em contato com diferentes grupos e pessoas, construindo uma rede de conexões que supera regiões geográficas e demais fronteiras físicas e ao transformarem-nas em sujeito da sua própria história.

As pessoas superam o medo quando se juntam. E elas estavam juntas, tanto nas redes sociais da internet quanto nas redes urbanas formadas nas praças. Contudo, para conseguir formar multidões, elas precisavam de uma motivação poderosa, de uma força mobilizadora. A indignação estimula que se assumam riscos sem temor, e eram grandes a indignação contra o abuso policial, a fome que crescia no país e o desespero que levava as pessoas a se imolarem (CASTELLS, 2013, p. 74).

Ao se juntarem para produzirem e compartilhar informação e conhecimento, podemos afirmar que blogs são lugares propícios para o surgimento e manutenção da inteligência coletiva. Conforme abordamos no **Capítulo 2**, quanto mais a inteligência coletiva se desenvolve na rede, melhor é a sua apropriação por indivíduos e grupos e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana decorrentes dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, para Lévy (1999), a qualidade do processo de apropriação é mais importante que as particularidades sistêmicas das ferramentas em si.

Outro termo abordado pelo autor que nos ajuda a compreender essa vasta rede de atores e conexões é o de *escrita-leitura criativa*, que se refere à mistura das funções de leitura e escrita, fazendo do navegador um autor.

Se definirmos um hipertexto como um espaço de percurso para leituras possível, um texto aparece como uma leitura particular de um hipertexto. O navegador participa, portanto, da redação do texto que lê. Tudo se dá como se o autor de um hipertexto constituísse uma matriz de textos potenciais, o papel dos navegantes sendo o de realizar alguns desses textos colocando em jogo, cada qual a sua maneira, a combinatória entre os nós. O hipertexto opera a virtualização do texto. (LÉVY, 1999, p.57)

Este percurso de leituras possíveis ocorre porque a internet e as redes sociais produziram uma forma complexa de distribuição de informações, “que não pode ser apresentada como um repasse de informação do centro para a periferia. [...] A complexidade reticular cria um tipo de situação muito mais hermenêutica, na qual sempre

cabe outro ponto de vista, sempre é possível acessar outro link e acrescentar mais uma informação” (DI FELICI, 2014, p. 35).

Ao percurso complexo que a informação pode fazer por meio da reunião de links existentes na rede virtual, Lévy (1999) aponta também a possibilidade desses navegantes de acrescentar informações em suas várias formas de apresentação (vídeo, imagem, texto etc) e de conectar um hipertexto a outro. Acrescentamos, ainda, a possibilidade desse navegante de compartilhar em suas páginas de redes sociais virtuais os hipertextos para demais leitores, que, por sua vez, podem comentar estes links e acrescentarem outros novos, expandindo a rede para demais nós e conexões. São desses fatores de interação que, dentro do nosso objeto de estudo – os blogs coletivos feministas – também se torna importante analisar como se constrói o espaço dos comentários dos leitores desses blogs.

Fenômenos como o da *inteligência coletiva* e da *escrita-leitura criativa* são possíveis porque a cibercultura foi capaz de estabelecer uma nova relação com o saber, a educação e as funções cognitivas humanas. Assim, o ciberespaço tem construído novos espaços de conhecimento emergentes, em que escola e universidade perdem progressivamente a posição central na criação e transmissão do conhecimento; são espaços de conhecimento não lineares, em fluxo contínuo, “se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva” (LÉVY, 1999, p.158). Os blogs coletivos podem ser entendidos como esses espaços de conhecimento emergente.

Em conformidade com a ideia de ciberespaço como um ambiente propício para o desenvolvimento da inteligência coletiva, podemos afirmar que os blogs coletivos feministas funcionam como uma arena democrática por conceder às mulheres, grupo historicamente excluído e marginalizado das arenas democráticas públicas e institucionais

(FRASER, 2007), um espaço para encontro, diálogo, engajamento, empoderamento, mobilização e ação.

Por outro lado, não basta o surgimento ou expansão do ciberespaço para que a inteligência coletiva dos grupos humanos se desenvolva. Quando a inteligência coletiva não é desenvolvida nas redes sociais virtuais, esses espaços podem propiciar o desenvolvimento de novas formas de isolamento e sobrecarga cognitiva, de vício na navegação, de exploração como casos de teletrabalhos vigiados, e, o que Lévy chama de *bobagem coletiva*, representado pelo acúmulo de dados sem qualquer informação. Isto pode acontecer porque as tecnologias não são determinantes, mas condicionantes; assim, o ciberespaço apenas fornece a essa inteligência um ambiente propício, mas não a desenvolve automaticamente (LÉVY, 1999).

No campo da cibercultura e cultura da convergência, Jenkins, em conformidade com Lévy, afirma que a “convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros dos consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (JENKINS, 2009, p.30). Do mesmo modo, para Recuero, plataformas como o Facebook “não são rede social, mas, sim, o espaço técnico que proporciona a emergência dessas redes. As redes sociais, desse modo, não são pré-construídas pelas ferramentas, e, sim, apropriadas pelos atores sociais que lhe conferem sentido e que as adaptam para suas práticas sociais” (RECUERO, 2012, p. 20). Assim, como as redes são apropriadas e construídas pelos próprios usuários, outra ambiguidade do ciberespaço se dá em relação a existência da própria inteligência coletiva, que pode ser capaz de excluir ainda mais os indivíduos que não tem acesso ou não estão inseridos na rede.

Baseado no atual movimento de mulheres feministas brasileiras na internet, podemos perceber que uma inteligência coletiva baseada em modos de cooperação flexíveis e transversais, em dinâmicas de aprendizagem coletiva e cooperativa em rede, assim como a distribuição dos centros de decisão para vários grupos de mulheres na rede, independente do espaço e do tempo, tentam oxigenar a luta das mulheres no Brasil. Um conhecimento direcionado ao feminismo atual tem sido tecido na rede, conexão a conexão, entre os participantes, por meio da troca de links e por meio da conversação em rede.

Sobre o conceito de conversação em rede, Recuero (2012) afirma que as novas tecnologias proporcionam “espaços comunicacionais” que se assemelham à conversação cotidiana e buscam estabelecer ou manter laços sociais entre as pessoas. Afirma a autora sobre os espaços comunicacionais:

Tratam-se de novas formas de “ser” social que possuem impactos variados na sociedade contemporânea a partir das práticas estabelecidas no ciberespaço. Essas práticas são também dependentes das limitações técnicas dos espaços construídos para a interação que vão reconstruir, através da apropriação, sentidos e conversações para a conversação online. Ao mesmo tempo, essas conversações têm novos formatos e são constantemente adaptadas e negociadas para acontecer dentro das limitações, possibilidades e características das ferramentas. (RECUERO, 2012, p.17)

Dos espaços comunicacionais, surgem as “conversações em rede”, definidas como: “aquela que surge dos milhares de atores interconectados que dividem, negociam e constroem contextos coletivos de interação, trocam e difundem informações, criam laços e estabelecem redes sociais” (RECUERO, 2012, p.19). Como características da conversação em rede, Recuero aponta uma nova forma conversacional: “são muito mais públicas, mais permanentes e rastreáveis que outras” (2012, p.17).

O tipo de conversação na rede que esta pesquisa busca encontrar nos dois blogs feministas que são objetos de estudo, *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*,



aproxima-se do engajamento que Gomes (2011) aponta ao estudar o conceito de “democracia digital”, termo usado para os estudos de participação e esfera pública. Para o autor, cada pessoa tem sua “razão” para participar de uma conversação, sendo que “tais razões (que não precisam ser realmente racionais) funcionam como motivações suficientes para a sua ação em geral” (GOMES, 2011, p. 31). Segundo o teórico:

[...] as pessoas participam de iniciativas quando as consideram uma oportunidade adequada para atingir fins desejáveis. Meios precisam ser vistos como oportunidades. Chamo oportunidades aquela conjunção de ocasiões e circunstâncias em que meios podem produzir fins desejáveis de maneira que os custos (a energia despendida, por exemplo) sejam largamente recompensados pelos benefícios (recompensas decorrentes de se alcançar a finalidade da ação). (GOMES, 2011, p. 30-31)

Portanto, de acordo com os estudos de democracia digital de Gomes, os meios podem significar oportunidades vantajosas para participação, em que a palavra “participar”, para o autor, quando se pensa em participação na esfera civil, deve ser traduzida como “tomar parte”.

Ainda considerando a teoria política – mas pensando a palavra política como “lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão (MARTINO, 2014, p.85) – para explicar a reunião de mulheres em torno de um blog e assim criarem um espaço em que se sintam encorajadas a escreverem suas demandas e compartilhar suas histórias pessoais, entende-se os blogs feministas como “associações voluntárias”, em que “na visão de Tocqueville, as associações voluntárias, além de serem um reservatório de cuidado, de autoajuda, de vida cultural e inovação intelectual e política, constituíam uma proteção ao cidadão comum contra o governo, contra os interesses privados e, ainda, contra as maiorias” (MAIA, 2011, p. 60).

Assim, consideramos que os espaços destinados à conversação em blogs feministas, representados pelos comentários dos leitores, podem ser potenciais espaços para

o florescimento da democracia digital, pois, “assim como qualquer iniciativa dedicada a garantir canais de expressões de minorias representa um passo de democracia digital, enquanto serve para, em longo ou curto tempo, empatar as forças envolvidas na disputa pela produção da decisão política” (GOMES, 2011, p.35).

### **3.3. O feminismo em dois espaços: no urbano e no virtual**

Por não considerarmos o termo “virtual” aqui empregado como algo oposto à realidade ou irreal, a fim de criarmos padrões de similaridades e dissimilaridades no que diz respeito a atual manifestação e dinâmica feminista com o surgimento da internet, o termo oposto ao “virtual” será o “urbano”, e não o real. É importante salientar que, neste trabalho, o “virtual” e o “urbano” são pares opostos, e não contrários, pois não estão em confronto por uma disputa de espaço e importância.

Movimentos organizados em redes online e offline, por apresentarem uma série de características em comum, são um padrão social emergente no mundo todo. Trata-se de uma rede multimodal em que os atores são “conectados em redes de múltiplas formas” (CASTELLS, 2013, p.159). O papel da tecnologia nessas redes é fundamental “por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento” (2013, p.160).

Pensando primeiro no espaço online, uma característica dos movimentos em rede apontada por Castells (2013) é uma existência contínua no espaço livre da internet. Assim, no ciberespaço, esses movimentos podem ou não ter sede ou uma ocupação no espaço urbano, mas sua existência continua está no virtual. “Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as

funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos” (CASTELLS, 2013, p.160).

Essas redes são horizontalizadas, não precisam de uma liderança formal; são abertas e não têm fronteiras definidas; são flexíveis e podem se reconfigurar segundo o nível de envolvimento dos atores na rede; são ao mesmo tempo locais, por começarem por motivos específicos e em contextos específicos, e globais, por estarem conectadas e interagindo com o mundo todo; são redes em que deve haver uma interação do espaço de fluxos virtuais com o espaço urbanos e simbólicos das cidades, como ruas principais e prédios conhecidos (CASTELLS, 2013).

Este híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. (CASTELLS, 2013, p.160-161)

A relação entre virtual e urbano está presente em vários temas sociais. O exemplo dos museus virtuais apresentado por Lévy mostra quem mesmo expondo suas obras de arte na internet, os grandes museus do mundo ainda arrastam públicos para os prédios em que essas obras estão. Podemos acrescentar a este exemplo a existência dos blogs feministas no ciberespaço e a continuidade das históricas marchas de rua de mulheres no espaço urbano. Conforme afirmou Lévy sobre o exemplo dos museus:

[...] quanto mais as informações se acumulam, circulam e proliferam, melhor são exploradas (ascensão do virtual) e mais cresce a variedade de objetos e lugares físicos com os quais estamos em contato (ascensão do atual). [...] Em outras palavras, a ascensão do virtual provoca a do atual, mas a primeira desenvolve-se mais rápido que a segunda. Daí a ascensão do dilúvio de dados, de mensagens e imagens, nossa impressão de defasagem entre o virtual e o real. Assim, a maior parte de nós já contemplou um número maior de reproduções do que de quadros originais. Entretanto, a circulação das grandes exposições, a multiplicação dos museus e a facilidade de viajar nos permitiram ver mais originais do que os europeus ou os americanos do século XIX. (LÉVY, 1999, p.215).

Refletindo sobre a ideia de híbrido de cibernética e espaço urbano de Castells (2013), podemos estabelecer um paralelo deste conceito com o conteúdo dos blogs feministas. Considerando que este conteúdo esteja diretamente articulado com pautas políticas do Brasil, e está, uma vez que é recorrente postagens que cobram maior eficiência das políticas públicas para a proteção e manutenção dos direitos das mulheres, manter um blog feminista pode ser uma manifestação política dessas autoras na internet, mas com ressonâncias nos espaços públicos e urbanos, pois elas conseguiram passar da “ação” para a “participação política”:

[...] acompanhar o noticiário político online, ler blogs de político, ver vídeos de políticos no YouTube, por exemplo, é ação, mas não literalmente uma participação política; já escrever um blog de política, fazer campanha online, escrever petições eletrônicas, manifestar-se num fórum eletrônico ou numa consulta orçamentária digital e postar vídeos políticos são formas de participação na vida pública e/ou no jogo político. (GOMES, 2011, p.37)

Com uma visão mais ampla da palavra “política”, como lutas de reconhecimento e expressão de identidades, uma que “ter uma identidade, em alguns casos, significa lutar pelo direito e pela possibilidade de ser quem se é no espaço público” (MARTINO, 2014, p.85), mas em conformidade com Gomes (2011), Martino afirma:

As mídias digitais possibilitaram ao mesmo tempo uma transposição e uma transformação dessas noções de política. Na medida em que se misturam com a vida e alteram as relações sociais, se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão. (MARTINO, 2014, p.85)

Pensando em seu sentido mais amplo, a política das mídias digitais relaciona-se com as diversas manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar a atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas também a visibilidade. Isso significa aparecer em público e dar mais espaço para uma causa, reivindicação ou problema. (MARTINO, 2014, p.86)

Assim, um “blog ou perfil em rede social que marque posição a respeito de um estilo de vida pode ser entendido como um ambiente político – a identidade, em público, torna-se um problema político” (MARTINO, 2014, p.86).

### **3.4. Do megafone à internet: os blogs feministas e as marchas de rua**

No capítulo anterior, apresentamos as ideias de Castells (2013) e Martino (2014) sobre como as interações nas redes sociais podem levar os participantes ao engajamento em questões políticas, sociais e culturais. O desdobramento dessa ideia de mobilização e engajamento na internet em ambos os autores conclui que a participação nas redes online permitiu a transposição das barreiras entre “mundo físico” e “mundo online”, em que o “poder de mobilização exponencial das redes sociais as torna um fator relevante para se pensar elementos da vida fora da internet” (MARTINO, 2014, p.58).

Considerando que movimentos sociais organizados nas redes online são fluidos e horizontais (CASTELLS, 2013), vemos que “tem sido recorrente identificar trajetórias pelos quais os feminismos parecem fluir horizontalmente”. (MATOS, 2010, p.69) O movimento de mulheres no Brasil, ao se organizar em blogs e redes sociais que se comunicam entre si, que citam e compartilham um ao outro, promove uma fluidez horizontal da temática na rede.

O Brasil passa por um momento em que discussões feministas voltam a acalorar marchas de rua, vide as ações internacionais e nacionais da Marcha Mundial das Mulheres e dos atos semestrais da Marcha das Vadias, ambos os movimentos espalhados por todo o Brasil, fazendo reviver esta prática de manifestações urbanas de mulheres, comuns no século XX.

No âmbito institucional, a presença de políticos conservadores, representados principalmente na figura dos deputados Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados até 2016, e Jair Messias Bolsonaro que atacam os direitos das mulheres e demais grupos sociais (LGBT, grupos raciais etc), propondo medidas como o Estatuto da Família e a exclusão das diretrizes de gênero no Plano Nacional de Educação, também tem acalorado as discussões do movimento feminista no país. Mais recentemente, com a entrada de Michel Temer na presidência com o processo de impeachment, a pauta política mais uma vez esbarrou nas questões de gênero e feministas, com a finalização do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e com a composição de um novo ministério com nenhuma mulher no cargo de ministra, fazendo com que Temer, além de Cunha e Bolsonaro, sejam figuras presentes nos textos de blogs feministas apontados como os atuais vilões contra as mulheres no Brasil.

Como resposta e reação à essa onda contrária aos grupos sociais e reacionária na política brasileira, – ondas sociais contra revolucionárias que podem ser chamadas de backlashes (FALUDI, 2001) – surgem novos blogs e páginas feministas na internet. Exemplos não faltam: Revista AzMina, Não Me Kahlo, Empodere Duas Mulheres, Feministas Revolucionárias, Cidade das Mulheres, As Mina na História etc. Ao mesmo tempo, blogs mais antigos, surgidos a partir de 2010, ganham cada dia mais seguidores e aumentam sua rede de contatos feministas, vide *Lugar de Mulher*, *Escreva Lola Escreva*, *Think Olga*, *Blogueiras Negras*, *Blogueiras Feministas* etc.

Estas manifestações feministas na internet organizadas em rede, diretamente relacionadas ao atual momento de tensão dos direitos das mulheres no Brasil e da ameaça da democracia com o processo de impeachment aberto contra a primeira mulher presidente do país, Dilma Rousseff, processo este permeado por diversos atos de desrespeito ao gênero de Dilma, têm criado uma nova geração de mulheres que se informam por meios

alternativos e dentro de uma rede de conexões tecidas com outras mulheres que militam na internet, sem deixar de comparecer às marchas de rua. Tudo isso é possível porque “a internet deve ser entendida de modo integrado ao conjunto da vida, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais” (MAIA, 2011, p. 71). Além disso, essas novas formas de cooperação é uma das implicações sociais da cibercultura, encorajando a expressão pública e estimulam o acúmulo e compartilhamento de experiências na rede (LÉVY, 1999). Esta expressão e acúmulo de experiências, tanto individuais como coletivas, é o que nos interessa quando refletimos sobre as dinâmicas comunicacionais dos blogs feministas aqui estudados.

### **3.5. A comunicação em blogs**

Depois de prévio levantamento realizado em 2014 e 2015 sobre os principais blogs e páginas feministas brasileiras, esta pesquisa escolheu estudar dois dos mais antigos blogs coletivos feministas no Brasil: o *Blogueiras Feministas*, um blog coletivo formado somente por mulheres brasileiras, hospedado em <http://blogueirasfeministas.com/>, e o *Blogueiras Negras*, um blog coletivo formado somente por mulheres negras brasileiras, hospedado em <http://blogueirasnegras.org/>.

Gostaríamos de destacar que o levantamento prévio de quais blogs seriam estudados nesta pesquisa foi transformado em um artigo submetido ao importante congresso Confibercom Madrid 2016, com o título: “Conexiones feministas: mapa de la ascensión de mujeres brasileñas en las redes sociales virtuales”. O trabalho catalogou somente as páginas feministas brasileiras que tivessem mais de 30 mil likes e, por meio dos Estudos de Redes Sociais, estabeleceu as que mais se comunicavam e citavam umas às outras nas redes, ou seja, quais eram mais centrais e quais eram mais periféricas nesta rede feminista online.

Dentro da categoria “blogs coletivos”, constatamos que as Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas eram as páginas mais antigas e com maior repercussão na rede, por isso a escolha desta pesquisa por essas páginas. Apesar do resumo estendido do artigo constar nos anais da Confirbercom 2016, ele não foi apresentado no evento por falta de recursos para a viagem até Madri, Espanha, onde o congresso foi realizado.

Baseado nos processos interativos de dar e receber razão e da importância dos testemunhos para evidenciar um problema, antes naturalizado pela sociedade em geral, (MAIA, 2012) e considerando que “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de relação de significado e, portanto, a produção das relações de poder” (CASTELLS, 2013, p.11), procuramos indicar no estudo do *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*: como blogueiras feministas brasileiras compartilham na internet experiências pessoais e informações ligadas à condição de ser mulher; como questões de gênero e feministas são percebidas em blogs feministas; quais são os temas e eventos pautados; se existe pontos de contato entre os dois diferentes blogs estudados.

Escolher analisar blogs, dentre tantas outras redes sociais existentes na internet, também tem suas razões empíricas: blogs possuem um papel importante na maneira como uma informação é propagada na internet, uma vez que a personalização da ferramenta foca diretamente na linguagem e na forma de determinar o que será publicado, além de manter sempre uma pequena audiência em torno do blog, audiência essa normalmente conectada através dos blogrolls (lista de outros blogs que normalmente vai anexa a um determinado blog, criando uma rede de conexões entre audiências de blogs diferentes e até de redes sociais diferentes) (RECUERO, 2009).

Conceitualmente, segundo Recuero (2009), blogs são sites de divulgação, capazes de reunir links de outros blogs ou quaisquer outras redes sociais na internet. São formados



por textos, chamados de posts, organizados de forma cronológica inversa, com a presença frequente de comentários. A escolha dos blogs ainda considerou que existe pouca bibliografia sobre metodologias aplicadas nas redes formadas em Twitter e, menos ainda, em Facebook. O estudo de Redes Sociais como aporte metodológico, por sua vez, foi escolhido porque os autores do presente artigo acreditam na potencialidade de observar a sociedade organizada na metáfora da rede, com atores tecendo e quebrando suas conexões entre si e com outras redes sempre que conveniente.

Sendo os blogs e demais redes sociais espaços de debates e discussões sociais entre atores ativos, podemos analisar a maneira como testemunhos são compartilhados, percebidos, significados e negociados na rede on-line.

#### Capítulo 4. Procedimentos metodológicos

As diferentes metodologias escolhidas e apresentadas a seguir tiveram por objetivo apresentar as constrações que ligam os fenômenos do objeto de pesquisa entre si. Os métodos foram cuidadosamente escolhidos, levando em conta que as interações sociais são efêmeras e por isso devem ser vinculadas a um momento e contexto histórico, que as observações da dinâmica de uma sociedade são mais difíceis de reproduzir com exatidão e que interações on-line raramente são exclusivas do mundo virtual (HALAVAI, 2010, p.12). Além disso, a pesquisa partiu de pressupostos que orientaram o trabalho de campo, realizado nas ruas de São Paulo e na internet, nos blogs *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*.

Por meio de um estudo qualitativo com elementos empíricos, o corpus desta pesquisa está constituído pelos blogs coletivos feministas *Blogueiras Feministas* (hospedado em <http://blogueirasfeministas.com/>) e *Blogueiras Negras* (hospedado em <http://blogueirasnegras.org/>). Os blogs foram observados a partir dos posts e comentários publicados nas páginas estudadas. A análise concentra-se no material postado nos meses de março de 2015 e março de 2016. O período foi escolhido em relação ao evento celebrado pelo movimento feminista brasileiro e internacional: o Dia Internacional da Mulher (dia 8 de março).

O primeiro período de coleta também foi posterior a um importante episódio político brasileiro, que se tornou histórico por ter sido pautado, pela primeira vez, por fortes questões de gênero: as eleições presidenciais de 2014, que, além de ter três candidatas mulheres, (Marina Silva, Luciana Genro e Dilma Rousseff), teve questões como legalização do aborto levantadas nos debates públicos entre os candidatos. O resultado da eleição naquele ano também foi inédito, já que pela primeira vez na história do Brasil, e de

poucos países em toda a América, uma mulher, Dilma Rousseff, foi reeleita para o cargo de presidente do país.

Do mesmo modo, o período de coleta é anterior a outro importante fato histórico brasileiro, também, pela primeira vez, pautado por questões de gênero: o processo de impeachment da presidenta reeleita Dilma Rousseff, iniciado em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, político considerado pelas ativistas um dos principais personagens contra o atual movimento feminista brasileiro. Assim, o primeiro período de coleta nos blogs, primeiro semestre de 2015, está situado entre dois importantes e históricos fatos políticos pautados por questões de gênero, motivo pelo qual se falou muito, tanto pela grande mídia como pela mídia alternativa, sobre feminismo: a reeleição para o cargo de presidenta e o processo de impeachment de Dilma Rousseff, considerado um golpe político pelos movimentos sociais, que acusam como motivo, entre outras questões, o gênero de Dilma, a primeira presidenta do Brasil.

O segundo período de coleta dos posts, março de 2016, também é justificável pelo contexto político e social do Brasil: se dá um ano após as primeiras coletas e se dá em meio ao afastamento de 180 dias de Dilma Rousseff do cargo de presidenta, em razão do processo de impeachment. O momento político também é pautado por questões de gênero, uma vez que o novo presidente, na condição de interino, ou seja, provisório, é Michel Temer, considerado outro opositor ao atual movimento feminista brasileiro.

Sobre os métodos de pesquisa, foram empregados dois métodos, nesta ordem: Estudos de Redes Sociais e Etnografia virtual. Isto quer dizer que o objeto de pesquisa foi primeiro observado por meio da metáfora da rede, identificando quais quem eram os atores, quais eram as conexões e qual a densidade dessa rede formada em torno do Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas. Na coleta de dados das postagens, organizados em tabelas,

a pesquisa se propôs a observar recursos comunicacionais utilizados pelas blogueiras, além de repercussão, periodicidade, assim como temas e eventos abordados em cada blog.

Ao cruzar os dados obtidos nos Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas, conseguiremos observar quais são as divergência e semelhança de temas e eventos abordados em cada blog, uma vez que um trata do feminismo e o outro do feminismo negro.

Com relação às amostras, elas serão do tipo “Intencional e Por Intensidade”, pois seus elementos serão selecionados mediante um recorte temporal específico de acordo com o calendário feminista nacional e internacional e com o momento político brasileiro, considerando elementos característicos do universo observado e a presença desses elementos de forma intensa ou evidente, facilitando a observação de casos em que a informação é mais densa (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

A importância em se observar a as postagens destes blogs feministas se deu por dois motivos: esses espaços online permitem que cada pessoa ligada ao feminismo se expresse sem intervenção de um editor, fazendo com que essas ferramentas comunicacionais que são os blogs vão além de uma função organizacional, pois quanto “mais as ideias são geradas de dentro do movimento com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele, e vice-versa” (CASTELLS, 2013, p.20); o segundo motivo diz respeito à forma de expressão dos blogs estar focada na linguagem e na primeira pessoa, favorecendo aos participantes compartilharem suas histórias e experiências pessoais. A presença desse tipo de narrativa nas redes online feministas é importante, uma vez que “posicionamentos, desejos, premissas e testemunhos, ao serem comunicados, podem alcançar fértil terreno naquele outro que se identifica com as mesmas questões, construindo assim identidades e demandas coletivas” (GARCEZ, 2011, p 237-238).

Assim, a fase da coleta de dados dos posts nos blogs foi iniciada com o pressuposto de que os blogs feministas são ferramentas comunicacionais de revigoração social para o atual movimento de mulheres no Brasil, uma vez que podem promover a conversação em rede em torno de difusão de informação feminista e de compartilhamento de histórias pessoais entre os participantes da rede.

Os testemunhos de vida, ao serem relatados, funcionariam como uma ponte semântica que reivindica novos significados. Tais ações coletivas e movimentos sociais funcionam não só como meios de reivindicação, mas também como instrumentos de mobilização que fazem com que aqueles antes ‘paralisados’ pelo próprio sofrimento passem a estabelecer novas formas de autorrelação mais positivas. Ao lutarem pela desestabilização de alguns códigos culturais que desvalorizam modos de vida, os sujeitos restituem um pouco do seu autorrespeito e da autoestima perdidos anteriormente. (GARCEZ, 2011, p. 236)

Este revigoração social, por sua vez, pode ser possível porque estas mulheres conectadas em uma rede de compartilhamento de histórias e informações é capaz de formar um “ator coletivo consciente”, atingindo uma nova estrutura social:

Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes neurais dos cérebros humanos estimulada por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. (CASTELLS, 2013, p.158)

Do espaço virtual, somente os blogs foram escolhidos como objetos de estudo e demais redes sociais virtuais que não fossem blogs, ferramentas focadas diretamente na linguagem e compostos primordialmente de textos inéditos das autoras, foram descartados. O Facebook e o Twitter, tão em voga em muitas pesquisas atuais sobre internet, foram descartados em vista do seu caráter econômico de funcionamento, que tem como foco aumentar os lucros da empresa. Além de serem ferramentas mais novas, surgidas a partir

de 2006, e não sabermos ainda quanto tempo durarão na rede, ou se acabarão como aconteceu com o Orkut.

Acho ingênuo acreditar que aquilo que se vê nas redes sociais representa a opinião pública, pois não representa. O que se vê no *feed* de notícias do Facebook é predefinido por um algoritmo cuja principal finalidade é maximizar os lucros da empresa. Então, aquele algoritmo é programado para entregar o conteúdo que é mais valioso para determinado usuário, que seja capaz de atrair sua atenção por mais tempo (LEMOS, 2014, p. 29).

Por fim, antes de apresentar as metodologias aplicadas nesta pesquisa, é preciso salientar que a tecnologia em si não pressupõe a existência de uma rede. Contudo, ela oferece suporte a essa dinâmica social organizada em redes, influenciando suas interações, a expansão dos nós e o estabelecimento de novas conexões. Nessas ferramentas comunicacionais da internet, as redes são modificadas, transformadas pela mediação das tecnologias e, principalmente, pela apropriação delas para a comunicação (RECUERO, 2012, p. 26). A internet é, portanto, o instrumento, mas o que coloca em movimento as potencialidades do meio são as pessoas que estão por trás dos computadores, interagindo entre si e com o ciberespaço.

#### **4.1. Estudos de Redes Sociais na Internet**

O Estudo de Redes Sociais, apesar de estar em alta nas recentes pesquisas em Comunicação, não é um estudo novo e seu surgimento remonta ao século passado, anterior ao surgimento da internet. Sabe-se que antes do século XX, uma parte significativa dos cientistas tentava compreender o todo, e não as interações entre as partes, mas no século XX este panorama de pesquisa mudou com os estudos das redes. “O estudo da sociedade a partir do conceito de rede representa um dos focos de mudança que permeia a ciência durante todo o século XX” (RECUERO, 2009, p.17).

Há inúmeras possibilidades de análise ao se utilizar dos estudos de redes sociais na internet em uma pesquisa, pois é possível estudar desde a criação das estruturas sociais até as suas dinâmicas, “tais como a criação de capital social e sua manutenção, a emergência da cooperação e da competição; as funções das estruturas e, mesmo, a diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos” (RECUERO, 2009, p.21); além de “compreender como os atores constroem esse espaço e que tipo de representações e percepções são colocadas é fundamental” (2009, p.29).

Como definição do que vem a ser os estudos de Redes Sociais na Internet, Recuero aponta:

O estudo das redes sociais na internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. (RECUERO, 2009, p.24)

Com base nas propostas de três diferentes abordagens teóricas sobre a internet enquanto objeto de estudo (Internet como Cultura; Internet como Artefato Cultural; Internet como Mídia), desenvolvidas por em Hine (2000) e pelo coletivo espanhol *Mediaciones*, Fragoso, Recuero e Amaral discorrem sobre outras categorias teóricas relacionadas aos estudos de internet:

Além dos diferentes tipos de abordagem recorrentes na literatura sobre os estudos de internet, duas outras categorias centrais para a construção do desenho da pesquisa são os recortes temáticos e os objetos analisados. As escolhas a serem tomadas em relação a ambas tem impacto tanto no tipo de observação a ser conduzida quanto na construção da amostra e na coleta e análise de dados. (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013, p.46)

As redes sociais digitais estão organizadas na internet em diferentes maneiras e níveis, seja no que chamamos de rede social – como Facebook ou Twitter – seja em blogs,

que seria um nó que agrega outros nós, que acessam, compartilham ou comentam nos blogs. A partir do momento que um nó comenta em um blog, a mensagem fica gravada e exibida de maneira permanente neste espaço de conversação, sendo possível ao pesquisador mapear esta rede de comentários. Uma vez interagido neste espaço comunicacional, o nó passa a fazer parte da rede online do blog (RECUERO, 2009).

Sobre o que motiva a formação dessas redes virtuais, quando pensadas no âmbito de movimentos sociais, como é o caso do atual movimento de mulheres no Brasil, Castells descreveu sobre os movimentos modernos que eclodiram ao redor do mundo entre 2011 e 2013: “indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais” (CASTELLS, 2013, p.8).

Outro conceito a se entender para poder aplicar aos Estudos de Redes Sociais na Internet é a presença dos “atores sociais” na rede, pois são eles que farão as conexões e interações. Eles não são apenas as pessoas que se relacionam no âmbito da internet, mas as próprias ferramentas da internet, que também têm poder de formar conexões. “Assim, neste caso, trabalha-se com representações dos atores sociais, ou com construções identitárias do ciberespaço. Um ator, assim, pode ser representado por um weblog, por um fotolog, por um twitter ou mesmo por um perfil no Orkut” (RECUERO, 2009, p.25).

Ao identificarmos quem são os atores da rede, como eles estão dispostos, de onde vem e como se relacionam, conseguimos identificar a formação e a densidade de uma rede social na internet e medir toda a dinâmica social que tal rede implica, como construção de espaços de conversação e de capital social. Assim, “Compreender como os atores constroem esse espaço e que tipo de representações e percepções são colocadas é fundamental” (RECUERO, 2009, p.29).



Por último, a capacidade de comunicação interativa, que é a matéria-prima das relações e dos laços sociais, também será medida dentro e entre os objetos estudados, pois a “ação de um depende da reação do outro, e há orientação com relação às expectativas” (RECUERO, 2009, p.31).

## **4.2. Etnografia Virtual**

A etnografia virtual foi eleita como uma das metodologias da pesquisa por considerar que as páginas dos blogs estudados podem ser consideradas um laboratório social, assim como as relações sociais desenvolvidas neste endereço na internet. É dizer: “nossas sociedades hoje se caracterizam e se definem como sociedades de comunicação de massa, de informação e entretenimento em escala industrial e destinados a um amplo público” (TRAVANCAS, p.100, 2011). A etnografia foi aplicada no virtual, em que os blogs são considerados campos de pesquisa, e a etnografia tradicional, em que se realizou a ida ao campo nas marchas feministas de rua.

Hine chama de “virtual ethnography”, ou etnografia virtual, uma nova forma de conceber a etnografia sem que seja necessariamente um método novo para substituir um antigo:

This new form is developed as a response to the need to study communities in which the use of electronic communications such as provided by computer networks are routine. Virtual ethnography is not put forward as a new method to replace the old – rather it is presented as a way of bringing into focus both the assumptions on which ethnography is based, and the features which are taken to be special about the technologies concerned. (Hine, 2000, p.2)

Como definição da etnografia tradicional, Hine (2000) aponta: “Some authors stress the role of ethnography in detailing day-to-day practices, while others emphasise the ability

of the ethnographer as stranger to bring into question the taken for granted in the ethnographic setting”.

Para Hine, essa familiarização com o objeto de pesquisa e os espaços por onde ele se desdobra é fundamental para refletir sobre o processo etnográfico em si. Para a autora, a chave central para uma pesquisa etnográfica em ambientes virtuais deve ser a reflexividade, atividade muito anterior ao surgimento da própria internet.

Os fenômenos digitais são muito complexos. Existem em múltiplos espaços, são fragmentados e costumam ser temporalmente complexos. Não podemos esperar ter uma vivência de um fenômeno assim apenas “estando presentes ali”, porque não sabemos automaticamente onde é “ali”, nem como “estar presentes”. Mas podemos ajudar a entender os fenômenos digitais tentando adquirir nossa própria experiência autêntica desses fenômenos como etnógrafos inseridos, incorporados, e refletindo constantemente sobre o que sabemos e como o sabemos. Penso que este aspecto da reflexividade – refletir sobre como sabemos o que sabemos sobre uma situação - provavelmente seja a parte mais significativa da etnografia em ambientes digitais. (...) Ao pensar sobre os limites do nosso entendimento, podemos também pensar mais criativamente sobre o modo como todos os/ as participantes de fenômenos digitais lidam com as incertezas inerentes às interações sociais online. (HINE, 2012, p.4)

Assim, a etnografia virtual pode ser baseada exclusivamente em dados e textos online.

Por fim, dedicamos um tempo a nos familiarizar com cada blog estudado, passando a ser também um leitor de cada página, independente dos posts estarem ou não no período de coleta. “acho muito útil para a etnografia em meios digitais é dedicar bastante tempo ao processo de familiarização, a olhar em torno e explorar o fenômeno sob todos os ângulos, tentando entender o que ele é, para quem existe e como é vivenciado” (HINE, 2012, p.4)

## Capítulo V – Do campo de análise: os blogs coletivos feministas

Apresentamos neste capítulo o perfil de dois blogs coletivos, feministas, brasileiros e contemporâneos, *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*. A partir do levantamento bibliográfico, revisão de estudos sobre o tema, apresentados nos capítulos anteriores, da coleta de dados e análise descritiva, interpretativa e crítica do material, observamos as características dos blogs e traçamos um perfil de quem são suas autoras, ou, na terminologia da internet, suas blogueiras, quais são seus temas recorrentes, sua linguagem de expressão, seu posicionamento político e os eventos que ajudam a pautar na sociedade brasileira.

Antes de entrarmos na análise, é preciso lembrar o lugar de existência dos blogs: eles são uma ferramenta comunicacional da internet, focados na linguagem, conforme apresentado anteriormente. A internet, por sua vez, é um ambiente virtual focado nos fluxos de informação. Nela, a informação é o espaço contínuo, conforme foi explicado no **capítulo 2** (LÉVY, 1999; RECUERO, 2009; MARTINO, 2014).

Da análise das páginas estudadas e suas postagens, será apresentado, a seguir, os tópicos: “Aspectos Gerais do blog”, “Recursos comunicacionais da ferramenta blog”, “Política Editorial”, “Participação”, “Linguagem”, “Periodicidade das postagens”, “Temas, campanhas e eventos”, “8 de março”, “Posicionamento Político” e “Blogueiras”.

Depois de prévio levantamento – informado e descrito no Capítulo 3 – , esta pesquisa escolheu estudar dois dos principais e mais antigos blogs coletivos feministas no Brasil: o *Blogueiras Feministas*, um blog coletivo, hospedado em <http://blogueirasfeministas.com/>, surgido em 2010 e que reúne mulheres feministas de todo o Brasil para compartilharem suas experiências em forma de textos. Sua página no Facebook reúne cerca de 79 mil curtidas; o *Blogueiras Negras*, hospedado em <http://blogueirasnegras.org/>, surgido em 8 de março de 2012, que reúne postagens de

mulheres negras feministas de todo o país, esbarrando no conceito de “feminismo interseccional” e pregando o “enegrecer o feminismo”, em que o movimento de mulheres considera não somente o gênero, mas principalmente a raça. Sua página no Facebook reúne cerca de 229 mil curtidas.

Todo dia ou em um intervalo curto de dias, uma mulher, independente da sua orientação sexual e identidade de gênero, relata nestes blogs um caso pessoal sobre um tema feminista, se posiciona diante de uma questão ligada à condição de gênero ou de um caso de machismo e racismo ou compartilha informações que dizem respeito à vida das mulheres brasileiras.

### **5.1. Blogueiras Negras**

A ideia de se criar um coletivo feminista que reunisse negras surgiu em 2012, de uma ação coletiva online que participou diversas mulheres, chamada de “blogagem coletiva”, durante os dias 20 e 25 de novembro, uma aproximação entre o Dia da Consciência Negra e o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O projeto reuniu diversas mulheres negras de todo o Brasil com a proposta de escreverem naquela semana sobre o feminismo negro. No final da ação, essas mulheres se uniram e criaram o Blogueiras Negras. Informam no texto do “Quem Somos”: “O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa”.

No que diz respeito ao “Aspectos Gerais do blog”, o Blogueiras Negras passou por uma alteração de visual da plataforma desde o começo de 2015, mudando desde o design

da página até o logotipo. Sobre os recursos estilísticos, não há publicidade, mesmo havendo espaço para os anunciantes, assim como não há anúncios que não sejam da própria página.

# BLOGUEIRAS NEGRAS

A aba “Sobre”, no início da página, informa o que é o Blogueiras Negras e qual a sua “Política Editorial”. Nele, a página informa que reúne e estimula a produção de conteúdo feminista para veículos de comunicação independentes produzidos por e para mulheres negras:

Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas estórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual. (Sobre, Blogueiras Negras)

No mesmo texto do “Sobre”, continuam:

Não por acaso, temos em nossa origem a “Blogagem Coletiva Mulher Negra” cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa. (Sobre, Blogueiras Negras)

Sobre os “Recursos comunicacionais da ferramenta blog”, a página fornece o endereço de e-mail para que qualquer leitor entre em contato com as organizadoras do Blogueiras Negras; todos os posts têm espaço para os comentários, mas há um aviso que

eles são moderados; todos os posts têm fotos, mas poucos têm vídeos; todos os posts têm data de publicação, com dia, mês e ano, e o nome da autora com um breve perfil e foto, mas podendo também ser um post assinado por um anônimo ou pela Equipe de Coordenação.

A página inicial do Blogueiras Negras é muito bem dividida e quase não se assemelha mais a um blog, mas sim a um site. Nesta “home”, ou página inicial, os posts estão organizados nas seções: Identidade, Populares, Resistência, Saúde e Beleza, Estilo de vida, Artes, Colunas. Há ainda uma divisão por: Últimos posts, Educação, Direitos, Mídia, Afetividade, Sexualidade, Cultura, Infância e juventude, Política, Saúde, Corpo e Beleza, Religião. Esta segunda divisão está disposta como se fosse o “chapéu” dos meios impressos, e não como seções da página. Uma galeria de imagens com fotos dos eventos que as organizadoras do blog participam encerra a página inicial.

Sobre a rede de conexões do blog, existe uma barra lateral que conduz o leitor a outras redes sociais da página, com ícones e links para: Twitter, Facebook, canal no YouTube, Instagram, e ainda é possível se cadastrar na Newsletter da página.

Sobre o tópico “Participação”, o blog permite a participação de qualquer mulher negra feminista. Aconselha-se, contudo, a autora que deseja publicar na página também ser membro do fórum de discussão do Blogueiras Negras no Facebook. Os textos passam por aprovação de uma editora e podem ser rejeitados.

O texto do “Quem Somos” do blog informa a “Política Editorial” da página, esclarecendo que além do feminismo, a luta anti-racista é a principal preocupação do Blogueiras Negras. Assim como o texto de Sueli Carneiro (2003), *Enegrecendo o Feminismo*, explica que o feminismo negro está diretamente ligado a sociedades em que

houve escravidão e que ainda são racistas, o “Quem Somos”, do Blogueiras Negras, parece ser uma extensão do artigo de Carneiro:

O racismo institucional e o mito da meritocracia garantem a distribuição nada democrática dos serviços de saúde e educação promovendo o adoecimento físico e emocional da população negra e afrodescendente; impedindo o acesso à tecnologia, aos recursos naturais e financeiros, aos espaços de poder como universidades e cargos de chefia. Desde a assinatura da lei áurea (grafada em minúscula de propósito) fomos condenados à subcidadania e marginalização.

Porém é a invisibilidade que naturaliza o racismo em suas diversas modalidades. Não estamos nas capas de revista, nas bancadas dos jornais, nos laboratórios, nos cargos políticos. E apesar de algumas conquistas, ainda somos sub-representadas e estereotipadas nos discursos de beleza e moda. Prevalece o desinteresse em mostrar nossos rostos, nossos corpos, as questões que nos afetam, as tradições e manifestações culturais que nos representam. (Quem Somos, Blogueiras Negras)

Do período de coleta, março de 2015 e março de 2016, foram coletados 25 posts em março de 2015 e 17 posts em março de 2016, somando um total de 42 posts. Somente um post, “Denúncia: assédio no movimento social em Manaus”, de março de 2016, foi assinado como anônimo. As postagens envolveram 37 autoras e mais a equipe de coordenação do Blogueiras Negras.

Da “Linguagem dos posts”, foram coletados 11 artigos opinativos, 11 depoimentos, sete denúncias, três entrevistas, dois contos, um poema e um discurso de formatura de universidade. Percebemos, assim, como os textos opinativos e os depoimentos de histórias e experiências pessoais são importantes para o Blogueiras Negras e como as linguagens são variadas e favorecem a expressão artísticas das blogueiras, com espaço para contos, poemas e poesias. Vemos que os conteúdos, assim como as linguagens, buscam ser de diversos gêneros literários e temas.

Ainda sobre este tópico, o texto sobre os “Objetivos” do blog informa que a página tenta abarcar os conteúdos em diversas linguagens e nos mais variados suportes: blog, vídeos, livros, áudios. Não verificamos esta diversidade de suportes, contudo.

Da “Periodicidade das postagens”, o blog mantém uma atividade de ser atualizado cinco vezes por semana.

Dos “Temas, eventos e campanhas”, o texto no “Quem Somos” informa que as autoras negras procuram escrever sobre racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia, classismo e gordofobia. O blog também informa que os temas podem ser diversos, mas sempre devem ter foco feminista, antirracista, assim como sempre se posicionem contra as principais opressões que assolam mulheres e homens negros. Não verificamos, nas coletas, textos sobre lesbofobia e gordofobia.

Do período da coleta, os temas que apareceram foram (sendo que cada texto poderia abordar mais de um tema): quatro sobre a violência do sistema de saúde pública contra a mãe pobre e negra; quatro sobre o ataque da sociedade à beleza negra; três sobre racismo na escola; três sobre autoestima da mulher negra; três denúncias de racismo na universidade; dois sobre as dificuldade de entrada e permanência da negra na universidade; um sobre primeira vez que se sente o racismo; um sobre quando a mulher negra se descobre negra; um sobre racismo e machismo no movimento estudantil universitário; um sobre negras cantoras da Bahia; um sobre os preconceitos a mulher negra sofre na mídia e nas artes; um sobre a vida e obra de Audre Lorde; um sobre relacionamento amoroso; uma denúncia sobre um caso de racismo no ambiente de trabalho; um sobre violência policial contra a mulher negra e periférica; um sobre a obra de Maria Carolina de Jesus; um sobre o projeto de lei que propunha proibir o sacrifício de animais em rituais religiosos; dois sobre a sexualização da mulher negra, um sobre a falta de representação da mulher negra na mídia, um sobre o desrespeito às religiões de matriz africanas; um sobre a falta de representatividade da mulher negra na TV; um sobre o papel da militante feminista negra dentro dos movimentos, um sobre a saúde mental da militante feminista negra; um sobre o preconceito contra as minorias sociais em geral (mulheres, gays, negros e pobres); uma



denúncia de racismo em uma marca de esmalte; dois sobre o racismo que a negra sofre no trabalho; uma reflexão sobre o movimento feminista negro na História do feminismo; duas críticas ao que as autoras chamaram de “feminismo branco”; um sobre a marginalização da mulher negra; um sobre a força da mulher negra; uma denúncia de assédio, transfobia e machismo de homens que pertencem ao movimento negro; dois sobre a importância de assumir o cabelo afro; um sobre o processo de impeachment no Brasil.

Destacamos que os três temas mais recorrentes na coleta foram: violência do sistema de saúde pública contra a mãe pobre e negra; o ataque da sociedade a beleza e a autoestima negra; o racismo contra a aluna negra na escola e na universidade. Dentre os demais temas, chamou nossa atenção o post sobre a saúde mental da militante feminista, em que a autora discorre sobre como os constantes ataques sociais a essa mulher podem afetar a sua saúde mental e emocional. Dentre os temas já esperados, foram os posts com críticas ao “feminismo branco”, uma vez que a mulher branca e a negra não estão em pé de igualdade no Brasil.

O tema referente à “beleza negra” foi o que mais repercutiu na rede. O tema sempre apareceu associado a depoimentos sobre identidade ou casos de racismo e esteve quase sempre acompanhado da palavra “cabelo”.

Cabelo cresce. O meu, ainda que depois de anos, cresceu. E crescemos juntos, eu e ele. E ambos ainda iremos crescer bem mais, eu tenho certeza. Cortando umas coisas aqui e ali, velhas pontas ou velhos hábitos, mas sempre crescendo. E talvez ele tenha ficado uma vassoura – como disseram – mas juntos, limpamos a alma. (Lara Passos, Blogueiras Negras, 17 de março de 2016)

Eu ia começar pedindo desculpa pra quem pensa diferente, mas pensei bem e vi que não é o caso. Percebi que quem merece receber pedido de desculpa sou eu. Eu cresci sendo ensinada na escola, através do convívio com as demais crianças, que o bonito era o cabelo liso, a cor branca, os olhos claros, a magreza. Ou você tinha um desses atributos ou você era um zero a esquerda no colégio. (Laura Astrolabio, Blogueiras Negras, 6 de março de 2015)

Sobre as palavras-chaves, além das já esperadas “mulheres negras”, “feminismo negro” e “feminista”, separamos as dez que mais apareceram nas postagens. São elas: Racismo (12); Identidade (6); Resistência (3); Saúde (3); Autoestima (3); Violência (3); Corpo (3); Luta (3); Denúncia (3); Educação (2). Chamamos a atenção para as palavras-chaves que remetem a um cenário violento que permeia a vida dessas blogueiras negras.

Apontamos para o fato de que não apareceram, nem entre os temas e nem nas palavras-chaves, duas questões que eram esperadas: o aborto e violência doméstica. Apesar da palavra “violência” aparecer, ela esteve associada à violência Policial, à violência gerada pelo racismo e à violência do SUS contra as mulheres negras.

Em relação ao tema da intersecção de raça, mas dessa vez considerando a mulher branca, ela apareceu uma vez e associada a críticas ao “feminismo branco” e à palavra-chave “branquitude”.

Dos eventos, a página, além de promover a divulgação, também realiza os seus próprios eventos. São encontros regionais, os chamados de “Encontrinhos”, que ocorrem durante o ano e podem acontecer simultaneamente ou de prévio acordo com a coordenação.

Dentro da categoria tema, gostaríamos ainda de destacar as negras que apareceram como mulheres de inspiração para o blog. Em 2015, a equipe de coordenação da página fez uma postagem em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, a pesquisadora Sueli Carneiro e a poetisa Audre Lorde.

Nota-se que os temas foram os mais diversificados do universo especificamente da mulher negra, sendo ela negra estudante e negra mãe, denunciando como o racismo pode estar presente em diferentes espaços. No que diz respeito à figura da mulher, não foram coletados posts de mulheres deficientes físicas, mulheres trans etc e nem temáticas que considerassem a mulher encarcerada.

Das campanhas, o texto do dia “8 de março” de 2016, Dia Internacional da Mulher, denunciou a violência da sociedade e do próprio “feminismo branco”, como escreve a autora, contra a mulher negra. No texto, a autora denuncia que Ana Kellen Moura, uma negra de 32 anos que foi acusada de assassinar o marido, um homem belga e branco, está presa há um ano, sem provas suficientes, e impedida de ver seu filho. No final do post, a autora lança a campanha #AnaLizEHermanJuntos, hashtag para denunciar o caso e pedir o direito de Ana ver seu filho.

Já o texto do “8 de março” de 2015 foi o “Nossa história, nossos muros, nossa mídia”, é o depoimento de duas mulheres negras de Belém que trabalham com mídia e grafite e denunciam o machismo e o racismo desses meios.

Do “Posicionamento Político”, o texto do dia 18 de março de 2016, “Blogueiras Negras comenta: a política do terror e a polarização”, assinado pela coordenação do blog, se posiciona em relação ao impeachment da presidente Dilma Rousseff e afirma não estar de nenhum dos lados políticos, representados pelo PT e pela oposição. O lado que afirmam estar é o da mulher negra, lado até hoje nunca escolhido pelos governantes. Destacamos uma das frases do texto: “Sabemos que a dita democracia que vivemos no país ainda não chegou pra gente, ela é restrita e qualquer retrocesso terá impactos grande em nós”. O post também demonstra quais pautas estão nas suas demandas políticas: Reforma Política, Democratização da Mídia, Reforma Agrária, desmilitarização da Polícia Militar e investigação de todos os crimes contra negras e negros pobres mortos em suas comunidades.

O clima criado pelas mídias hegemônicas e pelos formadores de opinião ditos “contra a corrupção” nos coloca acuados e nos força a escolher um lado. Os cidadãos de bem estão nas ruas, perseguindo os que tem “cara de petistas”, os vestidos de vermelho, independente de serem mulheres ou crianças. Palavras de ódio, misoginia e agressões estão acontecendo em tempo real, motivadas por um projeto imbecil de impedimento e com a desculpa de acabar com a

corrupção. Este grupo, que está fora de ser um grupo homogêneo, mas que ameaça nossas liberdades – de ir e vir, inclusive – e que tem a coragem de escrever nos muros das universidades “Fora PT e devolvam os pretos pra senzala” nos coloca de um outro lado.

(...) Sabemos que a dita democracia que vivemos no país ainda não chegou pra gente, ela é restrita e qualquer retrocesso terá impactos grande em nós. O que se vê é a ascensão de discursos de ódio que recaem fortemente sobre quem faz parte de alguma “minorias” como é nosso caso. O que sabemos é que na ditadura, negras e periféricas lutaram contra o sistema e nem sequer tiveram apoio de advogados ou algum privilégio quando presos. A corda sempre arrebentou para o lado mais fraco, e no Brasil esse lado tem cor, gênero e classe. (Equipe de coordenação do Blogueiras Negras, Blogueiras Negras, 18 de março de 2016)

Outro texto de posicionamento político publicado no período foi o “A realidade por trás da tentativa de proibição do sacrifício de animais nos cultos religiosos”, se posicionando contra projeto de lei que propõe proibir o sacrifício de animais em rituais religiosos. A ideia central do texto defende que o atual cenário político é “dominado pelo conservadorismo, racismo e por tentativas de imposição religiosa”.

A suposta ideia de proibir o sacrifício supondo alguma política de proteção aos animais demonstra claramente como em uma sociedade desigual, preconceituosa e punitiva o uso das leis é predominantemente feito com o intuito de reforçar essas desigualdades. Traduzindo: as leis para brancos e para a cultura dominante são de uma forma e para negros e culturas não brancas são de outra. (Monique Britto, Blogueiras Negras, 18 de março de 2016)

No total, foram dois textos relacionados à política atual: um contra o projeto de lei de 2015 que tentou proibir o sacrifício de animais nos cultos religiosos e outro contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas sem defender partidos políticos.

Das “Blogueiras” do Blogueiras Negras, o texto de “Quem Somos” informa que as suas autoras são: “mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo”. Atualmente, a página conta com 200 autoras, mas está inserida

em uma rede de cerca de 1300 mulheres negras. O blog tem uma equipe de coordenação e editoras, representadas por Charô Nunes, Larissa Santiago, Maria Rita Casagrande e Thiane Neves Barros.

Na aba “FAQ”, a página informa que nem mulheres brancas e nem homens podem publicar no blog e explicam o porquê. Além disso, os homens e mulheres brancas também não podem participar do fórum no Facebook. Segundo a coordenação, o Blogueiras Negras é um espaço diz respeito às demandas, experiências e vivências das mulheres negras e afrodescendentes e por isso ninguém melhor que elas mesmas para falar de delas. O protagonismo no Blog deve ser somente das mulheres negras e afrodescendentes.

No período de coleta, as postagens envolveram 38 autoras e mais a “Equipe de Coordenação das Blogueiras Negras”. Uma autora, Patrícia Anunciada, mulher negra, apareceu tanto na coleta do Blogueiras Negras e do Blogueiras Feministas.

## **5.2. Blogueiras Feministas**

O blog coletivo feminista Blogueiras Feministas nasceu em 2010, durante o primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano. Tudo começou quando a ativista Conceição Oliveira, conhecida como Maria Frô, hoje colunista da Revista Fórum, criou uma rede de e-mails entre mulheres feministas para discutir questões políticas relacionadas a mulher. Quando a rede das trocas de e-mails cresceu e mais mulheres passaram a fazer parte, Maria Frô e Cynthia Semíramis, outra ativista feminista e pesquisadora em Direito, criaram um grupo de discussões nas redes sociais. O grupo continuou crescendo, os assuntos relacionados à mulher foram além da política e as autoras sentiram a necessidade de criar um blog, que mantivesse as mesmas características de roda de discussões e troca de informações e experiências.

No que diz respeito ao “Aspectos Gerais do blog”, o Blogueiras Feministas passou por uma alteração de visual da plataforma desde o ano passado, mas com poucas mudanças estilísticas, sem perder o formato de blog, em que os textos são apresentados na íntegra, em uma barra de rolagem do mais novo para o mais antigo. Sobre os recursos estilísticos, não há publicidade, banner, assim como não há anúncios que não sejam da própria página. O slogan da página é: “De olho na web e no mundo”, fazendo um contraponto entre o que seria o virtual, a “web”, e o físico, o “mundo”. O blog não tem seções e colunas e está organizado em: Assuntos mais procurados, Destaques, Categorias, Arquivos, Ajuda e Denúncias.



Gostaríamos de chamar a atenção para uma aba interessante presente no “Sobre o blog”: a aba “Na mídia”, que reúne todas as matérias e entrevistas que suas autoras participaram desde 2011 até 2015, além da divulgação de eventos que elas ajudaram a pautar e divulgar. São 26 matérias e entrevistas que elas deram e foram fontes em portais de notícia, blogs, eventos e revistas acadêmicas.

Sobre a rede de conexões do blog, existe uma barra lateral que conduz o leitor a outras redes sociais da página, com ícones e links para: Twitter, Facebook, canal no YouTube, Instagram, e ainda é possível se cadastrar na Newsletter da página. Diferente do Blogueiras Negras, o Blogueiras Feministas também traz nesta barra lateral um “Leia

Também”, chamando o leitor para sete blogs feministas brasileiros. Um deles é o Blogueiras Negras.

Na aba “Nossa Memória”, o texto da coordenação explica qual é a “Política Editorial” do Blogueiras Feministas: “espalhar nossas ideias e mostrar o quanto o feminismo é um movimento plural”. Na aba “Sobre o blog”, que pode ser relacionada ao que também seria a “Política Editorial”, outro texto institucional explica que todo o conteúdo é de responsabilidade do “coletivo”, apesar dos posts serem assinados, que a temática central é o feminismo e que a página é um blog político:

A temática principal deste blog é feminismo e todos os assuntos que acreditamos perpassar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é um blog político, portanto, nos reservamos o direito de não publicar textos que sejam contrários a nossos posicionamentos e opiniões. Tudo que está publicado nesse espaço virtual é responsabilidade nossa, como coletivo. (Editorial, Blogueiras Feministas)

Ainda sobre a “Política editorial”, o blog não apresenta uma política restritiva para a publicação, apesar de não aceitar homens, mas recomenda: Evite generalizações no texto; Faça uma busca no blog e veja se já não temos outros textos sobre o mesmo assunto que digam as mesmas coisas; Procure trazer novidades sobre o assunto tratado. E também estipula regras, que são: “O texto deve ser inédito na internet. Não pode estar publicado em seu blog pessoal, por exemplo. Valem textos que foram publicados apenas como status do Facebook; O texto deve ter ligação com o tema feminismo; Se o texto tiver citações ou dados estatísticos, tudo tem que estar referenciado; O texto passará pela avaliação de um grupo de pessoas que fazem parte da administração do blog, que decidirá pela publicação ou não; Textos muito curtos ou que fujam do formato que costumamos publicar (como depoimentos e desabafos), talvez sejam publicados em nossa página do Facebook ou em nosso Tumblr; Caso seja aprovado, o texto entrará na fila de publicação do blog, portanto,

talvez não seja publicado imediatamente; Caso não seja aprovado, explicaremos as razões”. Procuramos o corpo editorial do blog para obter a seguinte informação: os textos não são editados de maneira geral, mas podem ser caso necessário, assim como também são avaliados e podem ser recusados. Além disso, há um forte critério de citar fontes de números e referências, assim como acontece nos textos jornalísticos.

Na aba “Nossa Memória”, uma das blogueiras criadoras do blog, Tica Moreno, escreveu:

Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade. (MORENO, Blogueiras Feministas)

Sobre os “Recursos comunicacionais da ferramenta blog”, a página fornece o endereço de e-mail para que qualquer leitor entre em contato com as organizadoras do Blogueiras Feministas, seja para enviar textos a serem publicados, seja para fazer sugestões ou críticas etc; todos os posts têm espaço para os comentários; todos os posts têm fotos, mas poucos têm vídeos; todos os posts têm data de publicação, com dia, mês e ano, e o nome da autora com um breve perfil e foto, mas podendo também ser um post assinado por um anônimo ou pela “Equipe de coordenação”.

Sobre a “Participação”, a aba “Sobre o blog” fornece o link “Como participar”, com um texto explicativo com contatos, formas de participação, regras e como entrar em contato. O texto informa que qualquer mulher, blogueira ou não, porém feminista, pode participar do Blogueiras Feminista e há duas maneiras de participação: enviar texto para publicação no blog e/ou participar de uma lista de e-mails de discussões feministas, mantida desde a sua criação, em 2010, mas atualizada para a plataforma do Google Groups. A lista



é privada, o conteúdo não pode ser reproduzido em outros meios sem autorização e conta com mais de mil pessoas, mulheres e também homens. Mesmo assim, há um alerta: “A lista não é um espaço seguro. O grupo tem mais de 1000 pessoas cadastradas. Não sabemos quais as intenções de todas, portanto, tenha cuidado ao compartilhar informações pessoais; A lista é um espaço de discussão e debates. Esperamos que toda as pessoas conversem de maneira amigável, mas desentendimentos, agressões e xingamentos podem acontecer, mesmo sendo contra as regras do grupo”. A informação demonstra que a internet, assim como as ruas e demais espaços físicos, também não são vistos como espaços seguros para mulheres se manifestarem.

Da “Periodicidade das postagens”, o blog não informa a sua periodicidade porque não é uma regra para ela.

As palavras “amplo”, “plural”, “democrático” e “para todas as pessoas” aparecem no texto do “Editorial” do blog, como uma definição do que vem a ser o feminismo difundido no Blogueiras Feministas. O parágrafo final do texto informa:

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas. (Editorial, Blogueiras Feministas)

Do período de coleta, março de 2015 e março de 2016, foram coletados 20 posts em março de 2015 e 9 posts em março de 2016, totalizando 29 posts. As postagens envolveram 29 autoras e mais a “Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas”. Somente um post, “O que acontece depois que uma mulher jovem e grávida decide não abortar?”, de março de 2015, foi assinado como anônimo.

Da “Linguagem dos posts”, foram coletados: 16 posts opinativos, 5 depoimentos, quatro informativos, duas denúncias, uma entrevista e redação do ENEM.

Dos “Temas, campanhas e eventos”, como foi apontado, o texto do “Editorial” define o blog como um “blog político” com temas “feministas”. Não foram coletados nenhuma promoção ou divulgação de eventos e de campanhas.

Do período da coleta, os temas que apareceram foram (sendo que cada texto poderia abordar mais de um tema): três sobre transfobia; um sobre a transfobia nas universidades; dois sobre a solidão da mulher trans; dois sobre o preconceito social contra a mulher deficiente física; dois sobre a denúncia da violência doméstica; dois sobre luta pelo direito ao aborto no Brasil; dois sobre a relação do movimento feminista com a democracia e conquista de direitos; duas considerações sobre a data do 8 de março; um sobre ideias mentirosas que precisam ser desmistificadas sobre a mulher feminista; um sobre a ineficiência da Lei Maria da Penha; um sobre o machismo na ideia de “mulher que é para casar”; um sobre supervalorização da amamentação prolongada; um sobre o excesso de responsabilização da mãe pelos filhos; duas reflexões sobre o movimento feminista; um sobre gravidez na adolescência; um sobre a falta de escolha da mulher perante a maternidade; um sobre deixar os pelos crescerem como militância feminista; um sobre sexismo; um sobre perigo da exposição da vida na internet; uma denúncia de machismo cometida pelo apresentador Danilo Gentili; um sobre o impeachment e a crise política; um sobre o narcisismo no ativismo de internet; uma denúncia de machismo no Judiciário ao tratar de feminicídio; um sobre o machismo no mercado fonográfico; um sobre o sistema penitenciário feminino; um sobre o feminismo negro.

Nota-se que os temas foram os mais diversificados, retratando mulheres trans, mulheres deficientes físicas, mulheres encarceradas, mulheres mães etc, e que esbarravam

em questões políticas do movimento feminista brasileiro, como a necessidade de se denunciar a violência doméstica e, por outro lado, a ineficiência da Lei Maria da Penha.

Atentamos para o tema mais recorrente ser o relacionado à mulher trans e à transfobia. Enquanto o feminismo negro é a principal característica no Blogueiras Negras, o Transfeminismo também parece ser a marca do Blogueiras Feministas. Nos chamou a atenção não aparecer nenhum caso de racismo.

Em relação ao tema da intersecção de raça, a palavra-chave “mulher negra” apareceu somente uma vez no Blogueiras Feministas, em um texto que explicava o que é o “feminismo negro”, de maneira didática. O post pode demonstrar o distanciamento da mulher branca com a militância da mulher negra no Brasil.

Das palavras-chaves, as que mais apareceram, desconsiderando as já esperadas “feminismo”, “feminista” e “mulheres”, foram: Sexismo (5); Violência contra a mulher (4); Transfobia (4); Movimentos sociais (4); 8 de março (3); Aborto (3); Direitos reprodutivos (3); Violência doméstica (3); Mulher com deficiência (2); Maternidade (2). Chamamos a atenção para as três principais palavras-chaves remeterem a um ambiente violento contra a mulher e a mulher trans.

Alguns textos também promoveram críticas e reflexões ao movimento de mulheres como um todo. A Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas publicou em post do dia 20 de março de 2015: “É preciso que o feminismo esteja atento para questões particulares de determinados grupos de mulheres”. No dia 23 de março, Helena Vieira publicou: “Chamo de ativismo narcisista aquele auto-centrado, em que o ativista, toma a si mesmo como molde de perfeição da luta”. No texto de 9 de março de 2015, a autora escreve:

Que possamos nos descolonizar, evitar universalizações e generalizações opressivas que fazem amalgamar — e não raro apagar — os tão amplos espectros da luta de mulheres: mulheres cis, mulheres hétero, mulheres homo, mulheres trans, mulheres bi, pessoas não-binárias, travestis, mulheres brancas,

mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência. Que sempre tenhamos em mente que a lista que fazemos é limitada e temporária, sujeita à reconstrução constante que, na maioria das vezes, será determinada pela luta de outras que nos mostrarão o quão colonizante podemos ser. (Camilla de Magalhães Gomes, Blogueiras Feministas, 9 de março de 2015)

Sobre o “8 de março”, em 2015 não houve um post no dia da comemoração, mas um dia antes e um dia depois, sendo eles, respectivamente: “Meus pedidos nesse 8 de março” e “Dia Internacional da Mulher – A pergunta prevalece: comemorar o quê?”. Ambos os textos também promoveram reflexões de dentro do movimento feminista e criticaram o lado comercial da data, propondo que a o Dia Internacional da Mulher fosse o dia de Luta da mulher.

O post do “8 de março” de 2016, contudo, foi no dia da data e teve um caráter político e de luta não somente pelo tema, “Mulheres encarceradas”, mas também pela autora que assinou o texto: a juíza Kenarik Boujikian, que sofre processo disciplinar desde o começo de 2016 por mandar soltar presos que já haviam cumprido suas penas. O processo disciplinar é em razão da juíza não ter consultado colegas de corte, todos homens. O texto de Kenarik no Dia Internacional da Mulher é uma denúncia das condições da mulher encarcerada.

Do “Posicionamento Político”, o texto do dia 21 de março de 2016, “Crise política, grelo duro e um olhar feminista”, se posiciona contra o processo impeachment e como a crise política está afetando os direitos das mulheres. O texto aponta os “deputados da bancada evangélica” e o deputado, ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como as principais pessoas que agem contra a vida das mulheres, principalmente na questão do aborto e na retirada da perspectiva de gênero nos debates sobre violência. E apesar de críticas ao governo Dilma Rousseff, a autora afirma que o impeachment é um golpe contra todas as mulheres do Brasil:

Se o cenário político é de estagnação e retrocessos, nas pautas feministas ou pautas das mulheres o cenário na sociedade é de conflito. De um lado o ataque a Presidenta Dilma por ela ser mulher e de outro a cobrança insistente às mulheres para que elas tomem partido. Uma rápida olhada nas manifestações contra o atual governo promovido e puxado pela nova Direita, podemos ver as inúmeras ofensas à Dilma, de adesivos chamando-a de “vaca”, a outros fazendo alusão a estupro; ela, a mulher é atacada e não a política Dilma, não são seus erros políticos que são apontados é a ideia de “incapacidade dela enquanto mulher” que é levantada. E é fácil admitir, nunca nenhum presidente do Brasil teve sua vida sexual e seu gênero tão atacados quanto a primeira presidenta do país. O imaginário que se forma, ou melhor, que reforça, é um imaginário já existente e traduzido na frase muito proferida, “lugar de mulher não é na política”. Não querem apenas Dilma fora, querem todas nós mulheres fora da política quando atacam seu gênero. (Jussara Cardoso, Blogueiras Feministas, 21 de março de 2016)

O texto “Não devemos nada ao feminismo?” também tem posicionamento político e defende a relação do movimento feminista com a democracia e conquista de direitos, afirmando ser o movimento de mulheres, antes de tudo, político.

No que diz respeito ao “Blogueiras”, a rede feminista formada pelo blog Blogueiras Feministas conta com a publicação, desde o seu início, de 70 mulheres. Atualmente, as coordenadoras da página são Bia Cardoso e Thayz Athayde. O blog também conta com editoras que auxiliam na avaliação do conteúdo e nas tomadas de decisões, que são: Iara Paiva, Jussara Cardoso, Jussara Oliveira, Liliane Gusmão, Luciana Nepomuceno, Patricia Guedes, Rafaela Cotta e Vanessa Rodrigues.

O texto do “Editorial” do blog informa quem são as mulheres que costumam publicar na página: em sua maioria, mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média.

[...] Entendemos que mesmo buscando a pluralidade erramos em alguns momentos. Portanto, vasculhando os arquivos é possível encontrar textos com vestígios racistas, gordofóbicos, transfóbicos, classistas, capacitistas, lesbofóbicos, bifóbicos, homofóbicos, entre outros preconceitos tão arraigados em nós. Há também a questão da invisibilidade, na maioria de nossos textos damos voz a mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média. (Editorial, Blogueiras Feministas)

Por fim, o Editorial do Blogueiras Feministas, diferente do Blogueiras Negras, não informa porque homens não podem publicar no blog e não faz nenhuma restrição quanto a mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que, apesar do ciberespaço ser um ambiente propício a inteligência coletiva e à formação da rede, elas não as desenvolvem automaticamente. É preciso uma série de ações e interações entre os navegantes da rede, ou seja, as pessoas por trás das máquinas, para que essa inteligência e memória coletiva, assim como as conexões, sejam articuladas, desenvolvidas e propagadas.

Destacamos que a presença do movimento de mulheres feministas organizadas em rede e articuladas na internet é um processo em curso no Brasil e no mundo desde o surgimento das redes sociais, na metade dos anos 2000. Este novo momento para a comunicação implicou em novas “energias feministas” (FRASER, 2007) que se reconfiguram com a mudança do ambiente comunicacional, afetando, principalmente a produção das relações de poder (CASTELLS, 2013).

Conforme afirmamos na Introdução, esta não é uma pesquisa profética, baseada em noções do que o pesquisador pensa que será ou deveria ser a internet e a apropriação dela pelas mulheres. Este é um trabalho que se preocupou, ao recuperar a história do movimento de mulheres – brancas e negras no Brasil – e estabelecer uma conexão com o movimento atual, a olhar para os eventos atuais das feministas e suas manifestações no ambiente comunicacional da internet.

De acordo com o a análise dos objetos estudados, constatamos que o processo comunicativo de mulheres em blogs feministas se dá na base da coletividade e da cooperação interpessoal, no qual os interlocutores estabelecem conversações, conexões e diálogos (no espaço dos comentários) e trocas de informações e de experiências pessoais em uma linguagem focada quase que exclusivamente na escrita. Mais que demonstrar como se dá a formação da rede online, estas manifestações de mulheres em blogs e demais redes

sociais demonstram que não são apenas “manifestações” esporádicas e distanciadas uma das outras, mas são um “movimento” de mulheres que se encontram, se unem, debatem e mobilizam a sociedade em torno de suas demandas e histórias de vida constantemente. Trata-se de um movimento virtual que já foi capaz, somente nos dois blogs estudados por esta pesquisa, de mobilizar milhares de mulheres a se manifestarem virtualmente, mas com uma dinâmica parecida com os movimentos feministas dos anos 70, 80 e 90, anteriores às redes sociais virtuais, baseada no encontro e na conversação dentro dos espaços físicos. Como escreveu uma das autoras do Blogueiras Feministas, Tica Moreno, “Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista”.

Apesar de apresentar menos recursos estilísticos que o Blogueiras Negras, o Blogueiras Feministas demonstra ter construído uma rede de conexões fortes e duradouras, não somente por estar há seis anos no ar, mas também por ainda manter a rede de discussões por e-mails que deu origem ao blog. A rede também é grande: 70 mulheres já publicaram/publicam no blog e a rede de e-mails tem mais de mil mulheres e tem até homens inscritos (apesar deles não poderem produzir conteúdos para o Blog). O mesmo ocorre com a rede gerada pelo Blogueiras Negras: são cerca de 1300 mulheres, também com uma rede de 200 autoras que publicam atualmente, somente mulheres negras. Estes números demonstram que as manifestações feministas na internet têm mobilizado, desde o início dos anos 2000, uma rede densa de mulheres que conversam, trocam informações, escrevem e publicam. Além disso, ambos os blogs já nasceram na lógica da formação da rede: enquanto um se origina em uma rede de conversações por e-mail, o outro se originou de uma blogagem coletiva.

Vale a pena ressaltar que no texto do Blogueiras Feministas sobre “Como participar”, há uma frase que nos chamou a atenção: “A lista não é um espaço seguro. O grupo tem mais de 1000 pessoas cadastradas. Não sabemos quais as intenções de todas,



portanto, tenha cuidado ao compartilhar informações pessoais”. Logo, entendemos que a internet também precisa ser conquistada, assim como os espaços públicos das cidades, pois não é um ambiente seguro para uma mulher se manifestar e existir enquanto mulher, assim como as ruas também não o são.

No que diz respeito da relação entre os nossos objetos de estudo e o empoderamento feminino, tanto o Blogueiras Negras quanto o Blogueiras Feministas demonstraram ser ferramentas comunicacionais que possibilitam a expressão de vozes marginalizadas de mulheres de várias regiões brasileiras, idade e classes sociais, propiciando processos coletivos de construção de identidade de gênero e raça, tanto do grupo quanto individual. Mais que fornecer um espaço de publicação e compartilhamento de suas ideias, ambos os blogs permitem que essas mulheres assinem seus posts, sem a intervenção de um editor homem ou de uma política editorial machista, e se apresentem da maneira como escolherem: lésbicas, mães, religiosas, sambistas, estudantes, mulheres trans etc. Como foi apresentado nos capítulos anteriores, uma pesquisa do Ipea apontou que a população de mulheres negras passou a ser igual e maior que a população de mulheres brancas no Brasil, pela primeira vez na história do país, somente a partir de 2009, e o motivo desse aumento de negras era apenas a autodeterminação. Ou seja, essas mulheres passaram a se ver e a terem coragem de se reconhecerem naquele corpo e naquela identidade. O texto de 3 de março de 2015 do Blogueiras Negras, por exemplo, começa da seguinte maneira: “Demorei mais ou menos 25 anos para descobrir que era negra”.

Sobre o tema “beleza negra” ter sido o mais recorrente no período de coleta dos posts no Blogueiras Negras, sendo que os textos quase sempre estavam relacionados a depoimentos sobre o cabelo das autoras, gostaríamos de ressaltar que não se trata, como muitos podem imaginar em um primeiro momento, de uma futilidade ou uma simples preocupação feminina. Assumir o cabelo afro ou simplesmente cortá-lo e raspá-lo é, para

essas mulheres, um ato político, de resistência e de autodeterminação. Vemos, assim, que os atos políticos e de resistência variam de mulher para mulher, dependendo da sua realidade. Para a mulher branca, segundo post do Blogueiras Feministas, a militância política também pode estar em não se depilar e deixar os pelos de pernas e axilas crescerem.

Das palavras-chaves que mais apareceram no Blogueiras Negras, destacamos que a palavra que mais apareceu foi o Racismo, que apareceu 12 vezes e o dobro de vezes da segunda palavra mais citada, Identidade. Outras palavras-chaves do grupo também remetiam a violências cotidianas na vida da mulher negra brasileira, como Denúncia e a própria palavra Violência, mas estas palavras sempre apareciam seguidas de “Resistência” e “Luta”.

Sobre a relação dos blogs com o momento político brasileiro, como foi apontado no capítulo anterior, o Blogueiras Feministas nasceu de uma discussão de e-mail sobre política entre mulheres durante um importante evento político do Brasil: a eleição presidencial de 2010, que elegeu a primeira mulher para o cargo de presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e fez do país o terceiro da América do Sul a ter uma mulher no principal cargo de poder. Dois anos após o Blogueiras Feministas, nasceu o Blogueiras Negras, em 2012. Em nossa análise, ambos os blogs nasceram em um momento de esperança das mulheres brasileiras de que poderiam conquistar cargos e situações nunca antes conquistados.

Ainda sobre a importância da política no atual movimento de mulheres, se na “Segunda Onda” feminista no Brasil a luta das mulheres era guiada pela redemocratização do país e os principais inimigos das mulheres eram os ditadores militares e torturadores, atualmente o movimento feminista ressurgiu em um momento em que a democracia está fragilizada, diante de um processo de impeachment articulado contra Dilma Rousseff, assunto que foi tema em ambos os blogs. Hoje, os principais inimigos das mulheres

continuam vindo do Congresso, sendo representados, conforme os próprios textos apontaram, pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e pelas fileiras dos deputados conservadores da “bancada religiosa”.

Assim como observou Carneiro (2003), que o movimento feminista brasileiro está, desde o seu início, articulado com as lutas pela democratização do país, esta pesquisa atualiza a frase da autora para: o movimento feminista brasileiro ressurge em 2010, do ventre da internet e dos blogs coletivos, em um momento de desestabilização da democracia e se apresenta como um termômetro social das pautas políticas. Como se pode constatar, os grupos de oposição ao impeachment e que o consideram golpe político contam com grande participação de mulheres, sejam elas organizadas, como as mulheres da Marcha Mundial das Mulheres, sejam elas pertencentes ao aparelho estatal, como as deputadas Jandira feghali e Luiza Erundina, ou sejam elas cidadãs comuns, como as blogueiras feministas aqui estudadas. Se antes, na ditadura, as mulheres ocupavam as ruas como forma de protesto, hoje elas ocupam o ciberespaço, demonstrando que a internet pode ser um lugar de resistência das mulheres, com a mesma importância simbólica que foram aquelas ruas. Não podemos deixar de pontuar, contudo, que as ruas ainda têm a mesma importância simbólica para os movimentos de mulheres no Brasil, que ainda organizam suas marchas e manifestações nas principais vias públicas das cidades e capitais.

Por outro lado, Carneiro também pontua que o feminismo negro teve sua origem na luta antirracista de mulheres negras e foi e ainda é marcado pela época da escravidão, uma vez que este episódio ainda está enraizado em nossa sociedade. Assim, não por acaso, a origem do Blogueiras Negras não foi uma eleição presidencial ou qualquer outro episódio da política institucional do Brasil, mas uma data ligada à luta antirracista, o Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher de 2012.

Também não foi por acaso que a palavra-chave que mais apareceu na coleta dos posts foi o Racismo e não o machismo.

A importância da narrativa em primeira pessoa e do compartilhamento de histórias pessoais também se mostrou uma constante nos dois blogs estudados. Em linhas gerais, a postagem de depoimentos e experiências tão detalhados em uma página aberta na internet sobre dois temas ainda tão polêmico no Brasil, o feminismo e o racismo, representa uma confiança dessas blogueiras na rede online feminista construída e promovida pelos dois blogs em questão. Segundo Matos (2009) apud Relly (1998), essa confiança nas instituições e a confiança interpessoal gera capital social e este, por sua vez, é a condição para o exercício da cidadania. E mais que capital social, a confiança no meio gera a inteligência coletiva, sendo que essa, segundo Lévy deve ser entendida como um resultado de união e conformidade de sentimentos. Resgatando a fala do autor apresentada anteriormente, a “inteligência coletiva também pressupõe, portanto, a capacidade de criar e de desenvolver a confiança, a aptidão para tecer laços duráveis” (LÉVY, 1999, p. 207).

Sobre os temas mais frequentes em cada blog, destacamos mais uma vez que os três temas mais frequentes no Blogueiras Negras – violência do sistema de saúde pública; o ataque da sociedade a beleza e a autoestima negra; o racismo na escola e na universidade – remetem, assim como as palavras-chaves encontradas no blog, um ambiente violento e racista que permeia a vida e discussão destas mulheres.

Ainda em relação aos temas, gostaríamos de ressaltar os dois únicos posts que da coleta que foram assinados como “anônimos”. No Blogueiras Feministas, o texto dizia respeito à maternidade e aborto e era o depoimento de uma jovem mãe que afirma ter se arrependido de não abortar, mesmo amando seu filho. No Blogueiras Negras, o texto era uma denúncia de assédio contra mulheres feministas em Manaus por homens de dentro do

movimento negro. Esperávamos mais posts assinados como anônimos, pois haviam outros posts com denúncias e com temas que ainda são tabus para a sociedade. Nos surpreendeu verificar que existe uma rede feminista na internet em que, mesmo não sendo segura e assim sendo classificada pelas coordenadoras dos blogs em questão, encoraja mulheres a fazerem denúncias e desabafos sem medo de serem identificadas e repreendidas. Nossa interpretação, porém, é que os posts são assinados não porque estas blogueiras veem a internet como um espaço seguro para mulheres, mas porque a rede de conexões feministas presente nela é forte e solidária, o que gera confiança no espaço ocupado. A partir dessa percepção, levantamos a possibilidade de textos dos principais blogs feministas brasileiros serem considerados por pesquisas governamentais e na formulação de políticas públicas voltadas à questão de gênero no Brasil, uma vez que diversas problemáticas, situações, discriminações e violências contra mulheres são narradas abertamente nestes blogs.

Conforme afirmamos ao longo desta pesquisa, a internet não é à priori democrática, mas assim pode ser dependendo da maneira como as pessoas se apropriam dela. Do mesmo modo, a internet não é segura para mulheres e a sua existência por si só não impulsiona o movimento feminista, mas por a internet operar na lógica da formação da rede, ela faz com que diferentes mulheres se encontrem, se juntem e se mobilizem. Assim, o revigoramento do atual movimento feminista na internet está na força das redes geradas de dentro das manifestações de mulheres no ciberespaço.

No tocante às similaridades e dissimilaridades entre ambos os blogs, observamos que o volume de postagens e de autoras envolvidas no Blogueiras Negras foi superior ao do Blogueiras Feministas, assim como as linguagens utilizadas nos textos. Apesar disso, os temas foram mais diversos no Blogueiras Feministas, com depoimentos de mulheres trans, com temas sobre mulheres deficientes físicas e mulheres encarceradas e postagens sobre a pauta do aborto no Brasil, assuntos que não apareceram no Blogueiras Negras. Outro ponto

a se ressaltar é que, se no Blogueiras Negras o gênero apareceu em todos os posts associados ao recorte de raça, o que chamamos de feminismo negro, no Blogueiras Feministas o recorte dentro do gênero que apareceu em diversos textos foi o da sexualidade, aparecendo autoras do movimento Transfeminista. Do mesmo modo, a palavra “violência” apareceu com frequência em ambos os blogs, mas enquanto no Blogueiras Negras ela apareceu associada ao racismo, no Blogueiras Feministas ela apareceu associada ao machismo e ao sexismo.

No que se refere aos textos sobre o momento político brasileiro, ambos os blogs se preocuparam em mostrar como a crise política e o processo de impeachment afeta as pautas das mulheres, assim como teceram severas críticas à democracia brasileira, afirmando que ela nunca incluiu as mulheres em suas pautas. O texto do Blogueiras Feministas também não se posicionou em relação à partidos políticos, mas apontou quem são os inimigos políticos das mulheres: Eduardo Cunha e os “deputados da bancada evangélica”. A “violência institucional” também foi outro tema que apontou similaridades nas pautas de ambos os blogs. Para o Blogueiras Negras, a violência institucional apareceu associada ao SUS e à PM. No Blogueiras Feministas, ela apareceu associada ao Judiciário.

Sobre os textos de “denúncia”, presente em ambos os blogs, no Blogueiras Negras eles apareceram como relato de casos de racismo e assédios que as próprias autoras vivenciaram na universidade ou em movimentos sociais. No Blogueiras Feministas, estes textos apareceram como relato político de uma situação de injustiça social em casos públicos de machismo no Judiciário e na mídia, cobrando soluções.

Em uma análise geral, os depoimentos e compartilhamento de histórias pessoais foram a principal linguagem do Blogueiras Negras. Já no Blogueiras Feministas, os textos que mais apareceram foram os opinativos. Percebemos, assim, que o Blogueiras Negras

está focado na esfera privada das blogueiras, enquanto que o Blogueiras Feministas está focado em episódios públicos de machismo na sociedade. Falar de si e identificar mulheres que passem pelo mesmo problema parece ser mais urgente para o feminismo negro na internet talvez porque essa mulher não se sente ouvida, incluída e não se sinta segura para falar em outros espaços, diferente do feminismo branco na internet que, como define o “Editorial” do Blogueiras Feministas, é um blog feminista focado temas políticos. Vale ressaltar que a criadora e uma das coordenadoras do Blogueiras Feministas, Maria Frô, é uma figura pública e mantém uma coluna na Revista Fórum. Logo, a mulher branca parece ter mais espaços de fala, além blogs feministas, que a mulher negra.

Todos os posts analisados, de ambos os blogs, retrataram a condição da brasileira jovem e todos focaram em situações da sociedade brasileira, se desdobrando nos seguintes espaços: nas escolhas, nas universidades e nos aparatos institucionais (Congresso, Delegacia da Mulher, SUS, Judiciário, nas prisões femininas). Esta é a primeira característica que unifica o Blogueiras Feministas e o Blogueiras Negras e nos remete à ideia de um feminismo específico da parte Sul do continente, questão levantada por Matos (2010): este feminismo existe em uma moldura política e social específica do Brasil e não é um só e não diz respeito a uma massa uniforme de mulheres. São vários feminismos, compreendendo, principalmente, o feminismo “branco”, o feminismo negro e o transfeminismo. Assim, esses feminismos de internet refletem a realidade do Brasil, principalmente nas questões políticas associadas à pauta das mulheres, mas refletem exclusivamente a realidade da mulher jovem, mãe e/ou universitária. Não vimos a mulher idosa, assim como não vimos a adolescente brasileira, ou a migrante e refugiada. Isto não significa que elas não estejam inseridas no movimento de mulheres do Brasil atual, mas apenas não fazem parte deste feminismo de internet dos blogs coletivos estudados. Mas em linhas gerais, concluímos que é possível um feminismo ao Sul do continente com

características próprias da sua região geográfica e contexto político e social, mesmo estando se desdobrando na internet.

Considerando a intersecção que escolhemos dentro da categoria gênero, a raça, também constatamos a fala de Carneiro (2003) nos resultados obtidos: por o feminismo nacional atualmente ir além dos padrões norte-americanos ou dos centros tradicionais globais, o feminismo de internet no Brasil está sendo capaz de considerar a diversidade que é a população feminina no país, mesmo dentro de algumas limitações de participação, e de considerar as desigualdades entre as próprias mulheres brasileiras. Isto significa que observamos que outras formas de opressão além do sexismo foram abordadas nos posts coletados.

Concluimos que os blogs coletivos feministas aqui estudados podem ser vistos como “espaços de confronto” (Lima, 2013) aos discursos hegemônicos da sociedade e das instituições de poder, são motivadores da participação política e espaços de compartilhamento de narrativas pessoais como militância feminista e política.

Por fim, como afirmamos na Introdução, independente do momento da história do movimento feminista, constatamos aquilo que Pinto afirmou ser a característica unificadora do movimento feminista: “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2010, p.15). A grande presença de depoimentos e textos opinativos em ambos os blogs demonstra que o feminismo de internet, a exemplo do feminismo de décadas passadas e anteriores às redes sociais, também se constrói dentro do movimento, por meio de discussões e compartilhamento de experiências, coincidindo, não necessariamente nesta ordem: militância, com teoria e vida.



## Referências

BLAY, Eva Alterman. **8 de março: conquistas e controvérsias**. Revista Estudos Feministas. v. 9, n. 2 (2001). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643> Acesso em: 15 jan. 2015.

BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminista brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista ESTUDOS AVANÇADOS. V. 17, n. 49 (2003).

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2013. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf> Acesso em 30 de julho de 2016.

CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luisa Teresa; CABECINHAS, Rosa. **MULHERES & BLOGOSFERA: contributo para o estudo da presença feminina na «rede»**. In: Ex Aequo, n19, p.111-128, n19 (2009). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/10033> Acesso em 6 de julho de 2015.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. New York; London: Routledge, 1990.

CUNHA, Paulo. **Espaço tecnológico e espaço comunicacional – ciberespaço, novas centralidades, novas periferias**. In: Olhares sobre a cibercultura. LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Org). Porto Alegre: Sulina, 2003.

DI FELICE, M. **As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea em KUNSCH M., e W.** Relações Públicas Comunitárias. São Paulo: Summus Editorial, 2007

DUGGAN, Maeve. **Online Harassment.** In: Pew Research Center. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment/>> Acesso em 8 de julho de 2015.

FALUDI, Susan. **Backlash:** o contra ataque na guerra não declarada contra as mulheres. São Paulo: Rocco, 2001.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização:** Redistribuição, reconhecimento e participação. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: p.7-20. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapeando a imaginação feminista:** da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: Estudos Feministas. p.291-307. 2007. Disponível em: Acesso em: 12 de julho de 2015.

GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. **Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no Orkut:** quando temas sensíveis definem a trajetória das discussões. In: Internet e Participação política no Brasil – organizadores: Rousiley Celi Moreira Maia; Wilson Gomes; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Editora Sulina: Porto Alegre, 2011

GIDDENS, Anthony. **Identidade e Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GINZBURG, Carlo. **A História na Era do Google**. Conferência. In: Série Fronteiras no pensamento – Pensar o contemporâneo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CqxP9taRUvA> Acesso em: 10 mar. 2015.

GOMES, Wilson. **Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho**. In: Internet e Participação política no Brasil – organizadores: Rousiley Celi Moreira Maia; Wilson Gomes; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Editora Sulina: Porto Alegre, 2011

HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. In: Revista Estudos Feministas p.215. 2009

HINE, Christine. **Etnografia: abordagem naturalista para ambientes digitais**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós. Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012 Disponível em: Acesso em 12 de out de 2015.

HOHLFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. Revista FAMECOS, num. 7, 1997.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LEMONS, Ronaldo; DI FELICI, Massimo. **A vide em rede**. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014.

LÉVY, Pierry. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Quézia dos Santos. **Blogueiras feministas e o discurso de divulgação do feminismo no ciberespaço**. In: Seminário de estudos em análise do discurso. Rio Grande do Sul, 2013. Acesso em 22 de março 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/BlogueirasFeministasEODiscurso.pdf>

LOPES, Maria Margareth; PISCITELLI, Adriana. **Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero**: um olhar desde as ‘margens’. In: Revista Estudos Feministas. p.115-121. 2004.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Internet e esfera civil**: Limites e alcances da participação política. In: Internet e Participação política no Brasil – organizadores: Rousiley Celi Moreira Maia; Wilson Gomes; Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Editora Sulina: Porto Alegre, 2011

MARQUES DE MELO, Jose. **Ciências da comunicação**: saga brasileira (1963-2013). In: Ciências da Comunicação no Brasil 50 anos – histórias para contar. Volume II – Século XX: Pragmatismo Utópicos. DA SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). São Paulo: Fapesp/Intercom/Unesp, 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias das Mídias Digitais** – Linguagens, ambientes e redes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MARCONDES, (Org). Mariana Mazzini. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Ipea, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20978](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978)> Acesso em 30 de julho de 2016.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista**: e possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? In: Revista de Sociologia e Política. V. 18, Nº 36: 67-92, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/31628/20162>> Acesso em 11 de julho de 2015.

PLOU, Dafne Sabanes. **Novos cenários, velhas práticas de dominação**: a violência contra as mulheres na era digital. In: Internet em código feminino: Teorias e práticas.

NATANSOHN, Graciela (org). Buenos Aires: La Crujía, 2013. Acesso em 23 jun 2014.

Disponível em: <<http://gigaufba.net/internet-em-codigo-feminino/>>

PEDRO, Joana Maria. **O feminismo de “Segunda Onda”**: corpo, prazer e trabalho. In: Nova história das mulheres no Brasil. PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). São Paulo: Editora Contexto, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAFFIOTI, Heleith I.B. **Do Artesanal ao Industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SEGATO, Rita Laura. **Território, soberanía e crimines de segundo estado**: la escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez (Nova Versão). Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Edições Sesc, 2013.

VIERA, Vera; SOUZA, Sandra Duarte de. **A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2015. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/04/A-mulher-no-noticiario-brasileiro-Copa-2014.pdf>> Acesso em: 15 de junho de 2015.

## ANEXOS

Apresentação das tabelas de coletas usadas na Metodologia da pesquisa, separando os posts por blogs e por anos:

**Tabela 1 – Visão Geral**

**Fonte:** Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras, as informações fornecidas pelos blogs em suas páginas e a análise quantitativa previa da coleta de 01 de janeiro a 30 junho de 2015 – Visão Geral

<i>BLOGUEIRAS FEMINISTAS</i>		<i>BLOGUEIRAS NEGRAS</i>	
<b>“Assuntos mais procurados” em 2015</b>	Aborto e Direitos Reprodutivos Capacitismo Estatuto do Nascituro Feminismo Interseccional Lei Maria da Penha Marcha das Vadias Movimento Feminista Mulheres Indígenas Mulheres Lésbicas Mulheres Negras Mulheres Trans Voto Feminino	<b>“Categorias populares” em 2015</b>	Resistência Feminismo Racismo Identidade Violência Cotidiano Educação
<b>“Assuntos mais procurados” em 2016</b>	Idem	<b>“Categorias populares” em 2016</b>	Idem

**Tabela 2 – Blogueiras Feministas**

Fonte: Análise quali-quantitativa do Blogueiras Feministas. Postagens de março de 2015

<b>Título do post</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Tema central</b>	<b>Gênero textual</b>	<b>Autora (as)</b>
“Sozinha enfrentei tudo isso. E sobrevivo.”	<u>identidade, morte, mulher</u> <u>trans, preconceito, resistência, sobrevivência, transfobia</u>  <u>Gênero e Diversidade</u>	Transfobia  A solidão da mulher trans	Depoimento	Daniela Andrade, autora convidada
“Feminis-mo e Capacitismo”	<u>capacitismo, movimento feminista, mulher com</u> <u>deficiência, opressão</u> <u>Direitos Humanos e Inclusão Social, Saúde e Corpo</u>	O preconceito com que a sociedade enxerga a mulher deficiente física.	Opinativo	Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.
“A vítima encarce-rada”	<u>Feminismo e Movimentos Sociais, Sexismo e Violência</u> <u>Tagsabuso, as sédio, machismo, prisão, violência contra a mulher</u> Violência doméstica	A importância de se denunciar a violência doméstica	Opinativo	Cintia Raquel
“Sobre as coisas que o feminismo não me fez ser”	<u>Comportamento e Relacionamentos</u> <u>Tagses tereótipo, mito, movimento feminista</u>	Ideias mentirosas que precisam ser desmistificadas sobre a mulher feminista	Opinativo	Julia Barbosa
“Porque a Lei Maria da Penha infelizmente não protege as mulheres”	<u>Sexismo e Violência</u> <u>Tagsdelegacia, legislação, Lei Maria da Penha, relato, violência contra a mulher</u> Violência doméstica	Depoimento sobre ter sofrido uma violência doméstica  A ineficiência da Lei Maria da Penha	Depoimento	Cíntia Melo
“Quem é a “mulher para casar”?”	<u>casamento, estereótipo, mídia, relacionamentos, sexismo</u>	O machismo na ideia de “mulher que é para casar”	Opinativo	Patrícia Sebastiany Pinheiro
“Amamentação: leite materno não é poção mágica”	<u>amamentação, ciência, criança, família, maternidade, pesquisa, sociedade, saúde</u>	A supervalorização da amamentação prolongada  Excesso de responsabilização da mãe pelos filhos	Opinativo	Lígia Birindelli, Maíra Nunes e Xênia Mello

“Defor-mar-se não é uma vitória contra o patriar-cado”	<u>assédio, capacitismo, movimento feminista, mulher com deficiência, violência contra a mulher</u>	Reflexão ao movimento feminista  Os preconceitos contra a mulher deficiente	Opinativo	Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.
“O que acontece depois que uma mulher jovem e grávida decide não abortar?”	<u>aborto, Direitos Reprodutivos, gravidez, relato</u>	Gravidez na adolescência  Maternidade sem escolha da mulher	Depoimento	Texto de M.O.
“Por que Zezé é cabe-luda?”	<u>beleza, corpo, estética, imagem, liberdade, pêlo, peluda</u>	Não se depilar e deixar os pelos crescerem como militância feminista	Depoimento	Ju Guadagnucci
“As imagens sexuais das mulheres trans”	<u>estereótipo, imagem, mulher trans, sensualidade, sexualidade, transfobia</u>	Transfobia  Mulher trans também pode ser bonita e sensual	Opinativo	Beatriz Guimarães
“Legalizar o aborto: mulheres que ajudam outras mulheres”	<u>aborto, amizade, Direitos Reprodutivos, empatia, sororidade</u>	O aborto clandestino no Brasil  A luta pelo direito ao aborto no Brasil	Entrevista	Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.
“Agressão não é só física e ameaça não é só direta”	<u>Sexismo e Violência</u> Tags <u>abuso, assédio, culpa, machismo, violência</u>	Sexismo	Opinativo	Maura Silva
“Não devemos nada ao feminismo?”	<u>democracia, Direitos Humanos, história, liberalismo, mídia, movimento feminista</u>	A relação do movimento feminista com a democracia e conquista de direitos	Opinativo	Vivian Souza
“Até que ponto compartilhar vídeos virais torna a violência algo banal?”	<u>família, internet, justiça, revenge porn, vídeo, violência</u>	O perigo da exposição da vida na internet	Opinativo	Bia Pagliarini



“8 de março: para além das comemorações, a luta e o empoderamento das mulheres”	<u>8 de março, cidadania, Dia da Mulher, violência contra a mulher, voto feminino</u>	O 8 de março não deveria ser uma data comercial, mas de luta das mulheres	opinativo	Rebeca Campos Ferreira
“Meus pedidos nesse 8 de março”	<u>8 de março, Dia da Mulher, diversidade, estereótipo, feminismo, gênero, interseccionalidade, movimento feminista</u>	Reflexões sobre o movimento feminista Sobre o 8 de março	Opinativo	Camila Magalhães Gomes
“Dia Internacional da Mulher – A pergunta prevalece: comemorar o quê?”	<u>8 de março, Dia da Mulher, janethe fontes, sexismo, violência contra a mulher</u>	Sobre o 8 de março: comemorar o quê?	Opinativo	Janet Fontes
“Chacotas de Danilo Gentili contra mulher serão julgadas em Olinda”	<u>amamentação, denúncia, humor, machismo, mídia, misoginia, televisão</u>	Denúncia de machismo	Denúncia	Lis Lemos e Nataly Queiroz
“Direito ao livre aborto na Suécia: 40 anos de lutas e mitos derrubados”	<u>aborto, Direitos Reprodutivos, história, legislação, Suécia</u>	Direito ao aborto	Informativo	Fernanda Favaro

**Tabela 3 – Blogueiras Feministas**

Fonte: Análise quali-quantitativa do Blogueiras Feministas. Postagens de **Março de 2016**

<b>Título do post</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Tema central</b>	<b>Gênero textual</b>	<b>Autora (as)</b>
“Enterre-a e ela germi-nará”	<u>Feminismo e Movimentos Sociais</u> <u>Tags</u> <u>empoderamento, enem, redação</u>	Redação do ENEM sobre feminismo	Redação do ENEM	Lígia Takau
““A senhora lacra, mulher”: O ativismo narcisista e a escuta autoritária	<u>Ativismo Feminismo e Movimentos Sociais</u>	O narcisismo no ativismo de internet	Opinativo	Helena Vieira
“Crise política, grelo duro e um olhar feminista”	<u>política, machismo, movimento feminista, política, sexismo</u>	A crise política e o impeachment	Opinativo	Jussara Cardoso
“A violência contra a mulher presente nas nossas instituições”	<u>Judiciário, justiça, Ministério Público, religião, violência contra a mulher</u>	Denúncia do machismo no Judiciário ao tratar de feminicídio	Denúncia	Sarah Correia
“Produtoras culturais: empoderamento e resistência através da arte de realizar”	<u>Movimentos sociais bandas, discurso feminista, feminismo, rock,</u>	O machismo no mercado fonográfico	Informativo	Giordana Moreira
“O ‘desconstruído’ se relacionaria com mulheres trans?”	<u>Comportamento e Relacionamentos</u> <u>Tagshomem feminista, relacionamentos, transfeminismo, transfobia</u> <u>universidade</u>	Transfobia a universidade	Depoimento	Maria Clara Araújo
“Mulheres encarceradas”	<u>Inclusão social Direitos Humanos, sociedade</u>	crescimento do número de mulheres presas no Brasil  Violência do Judiciário contra os casos envolvendo mulher	informativo	Kenarik Boujikian
“Uma Conversa sobre Feminismo Negro”	<u>feminismo negro, movimento</u>	O que é o feminismo negro	Informativo	Patrícia Anunciada

	<u>feminista, mulher</u> <u>negra, racismo</u>			
“Considerações breves acerca da chamada ‘socialização’”	Transfeminismo Transfobia Socialização Sexualidade e gênero	A falta de apoio do feminismo com o transfeminismo  Transfobia	Opinativo	Hailey Kaas

**Tabela 4 – Blogueiras Negras**

**Fonte:** Análise quali-quantitativa do Blogueiras Negras. Postagens de **Março de 2015**

<b>Título do post</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Tema central</b>	<b>Gênero textual</b>	<b>Autora (as)</b>
Representatividade de é somente isso?	Identidade, Negritude Preconceito, Racismo Relações interpessoais, Resistência	Quando a mulher negra se descobre negra  A primeira vez que sente o racismo	Depoimento	Camila Araújo
Mobilização contra intolerância	Identidade  Mulher negra  Negritude	Quando a mulher negra se descobre negra  A primeira vez que sente o racismo  O racismo na escola	Depoimento	Maria Teresa Ferreira
Juntas somos mais fortes	Esquerda, feminismo, machismo, Movimento Negro	Racismo e machismo no movimento estudantil da universidade pública	Depoimento	Beatriz Regina Barbosa
Qual é a sua desculpa	Desconstrução Identidade Mulher negra Racismo	Racismo na escola  Autoestima da negra  Ataque a beleza negra	Depoimento	Laura Astrolabio
AS NOVAS BAIANAS – mulheres negras na música	Bahia, cantoras, Dia Internacional da Mulher	Apresentação de músicas negras baianas	Informativo	Larissa Santiago
Nossas histórias, nossos muros, nossas mídias	Arte, grafite, mídia periférica Mulheres negras	Os preconceitos contra a mulher negra na mídia e nas artes	Depoimento	Thiane Neves Barros
A poesia de Audre Lorde	Audre Lorde, feminismo, literatura, poesia, lésbica	Vida e obra de Audre Lorde foi uma escritora americana de descendência caribenha, feminista lésbica e ativista na luta pelos direitos humanos.	Informativo	Patrícia Anunciada
A escala da dor	Colorismo Embranquecimento Mulher negra Racismo	Racismo da sociedade contra a cor preta e contra a mulher negra	Texto Opinativo	Aila Oliveira

O estranho caso de um inocente boneco preto pendurado na UFBA	Calouros Racismo UFBA Bahia	Denúncia de caso de racismo no trote de arquitetura da UFBA	Denúncia de racismo na universidade	Gabriela Bacellar
Sobre a dor e a delícia de ser	Corpo Mulher negra Namoro Sexualidade Sexo	Ele me ama, mas tem nojo de mim.  Ser mulher e ser negra. Duas vezes oprimida, duas vezes discriminada, duas vezes marginalizada, pelo gênero e pela cor.	Depoimento	Gra Gonçalves
Entre as flores, a poesia... A VIOLÊNCIA?	Corpo Feminismo Mulher negra Parto humanizado Violência	Violência obstétrica, violência do sistema de saúde contra a mãe pobre e negra	Opinativo	Maria Teresa Ferreira
Carta aberta à população de Santa Maria – RS: Pelo protagonismo negro nos espaços negros!	Mulher negra MUSEU TREZE DE MAIO Protagonismos	Denúncia de caso de racismo no museu de Santa Maria	Carta aberta	Giane Escobar
Minha voz, meu mundo	Carolina Maria de Jesus Mulher negra Poema Poesia	Obra de Carolina Maria de Jesus	Informativo + Poemas	Perfil da Coordenação do Blogueiras Negras.
Cláudia Ferreira da Silva: arrastada sim, sem identidade não	Cláudia Ferreira da Silva Genocídio Mulher negra PM racista Violência	Denúncia de violência da PM do Rio de Janeiro contra Cláudia Ferreira da Silva e o racismo institucionalizado	Denúncia	Thiane Neves Barros
A realidade por trás da tentativa de proibição dos sacrifícios de animais nos cultos religiosos	Animais Candomblé Leis Matriz africana Política	Contra projeto de lei que proponha proibir o sacrifício de animais em rituais religiosos. Acusa o racismo dos projetos de lei	Opinativo	Monique Britto
Uma flor em caos	Dia Internacional da Mulher Literatura Violência	Conto sobre violência de gênero	Conto	Grabriela Nascimento

Na escola, o racismo não se matricula	Crianças Educação Educadores Ensino LEI 10.639	Racismo na escola	Informativo	Consuelo Neves
Sarah Bartman e a hipersexualização da mulher negra	Ciência Hipersexualização Mulher negra Racismo	Hipersexualização da mulher negra	Informativo	Isabela Senna
Entendendo os fetiches masculinos	Corpo Estereótipos Homens Machismo Sexualidade Mulher	Fetiches masculinos que desvalorizam o corpo da mulher	Opinativo	Cris Santana
Reflexões de uma mulher negra	Crianças negras, meninas Educação Identidade Racismo	Falta de representação da mulher negra	Depoimento	Ketty Valencio
Aquela campanha do SUS e o racismo na saúde	Campanha Doenças Direitos Racismo Saúde, SUS	Racismo institucional na saúde pública	Informativo	Juliana Carolina
Ela e eu	Escritoras Literatura Mulher negra	Relacionamento, conto	Conto	Joyce de Maria
Mobilizações contra intolerância	Gladiadores do Altar Intolerância religiosa Matriz africana Racismo	desrespeito às religiões de matriz africanas	Opinativo	Maria Teresa Ferreira
Representatividade de e somente isso?	Mulher negra Política Representatividade Retratação	Falta de representatividade da mulher negra na TV	Opinativo	Camila Araújo
Chega de racismo na UNESP de Rio Preto	Estudante Racismo SÃO PAULO UNESP Universidade	Denúncia de racismo não curso de Física oferecido pela Unesp de Rio Preto	Denúncia de racismo	Camila Cavalcante

**Tabela 5 – Blogueiras Negras**

**Fonte:** Análise quali-quantitativa do Blogueiras Negras. Postagens de **Março de 2016**

<b>Título do post</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Tema central</b>	<b>Gênero textual</b>	<b>Autora (as)</b>
“QUEM DÁ SUPORTE ÀS MILITANTES NEGRAS?”	Mulher negra Proteção Saúde mental	Qual responsabilidade temos sobre a manutenção da saúde mental das nossas militantes? O papel das feministas na militância	Opinativo	Gabriela Pires
“ATO RACISTA E OMISSÃO: A COMBINAÇÃO PERFEITA PARA PRESERVAÇÃO DO RACISMO”	Ciberativismo FACEBOOK  Racismo RISQUÉ	situações de opressão que pretos, gays, mulheres vivem todos os dias  Denuncia a Risqué, que teve um comentário racista em suas redes sociais e não tomou nenhuma medida legal contra o perfil racista	Denúncia de racismo	Carolina Pinho
“MINHA BABÁ "MULATA": ASSÉDIO É UM PODER?”	ASSÉDIO PRIVILÉGIOS  Racismo	As babás são vistas como mães sociais. Mães sociais são as amas de leite da época da escravidão,	Opinativo	Lola Ferreira
“Coluna VERTEBRAL ENTREVISTA BÁRBARA ESMENIA”	Feminista lésbica  Poetas pretas  Teatro da Oprimida	bárbara esmenia, ativista feminista, lésbica, atriz, articuladora no teatro da oprimida em sp, poeta!	Entrevista	Tate Ann
“E eu não sou mulher?”	Feminismo negro  Dia internacional da mulher	A mulher negra não está presente na História oficial e nem na História do feminismo	Depoimento	Flávia Ribeiro
“ANA KELLEN MOURA, “TRIPLAMENT E QUALIFICADA”: NEGRA, MULHER, MÃE”	Luta  Mulher negra  Violência contra mulher	Violência contra o parto e a maternidade de mulheres negras  Crítica ao “feminismo branco”	Denúncia + Lançamento de campanha Campanha #AnaLizEHermaJunto	Giovana Xavier
“O RACISMO APAGA, A GENTE REESCREVE:	Cinema brasileiro  Racismo	Adélia Sampaio, considerada a primeira cineasta negra a dirigir	Entrevista	Juliana Gonçalves e Renata Martins

CONHEÇA A CINEASTA NEGRA QUE FEZ HISTÓRIA NO CINEMA NACIONAL”		um longa-metragem, foi apagada pelas histórias  O racismo apagou as contribuições de mulheres negras para o cinema brasileiro.		
“É Forte?”	Caçada  Marginalizada  Mulher negra forte	A força da mulher negra  Violência contra a mulher negra	Poema	Maryane Beatrice Uzoukwu
“TEMPO E VIVÊNCIA: AUTO ESTIMA DA MULHER NEGRA”	Autoestima  Beleza, identidade  Mulher negra Referência	Violência contra a aparência física da negra  Auto-estima baixa da mulher negra	Depoimento	Cassia Guidin
“DENÚNCIA: ASSÉDIO NO MOVIMENTO SOCIAL EM MANAUS”	Assédio Feminismo Manaus Homem negro TRANSFOBIA	Assédio e transfobia e machismo de homens que pertencem ao movimento negro de Manaus	Denúncia	Anônima
“SOBRE UM DIA COMPRIDO DE CABELO ENCURTADO”	Autoestima Beleza Cabelo Empoderamento Mulher negra Resistência	Cabelo afro enquanto resistência	Depoimento	Lara Passos
“BNCOMENTA - A POLÍTICA DO TERROR E A "POLARIZAÇÃO"	Ruas Golpe Luta Mulheres negras	Impeachment	Nota	Perfil da Coordenação do Blogueiras Negras. Charô Nunes, Larissa Santiago, Maria Rita Casagrande e Thiane Neves Barros.
“A autoestima transforma”	Autoestima Mulher negra Resistência	Descobrir-se negra e pedir respeito pela beleza afro	Opinativo	Caroline Maia
“Um discurso de vitória Tim Tim”	Cotas Mulher negra	Dificuldade de entrada e permanência da negra na universidade	Discurso de formatura da UnB	Alina Freitas



	Universidade Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial			
“MULHER NEGRA E SAÚDE: ENTREVISTA COM TALITA ROCHA”	comunidade doula, negra feminista	Sistema de saúde tem preconceito contra a mãe negra	Entrevista	Celine Ramos
“Enegrecendo espaços acadêmi-cos”	Cotas Presença negra Resiliência Resistência Universidade	Dificuldade de entrada e permanência da negra na universidade	Artigo opinativo	Patrícia Anunciada
“Identidade individual dentro da luta coletiva”	Luta Branquitude Grupo racial branco Racismo Identidade	Racismo na universidade contra os cotistas	Depoimento	Camila Lucena